



D I Á R I O

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1991-1992)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE NOVEMBRO DE 1991

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Moreira Barbosa de Melo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. João Domingos Abreu Salgado

Vítor Manuel Caio Roque

José Mário Lemos Damião

José de Almeida Cesário

S U M Á R I O

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 50 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das ratificações n.^{os} 1/VI e 2/VI.

Iniciou-se o debate do Programa do XII Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Presidência e da Defesa Nacional (Fernando Nogueira), das Finanças (Braga de Macedo) e da Justiça (Laborinho Lúcio), os Srs. Deputados Jorge Sampaio (PS), Domingos Duarte Lima, José Pacheco Pereira, José Silva Marques, Rui Alvarez Carp e Manuel da Costa Andrade (PSD), João Amaral e Luís Sá (PCP), Rui Gomes da Sila, Reis Leite, José Pereira Lopes e José Ângelo Correia (PSD), Manuel Queiró (CDS), Mário Tomé (Indep.), Manuel Sérgio (PSN), Isabel Cas-

tro (Os Verdes), Mário Maciel (PSD), Ferro Rodrigues (PS), Octávio Teixeira (PCP), Pedro Passos Coelho e Mário Montalvão Muchado (PSD), José Magalhães (PS), Narana Coissoró (CDS) e Alberto Martins (PS).

Entretanto, foi aprovado o projecto de resolução n.º 2/VI (PSD, PS, PCP, CDS, PSN e deputados independentes João Corregedor da Fonseca e Mário Tomé), sobre os últimos acontecimentos ocorridos em Timor Leste. Produziram intervenções os Srs. Deputados Adriano Moreira (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Eduardo Pereira (PS), André Martins (Os Verdes), Mário Tomé e João Corregedor da Fonseca (Indep.) e José Ângelo Correia (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adão José Fonseca e Silva.
Adérito Manuel Soares Campos.
Alberto Cerqueira de Oliveira.
Alberto Monteiro de Araújo.
Álvaro José Martins Viegas.
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
Ana Paula Matos Barros.
António de Carvalho Martins.
António do Carmo Branco Malveiro.
António Esteves Morgado.
António Fernandes de Sá e Abreu.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Barradas Leitão.
António José Caeiro da Mota Veiga.
António Manucl Fernandes Alves.
António Maria Pereira.
António Paulo Martins Percira Coelho.
António Rolcira Marinho.
António da Silva Bacelar.
Aristides Alves Nascimento Teixeira.
Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.
Arménio dos Santos.
Belarmino Henriques Correia.
Bernardino Gata da Silva.
Carlos Alberto Lopes Pereira.
Carlos Almeida Figueiredo.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
Carlos Miguel M. de Almida Coelho.
Carlos Miguel de Valleré P. de Oliveira.
Cecília Pita Catarino.
Delmar Ramiro Palas.
Domingos Duarte Lima.
Domingos José Soares A. Lima
Duarte Rogério Matos V. Pacheco.
Eduardo Alfredo de C. Pereira da Silva.
Elói Franklin Fernandes Ribeiro.
Ema Maria Lóia Paulista.
Fernando Carlos Branco M. Andrade.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando José da Costa.
Fernando José Roque Correia Afonso.
Fernando dos Reis Condeesso.
Fernando Santos Pereira.
Filipe Manuel da Silva Abreu.
Francisco Antunes da Silva.
Francisco João Bernardino da Silva.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Guilherme Henrique V. Rodrigues Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
Jaime Carlos Marta Soares.
Jaime Gomes Mil-Homens.
José Alberto Granja dos S. Silva.
João Álvaro Poças Santos.
João Domingos Abreu Salgado.
João José Pedreira de Matos.

João do Lago V. Mota.
João Maria Leitão de Oliveira Martins.
Joaquim Cardoso Martins.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Maria Fernandes Marques.
Joaquim Vilela de Araújo.
Jorge Paulo Scabra Roque da Cunha.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Ângelo Ferreira Correia.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José Fortunato Freitas Costa Silva.
José Guilherme Reis Leite.
José Júlio Carvalho Ribeiro.
José Leite Machado.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Borregana Meireles.
José Manuel da Silva Costa.
José Mário Gaspar.
José Mário Lemos Damião.
José de Oliveira Costa.
José Pacheco Pereira.
José Pereira Lopes.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luís António Carrilho da Cunha.
Luís António Martins.
Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Albino Casimiro de Almida.
Manuel Antero da Cunha Pinto.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel Joaquim Baptista Cardoso.
Manuel Lima Amorim.
Manuel Maria Moreira.
Manuel da Silva Azevedo.
Maria Margarida da C. P. Taveira Sousa.
Maria da Conceição Figueira Rodrigues.
Maria da Conceição U. de Bastos Pereira.
Maria Fernanda Dias Cardoso.
Maria Fernanda Correia da Mota Pinto.
Maria de Lurdes Póvoa Costa.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.
Marília Dulce Coelho Morgado Raimundo.
Mário Jorge Belo Maciel.
Mário Júlio Montalvão Machado.
Mário Silva Coutinho Albuquerque.
Melchior Ribeiro Pereira Moreira.
Miguel Bento Martins de Macedo e Silva.
Miguel Fernando Cassola Miranda Relvas.
Pedro Augusto Cunha Pinto.
Pedro Domingos de Sousa Holstein Campillo.
Pedro Manucl Cruz Roseta.
Pedro Manucl Mamede Passos Coelho.
Rui Alberto Limpo Salvada.
Rui Carlos Alvarez Carp.
Rui Fernando da Silva Rio.
Rui Manucl Lobo Gomes da Silva.
Rui Manucl Parente Chancelle de Machete.
Simão José Ricon Peres.
Telmo José Moreno.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Virgílio de Oliveira Carneiro.
Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Abílio Alciso Curto.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Bernardes Costa.
 Alberto Manucl Avelino.
 Américo Albino Salteiro.
 Ana Maria Dias Bettencourt.
 António de Almeida Santos.
 António Alves Marques Júnior.
 António Alves Martíinho.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Domingues Azcvedo.
 António Fernando Correia de Campos.
 António Fernandes da Silva Braga.
 António José Martins Seguro.
 António Luís Santos Costa.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 António Ribeiro Marques da Silva.
 Armando António Martins Vara.
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vicira.
 Eurico José Palheiros de Figueiredo.
 Fernando Alberto P. Sousa.
 Fernando Alberto Percira Marques.
 Guilherme Valdemar P. Oliveira Martins.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João António Gomes Proença.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Maria Lemos de Meneses Ferreira.
 Joaquim Américo Fialho Anastácio.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.
 José A. Martins Goulart.
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Eduardo Vera Cruz Jardim.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Júlio da Piedade Nunes Henriques.
 Laurentino José Monteiro Castro Dias.
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Luís Manuel Capoulas Santos.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira Baptista Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rogério Conceição Martins.
 Rui António Pereira da Cunha.
 Rui do Nascimento Rabaça Vicira.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno Azevedo Ferreira Lopes.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.

João António Gonçalves do Amaral.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Silva Viana de Sá.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria de Lourdes D. Fernandes Hespanhol.
 Maria Odete dos Santos.
 Miguel Urbano Tavares Rodrigues.
 Octávio Augusto Teixeira.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Girão Pereira.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

André Valente Martins.
 Isabel Maria de Almeida e Castro.

Partido da Solidariedade Nacional (PSN):

Manuel Sérgio Vicira e Cunha.

Deputados independentes:

João Correger da Fonseca.
 Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, foram admitidas e baixaram às respectivas comissões, as ratificações n.º 1/VI (PCP) — Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, que altera o Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o qual define o regime de contratação, modificação e extinção da relação jurídica do emprego na Administração Pública —, e 2/VI (PCP) — Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, que procede à aplicação à administração local autárquica do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, atrás referido.

O Sr. Presidente: — Antes de mais, gostaria de informar a Câmara de que, face aos gravíssimos acontecimentos ocorridos ontem em Timor Leste, os Srs. Deputados que integram a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste estão a preparar o texto de uma proposta para apresentar ao Plenário, a qual exprima a sua posição, proposta essa que será apreciada no princípio da nossa sessão da tarde.

Srs. Deputados, vamos dar início ao debate do Programa de Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção, e sem prejuízo das diligências que estão em curso no quadro desta Assembleia, não quero deixar de aproveitar esta oportunidade para, em meu nome pessoal e em nome do Partido Socialista, lançar daqui um voto de solidariedade profunda para com o povo de Timor Leste, que está a atravessar mais um momento gravíssimo da sua saga colectiva. Estou certo de que sou acompanhado por todos vós nesta minha preocupação.

Penso que chegou o momento de, em conjunto, voltarmos a definir seriamente aquilo que se está a transformar numa grande questão nacional.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nesta minha primeira ocasião para me dirigir à nova Assembleia que emergiu dos resultados de 6 de Outubro seja-me permitido cumprimentar todos os deputados eleitos, dos veteranos aos estreantes e de todas as bancadas aqui presentes. Todos eles são emanações da vontade popular e é tão honroso quanto merecido que tenham sido escolhidos para constituir este órgão, o Parlamento, máxima expressão do regime democrático no que isso envolve de diálogo e conflitualidade, de convergências e afirmação de diferenças, de respeito pela legitimidade majoritária nas deliberações, mas de respeito também das opiniões minoritárias na ponderação. A todos desejo, pois, que esta honrosa missão venha a ser, no decurso da presente Legislatura, uma experiência gratificante.

Gostaria de felicitar o Sr. Presidente da Assembleia da República recém-eleito. Naturalmente, não lhe teria dado o meu voto. Ao maior partido da oposição compete apresentar alternativas. A que fizemos valorizou a eleição!

Sr. Presidente da Assembleia da República, tenho o privilégio de o conhecer pessoalmente e creio não me arriscar se disser que V. Ex.^a vem reforçar a tradição, que dignifica esta Casa, daqueles presidentes que põem de lado as suas convicções e filiações partidárias e aqui se comportam como árbitros, reguladores mas isentos. Daqui lhe envio, pois, os meus votos de felicidades para tão delicada e relevante tarefa que lhe foi confiada e que coloca V. Ex.^a no segundo lugar da hierarquia do Estado.

Aplausos do PS e do PSD.

Estamos aqui para apreciar o Programa do XII Governo Constitucional. E o que está em causa, a meu ver, não é tanto a expressão numérica do resultado final em votos, mas a ideia global que a opinião pública retirará da bondade desse Programa e das soluções nele avançadas. Quanto ao resultado, a aritmética da distribuição das bancadas torna-lo-ia a «crónica de uma aprovação anunciada». Quanto à capacidade de convencer as demais bancadas e o País em geral, esse é o verdadeiro teste que nesse debate se coloca.

O Parlamento é um todo. E um todo felizmente plural. O Parlamento não é uma bancada, por muito maioritária que seja. Quando uma nova bancada do PSD aqui se instala quero dizer-lhe, sinceramente, que ainda a não posso nem devo julgar. E quero crer que todos os seus membros saberão respeitar a natureza do órgão que integramos e não estarão à espera de que a bancada Socialista (como presumo que as restantes) venha ter com eles a despacho, no conformismo que é, por vezes, a tentação das maioria adquiridas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sois vós os destinatários naturais das palavras que aqui profiro, mas não seria curial nem correcto que as não estendesses aos membros do Governo aqui presentes e, em especial, ao Sr. Primeiro-Ministro.

Não vou aqui felicitá-lo pela sua vitória de 6 de Outubro, pois fui-lhe pessoalmente nesse dia e no acto da sua posse. Foi um gesto espontâneo, que para mim decorre da mais elementar civilidade democrática. Se foi um precedente,

orgulho-me dele (como espero vir a orgulhar-me vendo aqueles que agora o consideram eventualmente um gesto inadequado assumirem a mesma atitude no rescaldo de quaisquer eleições futuras e fazendo-o com naturalidade, no exercício de uma prática democrática, saudável e civilizada).

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É sabido que no código de funcionamento da democracia mandam as regras que haja vencedores e vencidos. O PSD venceu as eleições de 6 de Outubro. Mas é sabido também que o sufrágio popular é um critério — aliás, o único — de legitimidade, mas não é um critério de verdade. De outro modo, estariam na postura antidemocrática de accitar que há portadores de uma verdade absoluta. Mais: recusando a sua quota de verdade a todos os não vencedores, estariam a negar-lhes qualquer papel útil no sistema e, ao fim e ao cabo, a sufragar a própria inutilidade da democracia. Estamos, por isso, aqui em inferioridade de votos, mas sem que nos sintamos em nada inferiorizados nas nossas razões.

Aplausos do PS.

Para o que quer que o conceito de verdade possa ser contribuem, de igual modo, os 2,8 milhões de portugueses que deram o seu voto ao PSD, como os 1,6 milhões que preferiram o PS, como os 500 000 que votaram na CDU ou ainda o quarto de milhão que confiou no CDS. Todos, incluindo o PSN, com o seu único deputado, e os independentes que aqui chegaram integrados em várias listas, todos — repito — é que poderemos, no sereno confronto das nossas diferenças, contribuir para uma melhor aproximação, em cada momento, ao que a verdade possa ser.

Desço, por isso, um debate franco, permanente, frontal e civilizado; um debate sem injúrias nem fantasmas; um debate que permita ao Sr. Primeiro-Ministro (como lhe permitiu já) falar dos fantasmas daqueles «que, deslocados no tempo, ainda não perceberam que a questão dos dias de hoje não é já, felizmente, a da consolidação da liberdade e da democracia mas, sim, a do desenvolvimento, do progresso e da justiça social para todos» e um debate que me permita a mim (como está a permitir) responder àqueles que, desfocados nas ideias, não percebem que os objectivos do desenvolvimento, do progresso e da justiça social são para todos obviamente, hoje, grandes questões da liberdade e da democracia.

Aplausos do PS.

Compete-nos uma postura de oposição. O papel da oposição não é menos digno ou útil ou até estimulante do que o papel da governação. Seremos, mais uma vez, uma oposição consequente, vigilante, sistemática na afirmação do desacordo e sem nunca perder de vista que há diálogos e consensos necessários, porque ao País interessam e não envolvem cedência dos nossos valores essenciais.

Sabermos ouvir as razões alheias. Continuaremos tão atentos ouvidores de propostas políticas quanto surdos a ultimatos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É neste espírito que a bancada socialista contribui para este debate. Depois dele acompanharemos,

a par e passo, a governação, criticando quando disso for caso, propondo aos que nos quiserem ouvir e, sobretudo, aguardando, no ritmo que for razoavelmente adequado, o cumprimento das promessas feitas pelo XII Governo, a partir do próprio minuto em que os seus membros saírem daqui para os seus gabinetes. Isto é, exerceremos, em pleno, o estatuto da oposição e combateremos todas as práticas e até tentativas de o esvaziar de conteúdo e sentido, a primeira das quais se traduz em a maioria falar dele não tanto como um direito mas uma cedência ou até um favor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não escondo a desilusão dos socialistas perante o Programa do XII Governo Constitucional. A sua extensão em palavras não consegue esconder a parcimónia das ideias e propostas concretas.

Escolhi quatro temas para a minha intervenção: primeiro, a questão das reformas de regime; segundo, a questão económico-social; terceiro, a questão europeia; quarto, a questão cultural.

Obviamente que a bancada socialista se ocupará de muitos outros.

No discurso de apresentação do Programa do Governo veio o Sr. Primeiro-Ministro lançar de novo a questão do sistema eleitoral e da sua revisão.

Em Março de 1986 o Governo nomeou uma comissão incumbida de preparar um projecto de código eleitoral. Essa comissão acabou os seus trabalhos em Janeiro de 1987, tendo sido publicado o resultado daqueles nesse ano no *Boletim do Ministério da Justiça*, que está completamente esgotado.

A comissão, entre outras alterações, esboçou várias alternativas ao actual sistema eleitoral, tendo em vista encontrar um processo que permitisse «um contacto mais estreito entre eleitores e eleitos» e aumentar, «de forma significativa, o poder de escolha dos cidadãos», dentro do quadro constitucional e institucional vigente.

O Governo meteu o projecto na gaveta, nunca o submetendo à apreciação pública nem o propondo como base de trabalho às oposições para uma eventual revisão do sistema eleitoral.

É, pois, estranho que agora, cinco anos passados, se apresente como paladino de uma reforma eleitoral, quando ignorou, pura e simplesmente, os trabalhos preparatórios já efectuados e por si encomendados.

Aplausos do PS.

A nossa disponibilidade para encarar a revisão da legislação eleitoral foi tornada clara antes de 6 de Outubro. É o resultado de uma reflexão própria, autónoma sobre o funcionamento do sistema ao abrigo do qual foram construídas e consolidadas, ao longo de mais de 15 anos, as nossas instituições democráticas.

Ninguém tem legitimidade para definir e impor, unilateralmente, os objectivos e a metodologia dessa revisão das leis eleitorais, o que, como sabemos, constitucionalmente depende de maiorias alargadas.

Recusamos, por isso, que o PSD fixe, à partida, os pontos de chegada e condicione o início do debate à aceitação, em bloco, integral do seu ponto de vista.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não accitamos, por isso, a fixação imperativa de calendários e prazos sob forma de ultimato!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não concebemos o funcionamento de qualquer estrutura de debate sob a espada de Dâmocles de uma contagem decrescente, ditada unicamente pelo cronómetro do PSD.

Aplausos do PS.

Partimos do princípio de que as questões a examinar são múltiplas e de relevância distinta: há aspectos técnicos respeitantes à organização e aos processos eleitorais (que não suscitam especiais dificuldades) e há que, por outro lado, repensar traços estruturantes e soluções legais deles decorrentes. Recusamo-nos a amalgamar uns e outros, a igualar o que é distinto. Isso equivaleria a bloquear o êxito dos resultados à mínima dificuldade e por dificuldades, aliás, também mínimas.

Queremos deixar claro que em muitas das suas incidências a matéria do sistema eleitoral pode ser do âmbito de uma revisão constitucional. E, por isso, antes de 1994, esta só pode fazer-se por uma maioria de quatro quintos dos deputados em efectividade de funções.

Estamos, desde já, disponíveis para aprofundar o regime democrático e responder às principais questões que respeitam ao seu funcionamento, que se prendem com o défice do debate público, com os mecanismos de controlo democrático e com a reforma do sistema eleitoral.

Vejamos cada uma delas!

No que respeita às garantias de salvaguarda das condições institucionais de debate público democrático propomos, nomeadamente, a alteração da composição da Alta Autoridade para a Comunicação Social, no sentido de garantir a sua desgovernamentalização, representatividade, independência e eficácia.

Aplausos do PS.

No que respeita aos mecanismos do controlo democrático, propomos: em primeiro lugar, a consagração clara do papel fiscalizador da Assembleia da República, mediante a instituição de comissões de inquérito com um novo recorte institucional que respeite regras de publicidade, independência na recolha e procura de documentação e na formulação dos relatórios e resoluções finais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, a consagração institucional do respeito efectivo pelo debate político parlamentar, mediante os mecanismos necessários e já, aliás, aqui amplamente discutidos e sempre inviabilizados pelo PSD.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em terceiro lugar, a clarificação das incompatibilidades de titulares de cargos públicos, que deve orientar-se no sentido da exclusividade de funções, exigindo-se uma precisa divulgação pública do património dos titulares no início e no final do exercício das respectivas funções.

Aplausos do PS.

Em quarto lugar, a transparência do sistema político, o que exige, por sua vez, regras públicas e precisas no que respeita ao financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais. O povo português tem o direito de saber, com rigor, o que se passa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vale a pena detalhar este ponto.

De acordo com a lei eleitoral «cada partido ou coligação não pode gastar com as respectivas candidaturas e campanha eleitoral mais do que a importância global correspondente a 15 vezes o salário mínimo nacional mensal por cada candidato da respectiva lista» (artigo 87.º).

Esta verba corresponde para os partidos ou coligações que concorram em todos os círculos eleitorais o máximo de 197 292 000\$.

É evidente que se trata de um montante que fica claramente aquém das despesas feitas por vários partidos, nomeadamente o PS e, sem dúvida, o PSD. Basta ter andado pelo País para o saber. Sabe-se o que normalmente se passa depois!

Quero referir que o Partido Socialista só na aquisição de pendões, sacos de plástico, *gadgets* diversos e no aluguer de viaturas dispenderá cerca de um terço daquele valor legal. Tenho aqui a factura, Srs. Deputados!

Aplausos do PS.

Risos do PSD.

Não vejo nenhuma razão para rir, Srs. Deputados, e já vão ver porquê.

Deste simples facto tem-se, necessariamente, de inferir que vários partidos dispenderam numa campanha eleitoral nacional verbas que ultrapassam, e em muito, os limites legais.

Quero deixar aqui bem claro, assumindo todas as responsabilidades que bem conheço, que as despesas feitas pelo Partido Socialista com a campanha eleitoral ultrapassaram o dobro do limite fixado na lei, ou seja, foram de 400 000 contos.

Aplausos do PS.

O Partido Socialista entende que chegou o momento de denunciar esta situação e, por isso mesmo, não incorrerá na hipocrisia de apresentar contas à Comissão Nacional de Eleições e aguentará com a responsabilidade legal!

Aplausos do PS.

Deixo à consciência dos demais partidos, e em particular ao que notoriamente mais gastou, a escolha da atitude a tomar. E é por isso que a revisão da lei é um enorme imperativo político para todos nós.

Quanto ao necessário reforço das regras do procedimento e de garantia dos direitos fundamentais, e sem prejuízo da sua concretização específica, proporemos a instituição de um mecanismo directo de recurso para o Tribunal Constitucional de todos os actos políticos que ponham em causa os direitos fundamentais dos cidadãos (o chamado recurso de amparo).

Por outro lado, não deixaremos de apresentar (tal como o fizemos no passado) a questão — que está, aliás, ligada à estabilidade dos governos — que tem a ver com a moção de censura constitutiva.

Finalmente, no que respeita à Lei Eleitoral, queremos deixar claro que existe entre nós abertura para encarar modificações que tenham em conta as experiências dos países europeus, reforcem os laços entre eleitores e eleitos (sem que consideremos que esta questão se reconduza apenas à Lei Eleitoral), que confiram eventualmente aos eleitores uma maior margem de liberdade na escolha dos seus representantes e que favoreçam a constituição de

grupos parlamentares, sempre no integral respeito pelo princípio da representação proporcional. E isto quer no que se refere à Assembleia da República quer no respeitante às assembleias legislativas regionais ou às assembleias das autarquias locais.

Temos disponibilidade para dialogar sobre uma revisão dos sistemas eleitorais que vise aqueles objectivos e se subordine àquelas principios, com clara exclusão, desde o início, da aceitação de qualquer alteração que se inscreva numa tentativa de, por processos de engenharia eleitoral, distorcer a vontade política dos cidadãos ou fabricar maioria política artificial, o que, em sociedades como a portuguesa, para além do mais, pode conduzir a indesejáveis formas de oposição extraparlamentar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O mesmo deve acontecer — e é imperioso! — quanto ao recenseamento eleitoral, que tem agravado, de uma forma directa, os níveis gerais de abstenção. O Governo, que conhece há muito tempo este facto, podia e deveria tê-lo corrigido!

Propomos, por isso, no âmbito do diálogo constitucional, que se dêm de imediato passos concretos com vista à necessária elaboração de um código eleitoral. Essa lei tem de ser de diálogo real, de diálogo leal, de diálogo genuíno.

Nesse sentido, propomos e submeteremos à consideração de todos os partidos com assento nesta Câmara a constituição de uma comissão eventual para a elaboração do código eleitoral, em cujos trabalhos possam participar — além dos deputados segundo modalidades a estabelecer — eminentes especialistas em direito eleitoral, como, aliás, acontece em qualquer parte do mundo democrático.

Essa comissão deverá ponderar as fronteiras da revisão necessária, as soluções encaráveis e as suas implicações constitucionais. Tudo perante propostas concretas.

Deve ser um fórum de trabalho leal, de busca de consensos, não de pretextos para a ruptura ou de instrumentos para a apropriação monopartidária do sistema político.

Aplausos do PS.

Neste quadro, tenho necessariamente de perguntar, já que se trata de questões inultrapassáveis neste contexto, o seguinte: estão o Sr. Primeiro-Ministro e o PSD disponíveis para desgovernamentalizar a composição da Alta Autoridade para a Comunicação Social?

Estão o Sr. Primeiro-Ministro e o PSD disponíveis para garantir a efectividade de controlo das comissões de inquérito da Assembleia da República?

Está o PSD disponível para reforçar os mecanismos de incompatibilidades dos titulares dos cargos políticos?

Está o PSD disponível para reforçar o papel de controlo das contas públicas por parte do Tribunal de Contas?

Está o PSD disponível para assegurar um recurso directo de defesa dos direitos fundamentais para o Tribunal Constitucional?

Está o PSD disponível para a constituição imediata de uma comissão eventual para a elaboração de um código eleitoral, com vista à revisão da Lei Eleitoral, na salvaguarda dos princípios constitucionais da representação proporcional e tirando, depois, as consequências necessárias em termos de revisão constitucional de que ninguém pode nem deve ser excluído?

Para nós só é legítima qualquer alteração constitucional que corresponda a um reforço da democracia, no sentido de uma maior abertura, transparência, participação e eficácia. Uma cidadania responsável e activa são desígnios da democracia moderna, pela qual nos batemos.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este Programa do Governo mantém as características dos anteriores. É difícil discernir nele uma linha de conduta que permita integrar parcelas; manifesta autorias e paternidades diversas e, sobretudo, não apresenta soluções, em concreto, para os mais candentes problemas sectoriais, sugindo deliberadamente às respostas e até às próprias questões.

Vale a pena dizer, por exemplo, que usa e abusa da palavra «solidariedade», o que não torna este Programa mais solidário — percebe-se que se trata apenas de algo mal assimilado, uma importação de conveniência, uma palavra à procura de conteúdo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Fica bem ao Governo vir, finalmente, repetir no seu Programa o que o PS tem vindo insistente mente a dizer: que o facto de o País nos últimos anos ter crescido não significa que se tenha efectivamente desenvolvido. O Governo confessa agora que «o principal desafio que hoje defronta a sociedade portuguesa é o do desenvolvimento» depois de durante dois anos ter feito do crescimento, do quantitativo, da desatenção à qualidade, do esquecimento da justiça social e da preparação do futuro os elementos mais significativos de uma tecimosa política autista, com nefastas consequências para o futuro da sociedade e da própria economia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, se é verdade que o Governo procede bem ao emendar a mão, não é menos verdade que o faz tarde e a más horas. Aquilo que foi escondido pelo Governo até às eleições — e para o que nós tantas vezes alertámos — aí está reconhecido neste Programa sob a eufemística fórmula de que o «ambiente» que nos aguarda é «substantialmente diferente do de 1987». É, de facto, substantialmente diferente, perante os efeitos conjugados da internacionalização das economias, das conclusões do *Uruguay Round*, da reestruturação das economias do Leste Europeu e do aprofundamento da integração europeia.

Não é certo que todos eles se traduzam em «estabilidade de preços», mas é inquestionável que as condições de concorrência entre as economias nacionais e entre as empresas se vão acentuar e que se esvaem as condições excepcionais que marcaram a economia internacional no período pós-85, na base das quais o Governo pôde fazer muito daquilo que são «brilhantes», de que, aliás, se arrogou por intelecto.

Mais surpreendente neste Programa é que, reconhecida a nova realidade em que estamos inseridos, reconhecida a maior concorrência, reconhecida a necessidade de um maior esforço de coesão económica e social ao nível nacional e comunitário, o Governo daí não tira qualquer consequência visível, qualquer orientação ou qualquer estratégia, limitando-se a referir que a sua «estratégia» assenta apenas em dois pontos: a consolidação da economia de mercado e o crescimento económico superior ao da média europeia como condição para corrigir aquilo a que chama as «assimetrias internas». Tudo isto se alcançará, ao que

parece, pela evocação de quatro fórmulas mágicas: a consolidação de uma estrutura empresarial sólida; a promoção da criatividade; a maior competição pela captação das poupanças; e, finalmente, a aposta na qualidade a todos os níveis.

Não se entende, assim, a adaptação da «estratégia» às novas condições de concorrência internacional e da situação particularmente vulnerável em que se encontra a nossa economia, nem se percebe o nexo causal entre as quatro «actuações» indicadas e os objectivos ditos estratégicos previamente apontados.

Dizendo as coisas de outra forma: nem os dois pontos indicados constituem uma estratégia, pois o crescimento superior ao da média europeia, sendo positivo, não é, em si mesmo, uma estratégia, nem as quatro «fórmulas» mágicas são adequadas e suficientes para alcançar aqueles objectivos.

Para além da insistência numa perspectiva de crescimento, este Governo não tem — ou se tem, e cremos que deva ter, não a formula — qualquer ideia entendível sobre o futuro com que o País vai ter de confrontar-se nem apresenta qualquer estratégia económica credível para afrontar os constrangimentos que anuncia e que se avizinhama.

Também não deixa de ser curiosa a forma como no Programa do Governo se encaram os aspectos económicos da integração europeia, concedendo uma atenção particular e explícita ao «reforço dos mercados abertos e concorrentiais» e à «opção pela estabilidade macroeconómica», que a estratégia da integração comunitária consubstancial a União Económica e Monetária favoreceria.

Só que, como é sabido, a União Económica e Monetária em construção não pode desligar-se nem da construção simultânea da arquitetura política da Europa nem da coesão económica e social, acentuando-nos, deliberadamente, os aspectos sociais dessa coesão já que não sofre qualquer dúvida a necessidade da convergência real entre as economias dos países da Comunidade.

Por isso, parece-nos francamente despropositada a referência que no Programa se faz às frustradas tentativas dos dois governos anteriores — «estratégia do progresso controlado», PCEDED e QUANTUM — de imprimir uma direcção à gestão macroeconómica do País, sabendo-se, como se sabe, que isso resultou em rotundo fracasso, que, evidentemente, esteve em dissonância com a realidade e desta fortemente distanciada em aspectos essenciais.

E agora aquilo que se propõe em sede de concertação social, corresponde, afinal, a uma velha ideia que o PS sempre teve e que a UGT já concretizou sem ter tido qualquer eco: uma aceitação, no sentido de se discutir simultaneamente a reestruturação da economia, de modo a torná-la mais competitiva, e a dimensão social da estratégia de desenvolvimento.

Se é esta a intenção do Governo, vemos nela o reconhecimento, embora tardio, de alargar a concertação social à sua verdadeira dimensão de diálogo global sobre matérias de interesse mútuo.

No entanto, a concertação levada a cabo pelo governo anterior — que neste se reflecte com alguma relevância — traduziu-se sempre por uma forma — sejamos claros! — de pressionar e de limitar um diálogo que se quer o mais amplo e profundo possível entre os parceiros sociais.

Se for essa a postura governamental na próxima ronda de negociações, oxalá possamos vir a concluir, contra a nossa suspeita presente, que esta não foi mais uma forma

de o Governo acentuar a competitividade à custa da dimensão social.

Quanto à matéria de política fiscal, algumas considerações teóricas e algumas evidências sobre política orçamental, antes de outras não menos pertinentes sobre a infundável e sempre adiada reforma do Tesouro, o Governo diz-nos, pura e simplesmente, que a «reforma fiscal está feita». Ficamos, assim, a saber que este Governo se propõe manter, a par do laconismo do seu Programa, a injustiça fiscal que esta reforma concretizou; que os trabalhadores por conta de outrem continuarão a pagar o grosso dos encargos fiscais; que a evasão fiscal continuará a grassar à vista de todos os portugueses; que se manterão os regimes de privilégio sobre a tributação das mais-valias e os rendimentos do capital; que continuará a aplicar-se o sistema de taxas que favorece os rendimentos mais elevados, etc.

Não precisamos de ir mais longe para buscar a prova de que, afinal, a tão apregoada «dimensão social» e o tão referido «reforço da coesão económica e social nacional» não passam de expressões a que não corresponde qualquer conteúdo concreto ou propósito sério, à vista, do Governo.

Quanto às privatizações, a que o Sr. Primeiro-Ministro se referiu nas respostas aos Srs. Deputados na passada segunda-feira, o Programa não traz significativamente nada de novo e dá a si próprio o papel de avaliador do processo até ao momento. Como no passado, tememos que ele nos reserve mais algumas más surpresas! Continuarmos, desde já, sem saber se vai ou não haver um calendário global das privatizações, qual a efectiva metodologia de aquisição do capital e quais vão ser os critérios para a adopção desses modelos de cedência. Em suma: se existe, na realidade, uma política de privatizações ou se o Governo continua a navegar à vista, alterando as prioridades e os critérios conforme os casos, sem explicar cabalmente a razão das mudanças e privilegiando o critério do reembolso sobre os objectivos estruturantes e estratégicos para a economia portuguesa.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Considerando a riqueza do debate sobre a construção europeia e o seu relevo no nosso próprio futuro confesso que fiquei surpreendido quanto à leveza do Programa do Governo em matéria comunitária. Este Programa e este Governo somam a magreza da política comunitária, entendida como simples subcapítulo da política externa, à redução do comunitário ao seu próprio protagonismo intergovernamental.

O PS tem três reservas fundamentais à política que este Governo personifica. Em primeiro lugar, a adesão à Comunidade e a participação na União Europeia não são essencialmente objectos subcapitulares da política externa. Para o PS a adesão à Comunidade e a participação criativa na União Europeia constituem um grande projecto nacional de transformação das condições de vida dos Portugueses e dos meios de afirmação das suas capacidades.

Em segundo lugar, o PS não considera aconselhável uma sistemática reticência aos objectivos centrais da União Europeia. Não estamos a propugnar qualquer adesão acrítica a propostas ainda não completamente definidas, mas não podemos continuar, Srs. Deputados, a ser caso único de um País que ainda não discutiu profundamente uma visão sobre a União Política que, no mínimo, lhe tenha sido apresentada pelo Governo e que vai ser decidida, certamente — esperamo-lo que sim —, até ao final deste ano.

O PS, pelo contrário, entende que o interesse nacional na construção europeia exige a inserção de Portugal no núcleo central promotor da União Política, da União Económica e da União Monetária assente na progressiva afirmação de uma identidade europeia solidária e democraticamente controlada pela participação dos cidadãos comunitários nos diversos níveis onde se decide e viabiliza o seu futuro.

A defesa do interesse nacional nesta União Europeia do futuro, com contornos ainda em definição, em nosso entender, assentará, essencialmente, sublinhando-lo, na solidariedade política quando se tratar de fazer jogar a favor de Portugal o objectivo da coesão económica e social. Este objectivo tem fundamentos bem mais fortes no campo político da afirmação da cidadania europeia que no campo da União Económica e Monetária. Assim, a sua realização dependerá do reforço das instituições e dos processos políticos concretizadores da identidade europeia, no respeito da diversidade e personalidade específicas de cada Estado membro. É, por isso, do interesse nacional apoiar decididamente o reforço dessas instituições e processos políticos em aliança com os Estados membros que se colocam na primeira linha da construção de uma Comunidade solidária no progresso de todos os seus Estados.

Em terceiro lugar, o PS não reduz a legitimização democrática da Comunidade à simples legitimidade, embora essencial, dos Governos que nela participam. O aprofundamento e democratização dos processos políticos de participação e de responsabilização pública são, a todos os níveis, uma exigência de viabilização da Comunidade do futuro. Aliás, são os pequenos países, mas com grandes destinos, os mais interessados na boa articulação democrática da arquitectura comunitária, em ligação com a acrescida — sublinho, acrescida — participação das instituições nacionais.

Nestas questões, os Portugueses estão face a um duplo défice. No plano nacional, marginalizam-se forças políticas, económicas e sociais cuja participação é essencial à consolidação de consensos duradouros e profundos quanto à participação de Portugal na construção comunitária. Mesmo esta Assembleia é frequentemente ignorada quanto ao fundo da questão, ficando-se o Governo, tantas vezes, pela forma. Foi o que aconteceu, por exemplo, quanto aos compromissos relativamente à convergência com vista à União Monetária: que papel teve esta Assembleia nesta matéria?

Por isso mesmo, no plano comunitário corre-se o risco de ver avançar o âmbito dos processos de decisão e funcionamento que escapam a qualquer controlo democrático.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Acabemos com este dilema! Percebo o dilema do Sr. Primeiro-Ministro, mas não concordo com a sua formulação. Em síntese, como ouvimos anteontem, não pode dizer-se aos deputados da Assembleia da República os aspectos concretos da negociação porque isso poderia, segundo V. Ex.º, inviabilizar as posições negociais de Portugal!!!

Pela nossa parte, Sr. Primeiro-Ministro, tudo aquilo que possa ajudar a potenciar esses aspectos negociais, que, evidentemente, estão na alcada do Governo, deve ter em conta a colaboração geral, que, neste caso, é necessária. Mas a questão, Sr. Primeiro-Ministro, não é essa: o problema não é o saber os aspectos concretos de uma negociação a 12 e, eventualmente, no futuro, mais alargada;

o problema é saber quanto aos princípios, quanto às grandes questões, qual é, afinal, a participação global do País.

Aplausos do PS.

E têm o Sr. Primeiro-Ministro e o seu governo a noção clara, scita da experiência, de que, pela nossa parte, sabemos distinguir claramente entre aquilo que pode e deve ser combate político democrático normal e aquilo que tem de ser, como veremos no que direi a seguir, digamos assim, como que a mobilização nacional para que os objectivos da integração de Portugal na Europa sejam constantemente melhorados, solidificados e que o nosso protagonismo possível seja aumentado.

Temos dignidade institucional suficiente para saber que nesta matéria, onde é lícito exprimir divergências, quando se trata de cimeiras onde são tomadas multilateralmente decisões complexas, que exigem compromissos difíccis, temos o dever de dizer que o nosso direito é o de participar, potenciar, na Europa e em Portugal, para que as nossas posições possam ser entendidas, correspondidas, ampliadas e defendidas.

Aplausos do PS.

É por isso que, uma vez mais, sem nenhuma demagogia, sem querer entrar em detalhes, sem querer saber o memorando da última conversa, por exemplo, do Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia com o seu homólogo holandês, dinamarquês ou italiano, temos, todavia, o direito, Sr. Primeiro-Ministro, porque isto só pode ajudar o Governo, que esta Câmara potencie e analise os fundamentos fundamentais, passe a expressão, do que hoje constitui ou pode vir a constituir matéria constituinte do Tratado de Roma e que se poderá decidir em Maastricht no próximo mês de Dezembro.

Relativamente à presidência portuguesa, devemos dizer, francamente, e dizêmo-lo, que nos inquieta a vacuidade do Programa do Governo. Em nenhum campo se define o que possa ser a visão real do Governo quanto aos grandes temas do próximo semestre. É evidente que me dirão que tudo decorre do semestre anterior, mas também é evidente que na difícil e necessária articulação entre aquilo que é a presidência da Comunidade e aquilo que tem de ser a prossecução do interesse próprio há, com certeza, linhas de fundo que são essenciais ao reforço da Comunidade e ao reforço da posição portuguesa. Mas, na realidade, nem sequer sobre o «Pacto Delors» se avança a mais pequena referência.

Estes factos, o desconhecimento do programa da presidência da Comunidade, nem sequer são desculpáveis em razão — e permita-se-me a bonomia do comentário — da profundíssima remodelação governamental na consequência e na sequência das eleições.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O PS vê a presidência portuguesa da Comunidade como um desafio nacional. Compete ao Governo a responsabilidade de dirigir, coordenar, solicitar e propiciar a mobilização das forças políticas, económicas e sociais para que a nossa primária presidência seja um êxito comunitário e nacional.

Nesta matéria, o PS coloca-se desde já à disposição do Governo. Descemos uma presidência com elevação nacional e europeia. Fazêmo-lo sem reserva e sem negociação prévia, aliás, impossível neste contexto.

Basta-nos a certeza de assim cumprimos a nossa própria visão da participação comunitária como o grande projecto

nacional, na sequência da abertura do País à democracia à qual estivemos e estamos indissoluvelmente ligados.

Respondendo a uma Sr.ª Deputada na segunda-feira, o Sr. Primeiro-Ministro disse que ela não tinha o monopólio do coração. Em tudo, e agora em matéria de afirmação externa de Portugal, permito-me dizer-lhe que V. Ex.ª não tem o monopólio nem da dedicação ao País nem da defesa do interesse nacional.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pretende o Governo através deste Programa apostar no Homem e reforçar a solidariedade. Ficamos na dúvida se apostar no homem certo e se há efectivo reforço das políticas solidárias, conforme os meus colegas de bancada dirão a seu tempo e conforme as profundas, sérias e importantes promessas que foram feitas durante a campanha eleitoral.

Por mim, quero apenas manifestar alguma surpresa, e digo-o sinceramente, pelos termos em que, à falta de uma verdadeira política cultural em Portugal, se concebe o papel — uma vez mais fortemente interventor e condicionante — que o Governo reserva para o Estado neste âmbito.

Refiro este tema, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque no final deste século, como todos certamente conviremos, para além daquilo em que se concretizará e diferenciará a batalha pela solidariedade, ou seja, a batalha pelas políticas concretas, temos a noção de que a civilização ocidental, a civilização europeia, se afirmará pela diversidade dos valores culturais, pela diversidade da criação e da iniciativa cultural, pela capacidade de se afirmar como um polo efectivo dinamizador dos aspectos mais globais e mais fundamentais de uma civilização.

Ora, a perspectiva em que este Programa encara a política cultural é, afinal, segundo ele próprio confessa, a do «enaltecimento», quando julgávamos que a expressão e a prática correspondentes estavam banidas em regime democrático. Mas se procurarmos conhecer qual a realidade que o Governo se propõe «enaltecer» ficamos a saber que se trata da «componente cultural da identidade nacional» e da defesa dos «valores cimeiros».

Como se constata, a redacção deste capítulo não foi muito feliz e é até um pouco difícil de compreender o sentido das frases. Mas tudo indica que se trata, e aí a deficiência é grave, de mais uma tirada retórica em que a política cultural passa a propaganda enaltecedora, onde a identidade nacional é pretexto para algumas exibições retrógradas da «gesta de quinhentos» e onde os «valores cimeiros» só o Governo saberá quais são.

E se a suspeita não chegasse para nos alertar contra este neonacionalismo extemporâneo, o próprio Programa específica que o seu objectivo prioritário é a «ensfatização das culturas próprias» e a «valorização do que nos distingue e orgulha», dcitando com isto para fora alguns séculos de universalismo e de defesa dos valores universais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É, de qualquer forma, insólito que a prioridade do Governo no domínio da cultura seja a valorização «do que nos distingue» e não também do muito que temos em comum e partilhamos com os restantes povos e culturas.

Ficamos igualmente informados que será marcante na actividade cultural a «evocação de feitos», visto que essa é, segundo o Governo, a melhor forma de mostrar a riqueza

da tradição cultural portuguesa; e dá-se como exemplo a Europália. À aberração de uma actividade cultural limitada, à evocação de feitos, junta-se a indicação de um mau exemplo.

Na verdade, a concepção de uma cultura limitada à evocação dos feitos de outrem não é cultura, quando muito é saudade, é história e pode, até mesmo, ser incapacidade de fazer igual. Que saibamos, a Europália — é nós orgulhamo-nos dela — não quis evocar feitos, mas, sim, apresentar um País não só nas suas características específicas como também na sua relação com os demais.¹²

Se o Governo, na sua totalidade, comungar desta filosofia revivalista e neonacionalista serôdia, ficamos a temer o pior não só em termos de política cultural¹³— o que já seria bastante —, mas também em alguns valores predominantes, o que seria desastroso.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Terminei aqui! Como vêem, os socialistas respeitam o tempo e os factos das promessas, mas estão desde já atentos, cépticos e críticos.

Por ora é tudo!

Com votos de felicidades ao Governo, em tudo aquilo, e só naquilo, em que as suas mãos condicionarem a felicidade de Portugal.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Sampaio, a Mesa e o seu Presidente agradecem-lhe as referências que teve a amabilidade de fazer à sua eleição.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Sampaio: Antes de mais quero, em nome da minha bancada, cumprimentar V. Ex.¹⁴ como líder do principal partido da oposição. É um cumprimento sincero que lhe dirijo, pela sua presença neste debate, que quanto a nós é um dos mais importantes, se não o mais importante debate da legislatura. Sabendo nós que V. Ex.¹⁴ exerce funções noutra instância, é dignificante, não apenas da actividade política, mas também da actividade parlamentar, que neste momento o líder do principal partido da oposição aqui esteja a confrontar o Governo com as suas posições e a discutir o Programa.

Ia de uma forma muito breve fazer algumas referências à sua intervenção, mas queria, antes de mais, tranquilizá-lo que a bancada do PSD não vai pedir que a bancada do PS venha a despacho connosco. Vamos, como já foi dito numa intervenção do Sr. Primeiro-Ministro no princípio deste debate, fazer todos os possíveis para, naquilo que tange ao essencial das regras do jogo político e das regras do jogo parlamentar, procurar consensos, estabelecer diálogos, sempre que seja possível. Mas também não vamos fugir ao dever de lealdade que temos para com VV. Ex.¹⁴ de os confrontar permanentemente com a diversidade das nossas posições, porque, tal como VV. Ex.¹⁴, também temos um mandato inequívoco que foi sufragado pela vontade popular e, mais do que VV. Ex.¹⁴, de forma claramente maioritária.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Diz V. Ex.¹⁴ — estranhando, penso eu — que o Programa do Governo mantém as características do anterior. Podia dizer a V. Ex.¹⁴ que a sua intervenção (se

for essa a linha de continuidade de oposição e a posição da sua bancada) também mantém as características da oposição que fizeram até agora. E não considero muito estranho que o Governo apresente um programa que mantém as linhas de continuidade do programa anterior, porque, em primeiro lugar, foi esse o nosso compromisso nas eleições. Dissemos que íamos continuar no caminho, no bom caminho segundo a nossa opinião, trilhado ao longo dos últimos quatro anos, pois esse caminho foi aprovado maioritariamente pelos portugueses. VV. Ex.¹⁴ fizeram um determinado tipo de oposição ao longo dos últimos quatro anos, mas a oposição que aqui fizeram, bem como as propostas que aqui apresentaram, não foram sufragadas pelos eleitores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, há-de considerar legítimo que aquilo que era considerado expectável da minha bancada, era que VV. Ex.¹⁴ fizessem aqui uma afirmação no sentido da correcção da linha de continuidade dos discursos que fizeram ao longo dos últimos quatro anos. Isso não foi feito por V. Ex.¹⁴, não sei se vai ser feito por outros colegas da sua bancada que irão intervir, mas desse ponto de vista V. Ex.¹⁴ não tem razão. Nós não tínhamos que o surpreender com um programa radicalmente antagónico em relação àquilo que era o programa anterior, pois tínhamos obrigação — porque foi esse o mandato eleitoral — de continuar no sentido anterior.

Gostava de lhe fazer um repto: disse que não apresentamos soluções em concreto para as mais candentes questões sectoriais. Também V. Ex.¹⁴ sabe que do programa de um governo, nos termos constitucionais, devem constar, e apenas isso, as principais orientações políticas e medidas a adoptar. Não ia, naturalmente, V. Ex.¹⁴ esperar ter aqui um programa exaustivo, calendarizado, com todas as medidas que vão ser aplicadas ao longo dos próximos quatro anos. Não vamos esgotar aqui hoje, neste debate, aquilo que vai ser o trabalho governativo e o trabalho legislativo desta Assembleia — isso vamos fazer ao longo dos próximos quatro anos.

Queria era que V. Ex.¹⁴ fundamentasse quais são as principais questões, porque isso não o fez. V. Ex.¹⁴ foi arauto, foi profeta — aliás, como tem sido até aqui —, enunciou, mas há-de reconhecer que do líder da principal bancada da oposição, do homem que aspira (e legitimamente) a ser primeiro-ministro alternativo não se espera que seja arauto e profeta, espera-se um pouco mais, espera-se que fundamente. Não estou a dizer que V. Ex.¹⁴ apresente aqui um programa de governo alternativo, uma vez que não é essa a sua função hoje. O que queria era que fundamentasse, porque há dois tipos de questões na sua intervenção que quero sublinhar.

O Sr. Deputado não tem razão nalgumas das críticas que faz, como é o caso das acusações que faz ao Governo e à maioria relativamente ao debate sobre os problemas europeus. Houve iniciativas promovidas, não apenas pela sua bancada, mas pela minha, como também pelo Governo nesse domínio! Elas foram abundantíssimas ao longo da última legislatura. Poucos governos terão estado aqui presentes, quer no Plenário, por nossa iniciativa, quer nas comissões sempre, mas sempre, que isso foi solicitado pela oposição, sempre que isso foi solicitado pela bancada da maioria, quando não por sua própria iniciativa. Aqui V. Ex.¹⁴ não tem razão.

Nos outros casos V. Ex.¹⁴ anunciou, acusou, profetizou, mas não fundamentou. Ora, o que lhe pedia era que fizesse

o favor de fundamentar, nomeadamente, quando acusa o Governo de não ter promovido e não apontar no seu Programa o sentido de uma política de desenvolvimento, de uma política de solidariedade.

Peço que V. Ex.^a fundamente, porque existe a fundamentação contrária, e já nem falo da fundamentação que o Governo faz. É que os relatórios internacionais de organizações prestigiadas, que não escrevem sob a batuta de forças partidárias, nomeadamente da OCDE, da Comissão das Comunidades, são claros ao afirmar que em Portugal, ao longo dos últimos quatro anos, não houve apenas crescimento, mas que houve desenvolvimento.

Isso é claro nos diversos domínios, mas obviamente que consideramos que o desenvolvimento é um processo inacabado, é um processo que temos de continuar.

Essa foi sempre a postura do Governo, porque há um caminho longo e difícil a percorrer, tal como no domínio da solidariedade. Mas V. Ex.^a não pode negar aquilo que foi feito, em termos reais, pelo anterior governo e dar credibilidade à afirmação das propostas que hoje aqui são apresentadas.

O que lhe pedia era que V. Ex.^a não se limitasse a dizer que não tem credibilidade aquilo que foi enunciado, que diga porquê, que fundamentalmente onde, com que objectivos alternativos, nomeadamente no domínio da alocação financeira dos recursos, porque sem isso não há solidariedade nem desenvolvimento, Sr. Deputado Jorge Sampaio. São duas palavras importantes, mas postule V. Ex.^a uma solução alternativa para a criação de riqueza que é o pressuposto indispensável, sem o qual não há promoção de políticas de solidariedade nem promoção de políticas de desenvolvimento.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Era isto que pedia a V. Ex.^a, sei que é capaz de o fazer, terá sido talvez por falta de tempo na sua intervenção inicial que o não fez.

Mas eu conto que V. Ex.^a possa responder a este resumo, fazendo-o de uma forma mais exaustiva na sua resposta aos pedidos de esclarecimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, havendo mais oradores inscritos para pedidos de esclarecimento, V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco Pereira.

O Sr. José Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Sampaio: Queria também comparticipar dos cumprimentos que faz o meu companheiro Duarte Lima, pois penso que todos estamos conscientes da necessidade não só de ter uma qualificação geral da vida parlamentar mas também de ter uma forte oposição.

O regime político e o País precisam de uma forte oposição, e saudando no Sr. Deputado o líder da oposição faço votos para que a diferenciação política que passa pelos debates desta Câmara seja substantiva, que passe pelos problemas reais e não apenas por ficções verbais.

Desejo também registar positivamente a disponibilidade do Sr. Deputado em nome do PS para proceder à revisão da legislação eleitoral. Iremos, com certeza, encontrar instrumentos negociais que materializem essa revisão.

Queria também referir-lhe que em muitos dos aspectos que referiu no seu discurso houve evidentemente problemas reais, não excluindo que algumas das questões que o Sr. Deputado levantou correspondem a problemas reais e a preocupações que partilhamos. A nossa divergência está mais na formulação política que deriva desses problemas.

Desse ponto de vista, queria desde já dizer-lhe, com toda a clareza, que não penso que haja em Portugal qualquer problema de liberdades públicas nem de apropriação monopartidária do sistema político.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Desculpe-me dizer-lho, mas isto é uma ficção que traduz muito mais a impotência de afirmação da oposição do que a realidade do conflito e da conflituabilidade política em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não há problemas de liberdades públicas, e se há problemas de liberdades em Portugal é exactamente daquelas que não estão presentes no seu discurso, ou seja, daquelas liberdades que são subjectivas e individuais e que correspondem ao direito individual de cada cidadão de ter possibilidade de cumprir as expectativas da sua vida, de ter possibilidade de fazer, de comprar, de ler, de consumir, de viver como entende. Essas são as liberdades que em Portugal (que herdou uma tradição de atraso de muitos anos) são também essenciais para a identidade subjectiva das pessoas, as que informam da capacidade de cada indivíduo exercer plenamente as suas liberdades políticas. São essas! Se há défice democrático e de cidadania em Portugal, são essas que têm de ser resolvidas.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Deslocar o debate, inclusive, com contradições que não existem na realidade, como a contradição entre crescimento e desenvolvimento, é também uma ficção política. Não é possível haver assunção das liberdades públicas e de cidadania sem haver crescimento económico. VV. Ex.^a podem dar-lhe a volta que entenderem, mas uma coisa não é possível sem a outra.

Se há problemas com a solidariedade, com a distribuição, se há a herança das desigualdades que recebemos, elas próprias não podem ser resolvidas se não houver um efectivo crescimento económico. A distinção entre uma coisa e outra cria prioridades artificiais na vida política.

Ora, o discurso do Sr. Deputado é o melhor retrato dessas prioridades artificiais da vida política transformadas em discurso sistemático. Desculpe-me dizer-lhe, mas quando se referiu a uma teimosia política autista do Governo fez o verdadeiro retrato do seu discurso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O seu discurso é a repetição de quatro anos de uma oposição que muitas vezes falando de problemas reais não os soube traduzir numa política que corresponesse efectivamente aos sentimentos dos

Portugueses. Porque se nos votos não há razão implícita, na votação há uma razão política implícita.

Fazêmo-lo nesta situação, como o faríamos na situação em que tivéssemos tido outro resultado eleitoral: não é possível que um partido político não olhe para o seu discurso, não olhe para os seus temas, não olhe para as suas questões, não como elas nascendo de qualquer dificuldade entre a política e a mensagem, mas como elas nascendo de uma dificuldade da própria política.

A verdade, Sr. Deputado Jorge Sampaio, é que o discurso que fez traduz esse autismo face à realidade. Essa verificação de problemas, depois, não consegue ser interpretada, a não ser numa lógica meramente oposicionista ou numa lógica verbal de defesa de liberdades que não corresponde aos sentimentos nem às necessidades e aos imperativos da actuação política.

Eram estas as questões que lhe queria colocar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Silva Marques.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Sampaio, de facto, o País e a democracia estão confrontados com uma grave situação: todos, de uma forma geral, reconhecem a necessidade, para bem do País e para bem da democracia, da existência de uma oposição forte, nomeadamente de um PS forte, presupondo que conseguirá enfraquecer o PCP, mas a verdade é que por muito mais que todos formulemos esse desejo a oposição persiste e teima em enfraquecer.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Teima em existir!

O Orador: — Bem, Sr. Deputado Jorge Sampaio, o remédio difficilmente poderá ser encontrado sem ser na própria oposição.

Mas a causa é bem evidente, Sr. Deputado, e permita-me corresponder, de forma positiva, ao apelo que há pouco V. Ex.^a fez: o debate sereno das diferenças e das ideias.

O Sr. Deputado voltou a mimoscar-nos com o célebre discurso da lição de democratismo e de moral. É verdade que o PS tem um particular apego a dar lições aos outros, embora nem sempre seguindo os seus próprios conselhos. Mas a verdade, Sr. Deputado Jorge Sampaio, é que o País espera mais do que lições, precisa de acção, de exemplos concretos, de obra. Ora, Sr. Deputado, desse ponto de vista não temos novidades.

Repare que me esforcei por encontrar algo de novo, e se algo de novo pude registar foi, sobretudo o que menos poderia esperar: um arroubo de radicalismo que pensei estar superado. O Sr. Deputado anunciou-nos que gastaram mais do que a lei permite ...

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Não se meta por aí Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Deputado deixe-me acabar e V. Ex.^a, serenamente, terá oportunidade de me responder.

O Sr. Deputado aproveitou a ocasião para nos dizer que gastaram muito mais do que a lei permite, anunciando-nos, além disso, que não vão apresentar contas. Ora, pergunto-me: porque é que não apresentam as contas, tal como o Sr. Deputado as anunciou?

É, sem dúvida, simpático, como gesto rebelde de iconoclasta, mas muito pouco em consonância com o chefe da oposição ou de um partido que pretende governar o País.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estamos à espera de mais e, sobretudo, de mais concreto.

Repare, Sr. Deputado: V. Ex.^a disse que o debate deve deixar de ter injúrias e fantasmas. Sem dúvida! E ainda estamos recordados de injúrias e fantasmas, tão recentes, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... como o ditador, a ditadura, o risco da democracia, o antidemocratismo, mas desejamos que essas injúrias e esses fantasmas sejam postos de lado.

Mas atenção, se do seu discurso desapareceu a injúria, ela está como que latente, uma vez que, em vários momentos, sobretudo num que me pareceu despropositado e flagrante, a injúria foi substituída pela «quicinha» — se me permite —, um tanto ou quanto inusitada, para o instituto político que cabe a cada um de nós e, nomeadamente, a V. Ex.^a

O Sr. Deputado, ao dizer que gastou a mais na campanha eleitoral, acusa imediatamente o Partido Social-Democrata de que — e uso a sua expressão —, «notoriamente, ainda mais abusou das despesas».

Sr. Deputado, o seu discurso ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado José Silva Marques, peço que termine.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, não apenas nós mas o País, estamos à espera de algo muito mais sólido, como actuação política, e muito mais elevado, como proposta para as soluções que o País espera.

Nós gastámos mais, Sr. Deputado?! Quando vi a vossa campanha, os célebres cartazes de «Agora nós», lançada de uma forma prematura, que surpreendeu toda a gente, com uma espectacularidade impressionante, significando despesas de que todos nos podíamos aperceber, pensei para comigo: eles vão, novamente e a curto prazo, abrir falência!

Risos do PSD.

E, Sr. Deputado, creio que assim acontece.

Por isso, Sr. Deputado, traga algo novo a este Hemiciclo e ao País e, sobretudo, faça aquilo que nos convidou a fazer.

O Sr. Deputado perguntou se estávamos disponíveis para fazer várias coisas. Estamos, sim, Sr. Deputado. Temos estado e continuamos a estar disponíveis para, desde logo, debater convosco, serenamente, ideias e propostas concretas para o País.

Porém — e esta é a última pergunta —, estarão, o Sr. Deputado e o Partido Socialista, disponíveis para praticarem o mais elementar acto de saúde para as instituições e de progresso para a democracia do nosso país, que é o de, sem qualquer reserva de despropositado elitismo, respeitarem os Portugueses?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Alvarez Carp.

O Sr. Rui Alvarez Carp (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começo, em primeiro lugar, por saudar o Sr. Deputado Jorge Sampaio pelo regresso a esta Casa.

Passo, muito rapidamente, a colocar duas questões que envolvem a área económica e social, embora saiba que V. Ex.^a não é um economista, mas, como líder do seu partido, teve, certamente, na elaboração da sua intervenção, o cuidado de consultar os economistas do seu partido.

Estas questões têm a ver com duas afirmações que são graves, porque podem ser feitas num debate mais acalorado entre pessoas menos responsáveis politicamente, mas devem ser, ou deveriam ter sido, mais cuidadas quando essa intervenção parte do líder do maior partido da oposição.

V. Ex.^a disse que os programas de desenvolvimento e de estabilização conjuntural que o governo Cavaco Silva empreendeu desde 1986 foram um rotundo fracasso — salvo erro, foi esta a expressão que utilizou. Disse, portanto, que o PCEDED, que tem a ver com a correcção estrutural do défice externo e do desemprego, e mais tarde o QUANTUM, que tem a ver com o ajustamento monetário da nossa economia, foram um fracasso.

Bom, a prova evidente de que não foram um fracasso está nos resultados eleitorais que o PSD obteve em 1987 e há pouco mais de um mês.

O Sr. Deputado pôs também muitas vezes em causa a independência e a isenção da comunicação social quando se referiu à Alta Autoridade para a Comunicação Social.

V. Ex.^a diz, então, que esses programas que o Governo empreendeu foram um fracasso.

Gostaria, pois, de saber que comentários lhe sugere um artigo sobre Portugal que se pode ler no *Financial Times* da semana passada — suponho eu que é um jornal independente — que começa por dizer o seguinte: «Qualquer um que viaje por Portugal, depois de alguns anos de ausência, encontra um novo país. Não é só o impacte de um programa vasto de obras públicas que pode espantar o visitante nem outros sinais de rápido crescimento e desenvolvimento, mas a mudança nas atitudes da população. Portugal tornou-se mais afirmativo e autoconfiante e isso é especialmente visível nas gerações mais jovens.» É claro que depois se refere aos problemas da inflação, que o próprio Governo também considera ser um problema, mas que não são os que encontrou em finais de 1985.

Sr. Deputado Jorge Sampaio, será esta afirmação pouco isenta?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rui Alvarez Carp, esgotou o tempo regimental.

O Orador: — Quando o Sr. Deputado se referiu à coesão económica e social estava à espera que fizesse uma correcção daquilo que tive oportunidade de ouvir aquando da proposta técnica-jurídica que V. Ex.^a trouxe a esta Câmara, no início do ano, para as conferências intergovernamentais.

Na altura V. Ex.^a confundiu a coesão económica e social como uma meta e, infelizmente, continua a laborar no mesmo erro. Será que o Partido Socialista não comprehende que a coesão económica e social está no Tratado, desde a criação do Acto Único Europeu, e é, em boa parte, resultante dos esforços que o Governo Português, do Prof. Cavaco Silva, nessa altura empreendeu? Será que o Partido Socialista não comprehende que a coesão económica e social não é uma meta mas é, em si mesmo, um princípio que deve estar presente em todos os momentos e em todas as decisões comunitárias e que não é uma mera contabilidade? Será que isso não é perceptível para VV. Ex.^{as}?

Quanto à parte social da coesão, será que ainda existe outra prova mais evidente senão aquela que foi referida pelo vice-presidente da Comissão das Comunidades, quando disse que a principal condição para aquilo a que chamamos coesão económica e social, tendente à eliminação das disparidades entre os ricos e os pobres, é o crescimento, e que Portugal assistiu a uma evolução impressionante nos últimos quatro a cinco anos e que o País se transformou radicalmente? Será que esta visão do vice-presidente da Comissão das Comunidades também não é isenta?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Rui Alvarez Carp, peço-lhe que conclua.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Será que V. Ex.^a não considera positivo o acordo que foi estabelecido, ainda no ano passado, sobre política de rendimentos e preços entre os diversos parceiros sociais? Se tudo isto não tem a ver com a coesão económica e social nem com o sucesso da economia portuguesa, então, Sr. Deputado, apresente uma alternativa mais forte. Agora não apresentaram nada, mas aguardemos pelo debate.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Manuel da Costa Andrade (PSD): — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Manuel da Costa Andrade (PSD): — Sr. Presidente, inscrevi-me, ou penso que me inscrevi tempestivamente, também para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Jorge Sampaio ...

Julgo ver gestos de concordância por parte dos membros da Mesa, pelo que, se ainda estiver a tempo, gostaria de usar da palavra.

O Sr. Presidente: — Se o Sr. Deputado Jorge Sampaio não vir inconveniente, darei, em primeiro lugar, a palavra ao Sr. Deputado Manuel da Costa Andrade, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Manuel da Costa Andrade.

O Sr. Manuel da Costa Andrade (PSD): — Sr. Deputado Jorge Sampaio, sou um deputado integrado no Grupo Parlamentar do PSD e sempre estive, mais ou menos, em concordância com as posições assumidas pela direcção da minha bancada, hoje, por maioria de razão, na parte em que saúda V. Ex.^a, Sr. Deputado, por tudo o que representa politicamente, que não cabe a mim sindicar, mas também por tudo aquilo que representa para além do político, que sei que é muito. Por razões de brevidade não me atrevo, por isso, aos cumprimentos.

Também eu, Sr. Deputado Jorge Sampaio, entendo que o Partido Socialista, sobretudo pela sua voz, exagera no tópico da liberdade. Penso que hoje, em Portugal, não há

um problema de liberdade, pelo menos no sentido em que o Partido Socialista o coloca. Talvez haja, em rigor, um problema de liberdade; talvez haja uma nova fronteira da liberdade.

Mas esse novo problema, essa nova fronteira da liberdade é aquela que, melhor do que ninguém, o Governo vem correctamente equacionando e, em relação à sua superação, vem dando passos concretos, porque o novo problema é fazer corresponder às liberdades formais as liberdades materiais. É o problema de dar liberdades materiais. É o problema de privilegiar não a liberdade de ser, não a liberdade face às injunções, às intromissões, mais ou menos legítimas ou ilegítimas do poder, mas a liberdade que assenta na capacidade de afirmação do homem, como sistema autónomo, capaz de se afirmar perante o poder. E essa liberdade só se afirma e só se reforça em nome da dignidade da pessoa humana, constitucionalmente tutelada.

Ora, é a partir do reforço dessa dignidade da pessoa humana, constitucionalmente tutelada e armada em termos de condições económicas, sociais e culturais, que a liberdade, que irradica da pessoa humana, pode efectivamente opor-se à ditadura. Todas as ditaduras assentaram sempre, tiveram sempre o seu húmus, na miséria e na indignidade humana que a miséria mediatisa. Se há progressos sérios no sentido de reforçar a chamada «dignidade da pessoa humana», para que a nossa Constituição aponta, é manifestamente a política e o caminho que este Governo vem trilhando.

Tinha algumas questões concretas, algumas já foram colocadas, mas não resisto a pôr-lhe esta questão, sem prejudicar em nada o debate que seguramente vai ser longo sobre estas questões, que tem a ver com aquilo que se me figura ser uma contradição, dificilmente sanável, na argumentação do Sr. Deputado, no que toca às questões do sistema eleitoral.

O Sr. Deputado, por um lado, estigmatiza aquilo que aponta como «maiorias artificiais» e, por outro, insiste na defesa da chamada «moção de censura construtiva».

Naturalmente, importa acentuá-lo, que as chamadas «maiorias artificiais», obtidas à custa de algumas transições do sistema proporcional, no sentido maioritário, são, naturalmente, soluções legítimas. Ou seja, na extrema, as próprias soluções maioritárias são soluções legítimas. Também a moção de censura construtiva é um sistema legítimo e na sua base assentam governos democráticos, cuja legitimidade não está em causa.

Mas o problema está nisto: o Sr. Deputado defende a moção de censura construtiva em nome dos ganhos de estabilidade que ela oferece para o sistema político. Mas os ganhos de estabilidade que ela oferece resumem-se, na prática, a permitir que um governo minoritário sobreviva e se prolongue à custa das divergências que minem a oposição maioritária. Para além disto, a moção de censura construtiva não traz ganhos significativos de estabilidade ao sistema político.

Pergunto-lhe: assentar o sistema político português numa solução como esta não levará à mais artificial das maiorias? Mais grave do que isso, a ser assim, não se trata de uma minoria que se vem sub-rogar a uma maioria, mesmo sendo uma maioria artificial?

Qual é, digamos, a coerência, quais são os referendos em que o Partido Socialista se louva, para num passo estigmatizar maiorias, que são manifestamente maiorias e legítimas, e privilegiar tanto um sistema de minoria que vai sobrepor-se às maiorias, pelo menos para quem

acreditar que o Governo deve hoje, como sempre, continuar a ser tendencialmente o governo das maiorias.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Sampaio.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, Srs. Deputados do PSD, a todos eles, descontando a coloração específica que o Sr. Deputado José Silva Marques tentou dar às suas intervenções, os meus agradecimentos pela saudação global que me fizeram.

O sistema tem destas coisas, venho aqui quando a lei me permite e o Sr. Primeiro-Ministro vem aqui quando é obrigado. Digo isto sem qualquer acrimónia, a vida é assim!

Mas, como VV. Ex.^{as} têm tanto prazer em ver-me, espero que alterem a lei ligeiramente para que eu possa vir aqui de vez em quando. Afinal, fui tão eleito como VV. Ex.^{as}, mas por ter sido eleito outra vez — a democracia tem destas coisas —, não posso cá vir sempre que haja um debate interessante, pois é grande a complicação de papéis e a burocracia no que respecta às suspensões. Aliás, fui eu que despoletai essa matéria e sei que VV. Ex.^{as} não facilitam, nem têm essa obrigação, como é evidente. Deixo aqui, no entanto, uma sugestão no sentido de que, em matéria de revisão da Lei Eleitoral, VV. Ex.^{as} venham a contemplar este aspecto como um apêndice necessário.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Domingos Duarte Lima, peço desculpa, mas, por razões de tempo, tenho de responder telegraficamente. Agradeço a questão do despacho e posso dizer-lhe que mesmo que V. Ex.^{as} quisesse — e disse que não queria — nós também não queríamos, portanto não há despacho algum, há grupos parlamentares com legitimidade igual do ponto de vista político e diversa naquilo que é a sua constituição numérica.

Sr. Deputado, fundamentalmente, gostaria de dizer-lhe que não é nossa pretensão alterar — aliás, nem podíamos, seria ridículo — os resultados eleitorais. Nem temos de fazer um programa de Governo, pois já está feito. De tudo isto, extraio uma conclusão normalíssima: o vosso programa, o programa eleitoral do PSD, foi o que sustentou o vosso partido e o Sr. Primeiro-Ministro nas eleições. Ganharam as eleições, dei-lhes os parabéns. Agora o problema é vosso e nosso, nesta medida: VV. Ex.^{as} têm de cumprir o vosso programa, nós temos de avaliar o que VV. Ex.^{as} fazem e, em cada momento, temos de dar a alternativa.

Querer que na discussão do Programa do Governo, que é o vosso e não o nosso, falássemos do programa do Partido Socialista era totalmente absurdo, pois seria estar a considerar que não houve eleições em 6 de Outubro e que não demos os parabéns a VV. Ex.^{as}, esperando que, no interesse geral do País, tudo corra pelo melhor e que eu possa ter a grande vantagem — como, aliás, já tive durante a campanha eleitoral — de dizer: que bom terem aberto esta auto-estrada, pois facilita as deslocações para os locais dos comícios! Colhi vários benefícios dessa iniciativa e elogiei-a várias vezes.

Aplausos do PS.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Mas ela não visava apenas os comícios!

O Orador: — Evidentemente, só faltava que se abrissem auto-estradas exclusivamente para os comícios!...

Então V. Ex.^a imaginaria o que seriam as contas dos partidos ... milhões e milhões ...

Risos.

A auto-estrada do Norte, por exemplo, para o comício de Vila Franca. Seria uma coisa gigantesca!

Portanto, Sr. Deputado Domingos Duarte Lima, como V. Ex.^a vai continuar a remeter-me para o vosso programa — e espero que este vosso belo documento não seja esquecido amanhã —, também o remeterei para o programa do PS. Andaremos aqui a remeter-nos, cada um por seu lado, para os respectivos documentos, o que, aliás, dará, a cada um de nós e a todo o País, uma excelente oportunidade de saber o que elas contêm, pois, infelizmente, cada vez se sabe menos — e, porventura, a culpa também poderá ser nossa — o que o programa do PS contém. E assim, relativamente a cada proposta em concreto, os vários aspectos dos nossos programas terão oportunidade de se afirmar.

Sr. Deputado Domingos Duarte Lima, sobre a questão europeia, não queria, mais uma vez — e o Sr. Primeiro-Ministro sabe isso, porque já tivemos presentes em reuniões para que ele nos convocou, como, aliás, também aos outros líderes parlamentares —, expressar a nossa posição nessa matéria. É uma posição exclusivamente pautada pelo interesse nacional, em que se percebe claramente que há questões bilaterais na multilateralidade a serem discutidas e que devem ser secretas para potenciar as energias da negociação portuguesa. Nisto estamos de acordo, mas entendemos que não justifica, em caso algum, que esta Assembleia da República — e não é porque os Srs. Ministros vêm cá que se discute — não assuma, em conjunto com o Governo, esta questão fundamental.

Na verdade, vai acontecer, em breve, a discussão do projecto de tratado sobre a União Europeia, cuja última versão foi apresentada, há cinco dias, pela presidência holandesa, e não estamos a propiciar ao País uma discussão fundamental sobre esta matéria. Há, pois, que distinguir os dois planos.

E digo-lhe mais, Sr. Deputado Domingos Duarte Lima, para que o Governo possa ter uma discussão aprofundada sobre estas matérias, sempre que deseje e sempre que a Assembleia da República seja chamada — como espero — a pronunciar-se, solicito desde já a VV. Ex.^a que decidam, uma vez que têm a maioria, no sentido de se dotar as comissões parlamentares dos assessores necessários, como acontece em qualquer parlamento do mundo, na Europa civilizada, que façam o trabalho de base, que aqui é feito por todos nós, inclusivamente por VV. Ex.^a, quer se trate da legislação, do requerimento ou das questões mais elementares. E não é preciso aumentar a despesa, basta requisitá-los à função pública por três anos, sem quebra do vínculo. Os alemães já inventaram este sistema desde o pós-guerra, altura em que instituíram o Parlamento. É a coisa mais simples do mundo. Enquanto não pudermos contar com técnicos para nos ajudar, e não para criar emprego e aumentar a plethora do funcionalismo público, não assumiremos o prestígio e a responsabilidade; não podemos saber tudo, temos de ser aconselhados, industriados e informados por quem sabe destas coisas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Domingos Duarte Lima, espero que até Dezembro haja a possibilidade de se fazer,

sem dramatismos, o debate que esta questão prenuncia, e que o País discuta e saiba o que está a acontecer em matéria de União Europeia: para onde vamos, se queremos ir — e até queremos ir —, em que condições e como, para que seja dado um suporte, que penso ser possível, aos nossos negociadores, ou seja, ao Governo que o País elegeu em 6 de Outubro passado.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo, Sr. Deputado Domingos Duarte Lima, e respondendo também ao Sr. Deputado Rui Alvarez Carp, não vou fazer qualquer fundamentação financeira, porque o Programa, que VV. Ex.^a apresentaram, nada diz em concreto. Espero que depois o Sr. Ministro das Finanças detalhe esse aspecto. E digo isto, porque tenho esta sina de, às vezes, dizer bem dos membros do Governo. É já uma coisa que me vai perseguinto e que alguns jornais semanários têm referido.

Risos do PS e do PSD.

De facto, já me aconteceu isso com o Sr. Ministro da Educação do último governo, pelo que já «estou nos livros» por ter dito bem dele. Também tenho muita consideração pelo novo ministro, o que não tem nada a ver com a sua política, porque ainda não sei qual é, só o futuro dirá, mas trata-se apenas de consideração pessoal e expresso-a aqui. O mesmo se passa com o Sr. Ministro das Finanças.

Por consequência, é absolutamente essencial que, no debate do Programa do Governo, o Sr. Ministro esclareça, afinal — se o Sr. Primeiro-Ministro não fizer isso, uma vez que até agora fez apenas uma declaração de intenções genérica, típica de propaganda eleitoral, mas faço-lhe a justiça de que, obviamente, saberá responder a isto —, como é que se resolve o dilema do aumento das prestações sociais, uma vez que, se isso não acontecer, não existe a tal solidariedade e a tal qualidade de que se arroga agora o Programa do Governo.

De facto, é preciso rigor, em matéria de política orçamental, para que se caminhe para a convergência, para que diminua a inflação e nos enquadremos no futuro da União Económica e Monetária. E tudo isto sem qualquer aumento dos impostos. VV. Ex.^a vão ter de me explicar como vão fazer. Sinceralmente, iríamos em marcha forcada, pela auto-estrada do Sr. Engenheiro Ferreira do Amaral, a aplaudir-vos se resolvessem este círculo de ferro que ninguém, até agora, resolveu.

Portanto, se VV. Ex.^a tiverem descoberto oelixir para isto, francamente digo: bravo, vão em frente! Há nobres da economia eminentes a distribuir pelas vossas bancadas — não tenho sobre isso a menor dúvida — e haverá mesmo outros nobres disponíveis para outras matérias relacionadas com esta.

Todavia, não posso deixar de dizer ao Sr. Deputado Rui Alvarez Carp que não recordo os fracassos em matéria de inflação que a conjuntura agora veio permitir diminuir.

Protestos do PSD.

Não quero deixar de referir os fracassos na reestruturação industrial, não quero referir o que se passa em matéria de precariedade de emprego, não quero referir o que se passa em matéria de acesso ao crédito por parte dos agentes económicos — pois VV. Ex.^a, certamente, terão dado conta disso, durante a campanha eleitoral que

fizeram pelo País — e o que se passa também em matéria de equidade fiscal. Por aqui me fico!

Sr. Deputado José Pacheco Pereira, não estamos obsecados com o problema do défice democrático em Portugal, porque se estivéssemos não teria havido a campanha eleitoral cordial que houve entre todos os portugueses, apesar das divergências que manifestámos durante a campanha e do que ela significou em certas formas de a conceber.

A questão central dos tempos de hoje é a existência de novas fronteiras para as liberdades, e quem tem a experiência do concreto, no quotidiano, sabe que Portugal tem um défice acentuado, do ponto de vista dos cidadãos, quanto ao exercício dos seus direitos perante a Administração, perante a transparéncia dela, na sua capacidade de recurso aos tribunais, no acesso ao direito e ao Estado de direito. E as novas fronteiras da liberdade individual, no sentido privado, e pública, no sentido das liberdades públicas, são questões que estão em aberto na sociedade portuguesa, e aí há, francamente, muito a acrescentar.

Portanto, quando atentamos nisso, vemos que uma sociedade que se europeiza, se moderniza, que reforça a sua identidade, tem de ser acompanhada da modernização, da abertura, da eficácia nestes domínios. É esse o sentido da nossa intervenção e não estamos obsecados com nada. No entanto, VV. Ex.^{as} têm agora uma óptima oportunidade. Basta só que aprovem agora tudo o que chumbaram em matéria de Regimento da Assembleia da República, na legislatura passada. Isso só reforçará a transparéncia deste órgão de soberania e o seu prestígio. Não há outra saída!

Aplausos do PS.

É tão-só esta a nossa posição!

Sr. Deputado José Pacheco Pereira, agradeço o tom de analista político com que se me dirigiu, penso que foi sincero e elegante da sua parte, pois já tenho levado de si muita «pancada» pública e privada e tenho resistido com algum pundonor. Agradeço-lhe ainda a atenção científica que deu às minhas preocupações e às do Partido Socialista. Oxalá que assim continue e que as vicissitudes do percurso não venham a alterar a matéria.

Sr. Deputado José Silva Marques, quero dizer-lhe que não dou lições a ninguém. V. Ex.^a é que durante vários anos da sua vida deu várias lições a várias pessoas, em locais diversos e perante públicos diversos.

Mas respeito as suas posições e não é minha intenção fazer-lhes referência.

Risos.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Mudai de licen!

Risos do PSD.

O Orador: — Penso que estamos entendidos sobre essa matéria e o Sr. Deputado sabe que temos uma história em comum, que me dispenso de referir, porque nem sequer pretendo fazer qualquer crítica. A vida leva-nos a evoluir. Mas peço-lhe: não diga que dou lições, pois o que se passa comigo e com o meu partido é que gostamos imenso de aprender e cá estamos para continuar a aprender, porque só assim é que compreendemos a democracia. Não damos lições a ninguém!

Aplausos do PS.

Sr. Deputado José Silva Marques, é surpreendente que V. Ex.^a queira hoje ironizar sobre a matéria de contas da

campanha eleitoral. É surpreendente!... Aliás, deve ter perturbado, pelo seu habitual quixotismo intervencionista, algumas das pessoas, e há muitas, felizmente, do seu partido e da bancada do PSD.

Com escrito, o que o Partido Socialista veio dizer, aliás, na sequência do que diz o Programa do Governo a folhas 23 — e foi isso que me estimulou, imagine-se a minha sinceridade! —, é que teria sido útil aprovar, antes das eleições, as «leizinhas» que cá estavam sobre esta matéria. Mas não foi assim, vai ser depois, até porque há uma maioria confortável e os grandes princípios são, normalmente, enunciados depois das eleições, quando se ganha.

Mas nós agora temos de fazer o teste da sinceridade.

Na verdade, no Programa do Governo, a folhas 23, VV. Ex.^{as} dizem que necessitam claramente de revisão as normas referentes à Constituição, regime financeiro e verificação de contas, benefícios fiscais e responsabilização pelo ilícito no que respeita à lei dos partidos políticos. E o que eu vim dizer, assumindo todas as responsabilidades por isso, é muito simples: acabemos com a hipocrisia!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não vamos continuar a exercer a hipocrisia perante o povo português.

E o que eu disse aqui é simples: nós violámos a lei, em vez de 10, gastámos 20. Como o que interessa é apresentar contas verdadeiras, não apresentamos contas que, porventura, possam não ser verdadeiras e aceito as penalidades da lei. Será, aliás, interessantíssimo que eu seja castigado e sei qual é a penalidade, mas acho também que era importante que rapidamente se chegasse a um consenso nacional para que estas leis sejam transparentes, como em França, que houvesse amnistia sobre as infracções a essas leis no passado e que olhássemos para o futuro, para que o povo português se possa rever permanentemente naquilo que se faz em seu nome para ele, como e em que circunstâncias.

Aplausos do PS.

Quanto à coesão económica e social, Sr. Deputado Rui Alvarez Carp, temos aqui um longo trabalho apresentado no Parlamento sobre essa matéria e não quero, mais uma vez, referi-lo, porque o Sr. Deputado José Silva Marques diz que quer dar lições e não as quero dar, mas, de facto, somos dos primeiros a relacionar a questão da coesão económica e social como essencial para a posição portuguesa numa perspectiva política e não apenas numa perspectiva no seio da União Económica e Monetária.

Todos sabemos que isto é verdade; existem documentos escritos e, por isso, até lhe agradeço ter dito que tivemos algumas iniciativas nesse domínio.

Quanto à matéria de fracassos, já citei alguns e, por isso, não vale a pena referi-los.

E não desisto de terminar, Srs. Deputados do PSD, com a mesma cordialidade com que, desta vez, me questionaram, dizendo que VV. Ex.^{as} prestarão um grande serviço a este debate se responderem àquelas perguntas que fiz, que não são lições mas, sim, perguntas elementares.

Estaremos disponíveis para desgovernamentalizar a Alta Autoridade? Estaremos disponíveis para garantir a efectividade do controlo das comissões de inquérito? Estaremos disponíveis para reforçar os mecanismos das

incompatibilidades? Estaremos disponíveis para reforçar o papel do Tribunal de Contas no controlo das contas públicas? Estaremos disponíveis para o recurso directo de amparo? Estaremos disponíveis para a comissão eventual e imediata para o código eleitoral?

É a isso, convenhamos, que eu espero que VV. Ex.^{as} respondam, porque são o maior partido português, ganharam as eleições e, como ainda por cima ouvi o Sr. Primeiro-Ministro afirmar — com certeza com toda a legitimidade — que a matéria da revisão da Lei Eleitoral estava sufragada pelo eleitorado, não posso deixar de dizer que o que ele eventualmente terá lido com toda a atenção foi o que o programa do PSD dizia sobre esta matéria.

Então, imagine-se o que seria agora se, só por causa de se ter dito isto no programa eleitoral, tivéssemos todos de seguir em boa ordem e em marcha organizada por causa do programa que foi sufragado pelo eleitorado.

Mas VV. Ex.^{as} sabem o que é que o vosso programa dizia sobre a alteração da Lei Eleitoral? Dizia apenas isto, num singelo parágrafo e numa página, aliás, não numerada: «A alteração da Lei Eleitoral para a Assembleia da República continuará a ser defendida de forma a favorecer a estabilidade governativa ...», que VV. Ex.^{as} já têm sem precisarem de a alterar, «... e aproximar os eleitores dos eleitos através da coexistência de um círculo nacional a par de círculos locais de pequenas dimensões», e a seguir VV. Ex.^{as} passam para os partidos políticos.

Assim, pergunto: em consciência, o que é que o povo português sabe das vossas propostas eleitorais?

O Sr. José Pacheco Pereira (PSD): — Sabe mais do que o PS!...

O Orador: — Portanto, a discussão está em aberto e estamos disponíveis para as vossas propostas, mas não temos qualquer «cheque» em cima da nossa cabeça.

Pergunto ainda se temos ou não a liberdade de podermos dizer sobre essa matéria importante aquilo que justamente entendemos dever dizer na sede própria e sem ultimatos de calendário. A nossa disponibilidade é esta.

Saudo-vos e saúdo também o Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa gostaria de anunciar um critério mais prático para a regulação do tempo de uso da palavra. Se é certo que estamos num debate em que todos os tempos usados por cada deputado são contados globalmente, há uma norma regimental que obriga a que as intervenções sejam distribuídas da seguinte forma: três minutos para cada pedido de esclarecimento e quinze para a resposta.

A Mesa, sendo certo que este é um debate especial, vai passar a proceder implacavelmente: aos três minutos, anuncia ao deputado que está no uso da palavra que já passou esse tempo e aos cinco, com um ligeiro pré-aviso, interrompe a palavra ao deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional (Fernando Nogueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes da minha intervenção seja-me permitida uma breve palavra, em nome do Governo, para sublinhar como são bem-vindas todas as iniciativas políticas que esta Assembleia possa desenvolver, em articulação com o

Governo e com a Presidência da República, para reforço da posição portuguesa na questão de Timor Leste e como reacção veemente aos últimos e nefastos acontecimentos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Governo reagiu pronta e imediatamente e actuou em múltiplas frentes, nas Nações Unidas, na Comunidade Económica Europeia, junto de todas as representações diplomáticas em Lisboa. Foi uma reacção firme e determinada perante um acto ignóbil, desumano e sanguinário, cuja reprovação, para ser audível a nível internacional, precisa de ser a uma só voz. Saberemos encontrá-la em conjunto, pois a isso nos obriga a dignidade e a própria sobrevivência de um povo.

Aplausos gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao dirigir-me pela primeira vez na presente legislatura a esta Câmara, desejo saudar todos e cada um dos Srs. Deputados, enquanto membros de pleno direito da Assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses. Saúdo igualmente o seu Presidente e nele o homem genuinamente humanista e democrata, que muito admiro.

Faço estas saudações num acto particularmente importante para o Governo e de especial simbologia para o Parlamento, já que é através da aprovação parlamentar dos respectivos programas que os governos assumem a plenitude dos seus poderes.

O Programa que agora é colocado à vossa avaliação e aprovação está necessariamente marcado por dois traços caracterizadores do próprio governo que o apresenta — um governo de legislatura, um governo de continuidade. De legislatura, dado o suporte maioritário, coeso e homogéneo que o sustenta; de continuidade, pois, muito embora disponha de uma inequívoca legitimidade renovada, o seu apoio reside no mesmo partido, a sua filosofia inspiradora mantém-se no essencial inalterada e a sua liderança é coincidente com a do XI Governo Constitucional.

O Programa, tal como o Governo, tem um horizonte de quatro anos e nas suas linhas essenciais consolida, aperfeiçoa e desenvolve o projecto político que os Portugueses sufragaram de forma indesmentível e categórica no recente acto eleitoral de 6 de Outubro, como já o tinham feito em 1987.

Numa palavra, Srs. Deputados, aquilo que vos é proposto é um plano de acção para quatro anos, com uma linha orientadora cujos contornos enformadores são já do vosso conhecimento.

Não confundamos, porém, coerência e continuidade com repetição e decalque, porque, muito embora de continuidade, o Programa, em matéria de defesa nacional como nas outras, é profundamente inovador em objectivos e metas, em medidas e acções, no aprofundamento de uma ideia cujo principal mérito reside, a par da referência a princípios e da reconsolante adesão popular que desperta, na sua natureza intrinsecamente dinâmica.

Somos reformistas e assumimo-nos como tal. Queremos interpretar e acompanhar as inevitáveis alterações da sociedade e do mundo que nos envolve e agirmos em conformidade. Temos discurso e pensamento político, mas valorizamos de igual modo a acção.

Somos de novo Governo porque o sabemos ser ...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e não apenas porque o queríamos ser. Somos de novo Governo para fazer o novo, para construir o futuro.

Mas, se ser governo significa saber decidir com os olhos postos no futuro, áreas há em que, de forma particular, saber decidir também significa saber ouvir. É o que pensamos em relação à defesa nacional.

Teremos uma permanente postura de diálogo com esta Assembleia e com a comissão parlamentar respectiva, cujo trabalho e sentido de cooperação na legislatura passada são dignos de público reconhecimento; o que faço agora em renovada mas justa afirmação. É que, Srs. Deputados, se há políticas em relação às quais existe um quase imperativo democrático, senão mesmo um imperativo de espírito, de apresentar diferenciações de pontos de vista e de soluções, na defesa nacional o propósito que nos deve animar e nos tem animado é o da busca de um consenso nacional tão alargado quanto possível.

Por isso, o Programa que vos é proposto realça princípios, indica linhas de orientação e aponta ações que visam ampliar a compreensão e acção dos valores e interesses nacionais, o fortalecimento da vontade de defesa e o esforço permanente de esclarecimento da opinião pública.

O Governo entende que só uma opinião esclarecida, devidamente apoiada numa informação pública oportunamente, verdadeira e actual, permitirá a criação de consensos conscientes, saudavelmente críticos e temporalmente estáveis, mesmo na adversidade, se ela surgir.

A reflexão estratégica, levada a cabo em permanência, como, aliás, a actualidade e a situação internacional o impõem e que qualquer governo responsável tem de garantir em continuidade, constitui um instrumento da maior utilidade para a tomada de decisões. Só assim será possível maximizar com oportunidade e adequação o potencial estratégico nacional, quer material, quer, sobretudo, moral e intelectual, pelo desenvolvimento de uma acção político/diplomática que contribua para afirmar, em permanência, a identidade nacional no seio das alianças a que pertencemos e no contexto da sociedade internacional em que nos inscremos.

A capacidade de afirmação nacional neste contexto tem de constituir objectivo imediato, sobretudo quando a previsão de responsabilidades acrescidas em organizações internacionais se perfilam no curto prazo e têm relação directa com conceitos e prováveis definições de arquitecturas de segurança.

A alteração do conceito tradicional de ameaça, decorrente do novo relacionamento Leste-Oeste, não eliminou, apesar de tudo, a incerteza e os riscos e vem suscitando novos desafios que, não assumindo a caracterização evidente da ameaça militar, materializam expressões de conflitualidade que se constituem como elementos perturbadores da segurança.

Se o confronto Leste-Oeste se tornou menos provável e se o desanuvioamento é por demais evidente, em contrapartida os nacionalismos, a par de radicalismos étnicos e religiosos, conjugados com hesitações na concretização de alguns processos democráticos, têm-se constituído, a nível regional, como potenciais factores de instabilidade ou como expressão visível de conflitualidade, de que a Jugoslávia é, no presente, claro exemplo.

Essa reflexão estratégica deverá, assim, ser apoiada numa análise profunda, sistemática e especializada dos acontecimentos mundiais, não só nas estruturas orgânicas e hábeis da administração, mas também noutras sedes, mormente de natureza académica.

Como corolário destas ações, o Governo procederá à reavaliação e aprovação do conceito estratégico de defesa nacional, após debate na Assembleia da República, tendo em conta as realidades e a incerteza da situação internacional actual, as suas transformações aceleradas, os factores de instabilidade que ainda persistem, mas também as naturais expectativas de paz e de cooperação, que uma distensão da ameaça e uma nova postura estratégica da URSS, legítimamente, permitem antecipar.

No âmbito das relações externas de defesa, somos e continuaremos a ser um membro activo de estatuto pleno na Aliança Atlântica, entendendo-a como a organização militar de segurança privilegiada quer para a segurança europeia, com o crédito de mais de 40 anos de paz na Europa, quer para a manutenção da solidariedade estratégica transatlântica.

Seremos igualmente um parceiro activo na CEE e na UEO, participantes e co-autores do modelo de segurança europeia que virá a ser definido, de forma consensual, entre todos os seus membros.

Permito-me sublinhar a este respeito que as recentes decisões tomadas na última reunião da Aliança Atlântica em Roma confirmam a justeza das posições e a orientação político/estratégica assumida pelo XI Governo relativamente à discussão destas questões.

A postura política e estratégica do País na reformulação e consolidação destas organizações é a de que seremos membros de estatuto pleno em todas elas, através de uma participação realista, potenciadora da capacidade nacional, zelosa na defesa dos nossos interesses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ponderados os riscos, medidas e transformações a nível mundial, os sinais dos tempos correm a nosso favor. Correm a favor de Portugal.

O particular modo de ser que é o nosso, a capacidade de entender os outros e com eles conviver e a natural aptidão para a comunhão com outros povos é inequivocavelmente um património que sai valorizado num contexto mundial em que a liberdade e os direitos do homem se assumem como valores prevalentes da humanidade.

É por isso que atrás afirmamos que o momento histórico nos é favorável. É que, dadas as nossas particulares especificidades e a nossa presença peregrina no mundo, a evolução que se desenha de uma sociedade bipolar para uma sociedade multipolar potencia a nossa capacidade de intervenção e influência em múltiplas partes do globo, mas aumenta igualmente as nossas responsabilidades.

Particulares responsabilidades temos, por exemplo, em relação aos países africanos de língua oficial portuguesa. E estamos a assumi-las com dignidade e com mérito. Queremos prosseguir por aí. Nessa medida, desenvolveremos a cooperação militar com esses países, na qual vemos igualmente uma alavanca potenciadora de outras formas de cooperação e um instrumento privilegiado de preservação da língua e cultura portuguesas, bem como do fomento de relações entre instituições fundamentais do Estado, como o são as Forças Armadas.

Mas se a evolução da situação internacional nos leva a repensar o conceito estratégico de defesa nacional e a reforçar a política de cooperação, ela obriga-nos ainda, de forma reforçada por razões internas, à necessidade de reestruturar, redimensionar e recupiar as nossas Forças Armadas.

Tais reformas reclamam estudos e debates, ambos já desenvolvidos na anterior legislatura e que agora teremos de prosseguir, mas exigem também uma capacidade

particular a políticos, militares e cidadãos em geral, para entender que seria tão contrário aos interesses do País cair na tentação de resistir estultamente às mudanças indispensáveis à reconfiguração das Forças Armadas, como o seria cair na tentação oposta de subalternizar irresponsavelmente o seu papel ou nada fazer para reforçar o seu prestígio.

Nas sociedades modernas a qualidade vale mais do que a quantidade. A capacidade de adaptação é essencial ao acompanhamento do progresso e dos novos ritmos.

Ninguém pode sustar por muito tempo o fluir normal da história e as reformas que se impõem; o exemplo do Leste é bem expressão disso mesmo.

Impõe-se, como um dado do destino, a reorganização estrutural e funcional das Forças Armadas e a alternativa a um processo co-participado por todos, feito sem traumas nem custos excessivos, será o seu desencadear tardio, imposto mais do que auto-assumido, que acabará por penalizar tanto os que se lhe opõem de forma obstinada como aqueles que lucidamente a desejam. Com isso o Governo não pactuará.

Há, porém, indícios positivos e animadores. Os actuais chefes militares estão a desenvolver um esforço sério de mudança, compreendem e assumem uma nova definição de campos de actuação e o Governo considera que estão criadas as condições para o desenvolvimento de um processo coerente e sistemático, do qual resultará a melhoria da eficácia e o encontro de soluções prestigiantes para as Forças Armadas e, sobretudo, que é o que mais importa, consentâncias com os verdadeiros interesses do País.

Claro que a modernização de um sistema de forças que implica dispêndios, cuja realização todos entendem, se afigura como problemática face a prioridades sociais e económicas que não podem ser ignoradas, mas há por onde fazer poupanças e todos estarão conscientes disso, assim como pensamos que poderá ser disponibilizada uma significativa parcela do património militar, que deverá reverter para novas e modernas instalações e meios.

O princípio que nos orienta é o de «Menos Forças — Melhores Forças», tendo em conta que às Forças Armadas compete a defesa militar do País, importa libertar as chefias militares de responsabilidades administrativas ou político-administrativas que devem ser assumidas pelo Ministério da Defesa, criando condições para que aqueles possam desenvolver a sua função primordial, ou seja, apontar e preparar forças e exercer o seu comando operacional.

No que respeita à reestruturação, prosseguirão as acções que concretizem todo o enquadramento legal que regula o funcionamento das Forças Armadas, tendo em consideração que aquele normativo deve ser coerente com os desafios da sociedade moderna, mas que deverá, igualmente, salvaguardar a especificidade castrense, o normal funcionamento de uma instituição hierarquizada e a disciplina e a ética militares, potenciando assim a eficiência e a coesão do aparelho militar.

A concretização do redimensionamento passa pelos novos quadros dos ramos que irão vigorar a partir de 1993, de onde resulta ser aconselhável que, durante o próximo ano, se tomem medidas conducentes à redução do número de não activos a cargo directo do orçamento da defesa e se incentivem opções voluntárias nesse sentido. Estimo que a concretização de tais medidas propicie uma melhor adequação dos efectivos existentes às reais necessidades das Forças Armadas.

Na verdade, importa afirmar frontalmente, e daí tirar as devidas consequências, que não há-de ser o número de

efectivos do quadro permanente a determinar qual o sistema de forças e dispositivo, pois são estes que devem determinar aquela e não o inverso. É esta uma exigência da razão e também do interesse nacional. Caminharemos sem atropelos, respeitando a dignidade de todos quantos têm servido a Pátria com generosidade e grandeza, mas caminharemos com firmeza.

O redimensionamento passará também pela racionalização e integração de infra-estruturas comuns ou equiparáveis nos diversos ramos, traduzindo-se, assim, numa deseável economia de recursos humanos e materiais.

Resultará deste esforço de racionalização, estou certo disso, uma relação custo-eficácia mais consentânea com os padrões de modernidade e eficiência que o Governo se propõe obter.

O redimensionamento, articulado com os planos de reequipamento inscritos nas leis de programação militar e nos diversos programas em curso ou previstos, visam dar corpo à componente permanente do sistema de forças, já aprovado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional.

Obviamente, em caso de necessidade, há que garantir o crescimento do actual sistema de forças. Como resulta evidente no Programa do Governo tal desiderato decorrerá da completa implementação do novo conceito de Serviço Militar Obrigatório e de um adequado e eficiente sistema de mobilização e requisição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A um outro nível será dada especial atenção às indústrias de defesa, que estão já hoje a ser objecto de reestruturação e viabilização, para que, de uma forma efectiva, cumpram a sua importante função económica e estratégica.

Também nos merecerá especial atenção a ligação das necessidades tecnológicas das Forças Armadas à investigação e desenvolvimento, quer desenvolvida no seu próprio âmbito, quer, de forma mais ampla, no contexto nacional.

Prioridade do Governo constituirá ainda o reforço e o aperfeiçoamento da estrutura nacional do Planeamento Civil de Emergência nas suas áreas específicas de responsabilidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A realidade da situação internacional, a interdependência crescente e a mundialização dos acontecimentos não aconselha, em termos realistas, que os países encarem de forma exclusivamente nacional a sua defesa, pelo contrário, são cada vez mais visíveis e reais as acções de complementariedade por recurso a fórmulas diversas de solidariedade que ultrapassam os limites nacionais de cada Estado.

Não vemos nessa constatação que tenhamos de abdicar ou de negar a afirmação de Miguél Torga: «Pátria — é um palmo de terra defendida». Foi, é e continuará a ser. Porém, a realidade aponta para que a defesa comece, efectivamente, na vontade de defesa de todos os cidadãos e na determinação da defesa dos valores e interesses nacionais, mas tem hoje também uma fronteira variável, que é definida pela solidariedade materializada em alianças e no efeito sinérgico da participação de todos os seus membros em ideais comuns.

Temos o privilégio de poder beneficiar de boas alianças, saberemos preservá-las porque delas resulta também a segurança das nossas fronteiras.

Por isso mesmo erigimos como firme intenção modernizar, nos termos propostos, a componente militar da defesa nacional, conferir às Forças Armadas capacidade militar credível, ajustada à dimensão estratégica e eco-

nómica nacional. Forças Armadas colocadas ao serviço da dissuasão e aptas a satisfazer compromissos internacionais assumidos pelo Estado.

Umas Forças Armadas, em suma, à altura da sua história que é a nossa e consentâncias com o futuro do País que é também o seu.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra aos Srs. Deputados que a pediram para pedir esclarecimentos, quero agradecer, em nome da Mesa e em meu nome pessoal, o amável cumprimento que S. Ex.^a o Ministro fez aos membros da Mesa.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional, Srs. Deputados: Crecio que a parte do Programa do Governo relativa à defesa nacional tem efectiva relevância e a sua intervenção foi também importante. Por isso importa analisá-la e discuti-la com tempo.

Entretanto, queria deixar duas questões de imediato. A primeira tem a ver com a questão das estruturas das Forças Armadas e com o modelo de funcionamento orgânico do departamento da defesa. Crecio que o departamento da defesa não é exclusivo do Governo, não é um património. Isso nem a Constituição da República Portuguesa o definiu assim, nem a Lei de Defesa Nacional o configurou dessa forma.

Portanto, Sr. Ministro, pergunto-lhe o que significa a alteração que se apresenta no Programa do Governo no que respeita ao sistema de nomeação das chefias. V. Ex.^a confirma que essa orientação, essa alteração, significará que o Governo deixa de ficar condicionado às propostas dos ramos das Forças Armadas?

Sr. Ministro, pergunto-lhe, isso não é uma alteração do equilíbrio de poderes — goste da palavra ou não —, não é uma governamentalização do sistema.

A segunda pergunta que quero fazer-lhe tem a ver já com o enquadramento de política externa em que se move o seu departamento.

O Governo faz, crecio eu, uma opção — e fala no Programa — no que toca ao debate que ocorre neste momento. Isto é, entre os partidários de uma defesa autónoma da Europa e aqueles que defendem a ligação e dependência aos Estados Unidos da América. Fala em termos de apontar aquilo que chama o combate ao continentalismo que, traduzido à letra, significa que defende essa ligação e dependência aos Estados Unidos da América.

Sr. Ministro, pergunto-lhe porque é que esta opção é feita e porquê no Programa do Governo. E se no quadro do Programa do Governo não está colocada a questão do debate sobre as grandes opções do Conselho Estratégico de Defesa Nacional e se isso não é uma matéria típica, específica desse conselho estratégico, porque é que o Sr. Ministro põe o «carro à frente dos bois» e não discute aqui, na Assembleia da República, essa questão antes de a incluir no Programa do Governo?

Vozes do PCP: Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, quero dizer-lhe — essa é a minha opinião — que não basta proclamar o respeito pelo papel da Assembleia da República, é preciso efectivar esse respeito.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para responder se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro da Presidência e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sr. Deputado João Amaral, em primeiro lugar, muito obrigado pelas questões que me colocou e pelas palavras que teve a bondade de me dirigir.

São questões que penso terem uma resposta simples. A primeira refere-se ao propósito anunciado pelo Governo, no seu Programa do Governo, de proceder a alterações à Lei de Defesa Nacional, através do mais alargado consenso possível — também está escrito no Programa do Governo — deixando intocado o equilíbrio de poderes entre os diferentes órgãos de soberania.

O Sr. Deputado começou por referir-se aos órgãos de soberania, mas depois o exemplo concreto que adiantou foi a escolha dos ramos das Forças Armadas. Tanto quanto sei, os ramos das Forças Armadas não são órgãos de soberania!...

Com efeito, não se trata da governamentalização das nossas Forças Armadas, mas de aproximar o nosso sistema de relacionamento do poder político democrático com as Forças Armadas aquilo que é regra comum sem exceção em todos os países europeus da Europa Comunitária. Não é governamentalização, quando muito será o *aggiornamento*, a modernização, o irmos ao encontro de princípios que são pacificamente aceites junto das democracias ocidentais da Comunidade Económica Europeia em que nos integramos.

Sr. Deputado, a ligação transatlântica que defendemos e que mantemos não é de modo algum incompatível com uma política de segurança europeia comum. E tanto não é que ainda recentemente em Roma, na Cimeira da NATO, foi aprovada a necessidade estratégica de manter essa ligação transatlântica por todos os países que pertencem à NATO e que, simultaneamente, pertencem à Comunidade Económica Europeia.

Portanto, a nossa posição é consonante com a dos nossos parceiros europeus. Não pretenderia, com certeza, Sr. Deputado, que desejando conseguir um consenso possível em matéria de política de defesa nacional, o Governo abdicasse de apresentar as suas próprias ideias no Programa do Governo que faz presente à Assembleia da República.

Um Governo que se demitisse de dizer, explicitamente, no seu Programa, que preserva e defende a manutenção dos laços transatlânticos, ou seja, a ligação aos Estados Unidos da América e ao Canadá, seria irresponsável ou estava a agir de má-fé, porque essa é uma opção fundamental que deve estar à vista de todos, assumida perante todos, com a franqueza e a frontalidade que deve resultar do relacionamento democrático entre o Governo e a Assembleia e entre o Governo e a população portuguesa. É uma opção assumida e como tal está escrita. É a posição do Governo.

Sr. Presidente, queria também, em breves palavras — já que os limites regimentais não permitem muito mais —, procurar dar uma resposta ao Sr. Prof. Adriano Moreira em relação à pergunta que me foi reendossada pelo Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção de anteontem, sobretudo no que respeita à problemática da investigação e desenvolvimento e o seu relacionamento com as universidades, os institutos e a sociedade civil.

O Sr. Deputado sabe que tem sido nossa preocupação essa abertura, iremos reforçá-la de forma consistente, não apenas no domínio das ciências exactas, mas também no domínio das ciências humanas e sociais, porque temos a concepção de defesa que transparece no nosso programa e da própria intervenção que acabei de fazer.

Recordo, por exemplo, que estimulamos e temos apoiado, ao nível das ciências sociais, a Academia de História Militar Portuguesa, a atribuição de um prémio do Ministério da Defesa Nacional aos melhores trabalhos de história militar, porque entendemos que as Forças Armadas também têm de estar ligadas às humanidades e porque devem ser a emanacão da sociedade que todos somos e com essa sociedade devem estar confundidas e identificadas.

Iremos procurar estimular a inteligência nacional aproveitando o potencial estratégico e os conhecimentos tecnológicos dos nossos militares para nos conseguirmos afirmar num domínio novo, relevante e determinante para o futuro de todos os países, que é o domínio da ciência e tecnologia. Portanto, contamos com a inteligência nacional e iremos procurar estimulá-la, incluindo em lugar de destaque o Sr. Prof. Adriano Moreira nos seus trabalhos de estratégia e de interesse por estas matérias.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, reiniciaremos os nossos trabalhos às 15 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 5 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 45 minutos.

Srs. Deputados, deu entrada na Mesa o projecto de resolução n.º 2/VI, sobre os últimos acontecimentos ocorridos em Timor Leste, que vai ser lido.

O Sr. Secretário (João Salgado): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projecto de resolução é do seguinte teor:

A Assembleia da República tomou conhecimento, com indignação, de mais um monstruoso massacre perpetrado pelas forças armadas indonésias sobre a população civil indefesa de Timor Leste.

As notícias até agora divulgadas permitem afirmar que no cemitério de Santa Cruz foi dada continuidade à política de genocídio sistematicamente empreendida pelo governo de Djakarta com o objectivo de esmagar pela violência o desejo de independência do povo timorense.

Este massacre vem, por um lado, confirmar dramaticamente que a Indonésia sempre agiu de má-fé durante o processo negocial da projectada visita de parlamentares portugueses a Timor Leste, que o governo ditatorial do general Suharto temia e, por isso, sabotou.

Numa época em que o respeito dos direitos humanos e do direito internacional constituem travessias do relacionamento entre os povos, este massacre coloca definitivamente a Indonésia à margem de qualquer ordem internacional civilizada.

A Assembleia da República, recordando que a Indonésia tem sido repetidamente condenada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU, bem como pelo Parlamento Europeu, pelo

Conselho da Europa e outras organizações internacionais:

Manifesta a sua incondicional solidariedade ao heróico povo maubere, vítima da barbárie indonésia.

Denuncia perante todo o mundo civilizado mais este gravíssimo atentado à Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Apela à comunidade internacional e, em particular, aos parlamentos nacionais dos países democráticos para que condenem esta chacina, empreendendo urgentemente medidas concretas para repor o respeito do direito internacional e dos direitos do homem em Timor Leste e garantindo as condições indispensáveis ao exercício do direito à independência e autodeterminação do povo timorense.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em discussão. Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Montalvão Machado.

O Sr. Mário Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é apenas para pedir que, relativamente à parte final do projecto de resolução em que se refere a expressão «povo maubere», esse vocábulo fosse substituído por «povo timorense», como, aliás, se diz na primeira parte.

O Sr. Presidente: — Não sei se os Srs. Deputados subscritores aceitam esta proposta de emenda do texto?

Não havendo oposição, o Sr. Secretário João Salgado fará o favor de a corrigir.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Damos todo o apoio a esta resolução, mas não podemos dar apenas o nosso voto sem sublinhar a gravidade do que está a acontecer em Timor, não apenas em relação ao povo de Timor Leste, mas em relação ao combate — que nunca acaba — de autenticidade na vida internacional.

Mais um vez tenho a oportunidade de exprimir a opinião — e que reitero — de que o povo de Timor está a ser vítima da conjugação de interesses de grandes potências naquela área.

Aconteceu ao povo de Timor que a Indonésia é hoje o principal aliado dos Estados Unidos naquela área. A segurança da área depende da estabilidade dessa união de forças e isso vem reflectir-se, necessariamente, no tratamento internacional que o problema recebe.

Por outro lado, como todos sabemos, aconteceu ao povo de Timor um infelicidade que acontece muitas vezes aos povos pobres, que é a de ter petróleo. Isso também fez esquecer à Austrália que durante dezenas de anos fez depender a sua segurança da soberania portuguesa em Timor.

Neste momento, as circunstâncias são diferentes, a Austrália prefere pôr à frente os seus interesses sobre o petróleo em vez de se manter fiel à solidariedade anterior. O que significa que, não apenas em relação a Timor mas a outros povos do mundo, neste fim de século em que procuramos construir uma nova definição da esperança da paz para os nossos dias, começa a crescer a categoria dos povos dispensáveis. Uma categoria que não era conhecida pelo direito nem pela política internacional, mas que hoje abrange já numerosos grupos populacionais. Os Timorenses

parecem estar a ser empurrados para essa categoria — os povos dispensáveis.

Não aceitamos que haja qualquer povo dispensável. Pensamos que o princípio do respeito pela identidade, autonomia, autodeterminação, dignidade do grupo e do homem, são valores fundamentais sem os quais não teremos essa paz para os nossos dias. Apoiamos a condenação veemente da acção da Indonésia, pedimos aos responsáveis pela balança de poderes na área que prestem atenção à enormidade do sacrifício que pedem ao povo de Timor para não afectar a regularidade das relações estabelecidas e, sobretudo, gostarímos que de uma vez por todas ficasse evidente que não há uma questão entre Portugal e a Indonésia, mas entre a Indonésia e a comunidade internacional.

Por isso mesmo, a responsabilidade das Nações Unidas não pode ser escondida. Pensamos que os órgãos das Nações Unidas devem intervir. Portugal representa e continuará a representar com dignidade a defesa dos interesses de Timor. Mas se Portugal abandonasse essa posição, os direitos do povo de Timor não seriam afectados por isso.

O conflito entre a Indonésia e a comunidade internacional agravou-se com a prossecução deste acto de liquidação do povo de Timor.

Nós, não apenas por sermos potência administrante mas por sermos membros das Nações Unidas, temos o direito e o dever de exigir às Nações Unidas que mais uma vez não olhem para aquela área do mundo como se aí estivesse um povo dispensável.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também subscrevemos o projecto de resolução e iremos votá-lo favoravelmente.

Pensamos que a recente e brutal repressão desencadeada sobre o povo de Díli é absolutamente inaccitável e deve ser inequivocadamente condenada e denunciada perante toda a opinião pública internacional.

Não podemos esquecer — e não o esquecemos — que esta brutal repressão que há dois dias se verificou vem na sequência de toda uma política de genocídio que o ocupante Indonésio vem a efectivar em Timor Leste.

Pensamos ser importante que, através deste voto, a Assembleia da República expresse claramente o seu repúdio e a sua condenação por estes actos repugnantes e inadmissíveis.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as responsabilidades históricas — e não só — que Portugal tem para com o povo de Timor Leste, para com o povo maubere, implicam que Portugal vá mais longe.

Nesse sentido, consideramos que é absolutamente necessário e urgente que Portugal desenvolva e potencie toda a sua influência em todas as instituições internacionais, designadamente na ONU, nas Comunidades Europeias, na própria CSCE e que, concretamente, desenvolva também essa sua influência junto dos governos dos Estados Unidos da América e da Austrália.

Sendo certo que, para nós, este desenvolvimento e potenciação da acção diplomática de Portugal cabe, fundamentalmente, ao Governo e também ao Sr. Presidente

da República, parece-nos importante que a Assembleia da República possa, ela própria, ir também mais longe.

Nesse sentido, permitimo-nos sugerir ao Sr. Presidente e à Câmara que este projecto de resolução, que certamente irá ser aprovado, seja enviado a todos os parlamentos nacionais que integram a União Interparlamentar. Sugerimos ainda que, com o acordo de toda a Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia da República possa elaborar uma missiva de informação e de apelo a enviar aos parlamentos de todos os países representados na ONU para informá-los da situação em Timor Leste, da posição assumida por Portugal, do sentimento dos Portugueses sobre esta matéria e para apelar ao apoio desses mesmos parlamentos junto da opinião pública internacional e dos respectivos governos, a fim de que possa ser dada resolução à questão de Timor Leste no sentido do respeito pelos direitos do povo maubere à autodeterminação e à independência.

Sr. Presidente, sugerimos ainda que, muito rapidamente, quer esta Câmara quer V. Ex.^a encarem a hipótese de promover a realização, em Lisboa, de uma reunião interparlamentar para análise desta situação e para potenciarmos toda a nossa influência no sentido de uma resolução justa e digna da situação de Timor Leste e do futuro do povo maubere.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista subscreveu e vai votar por aclamação o projecto de resolução que acaba de ser lido.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve conhecimento da nota que ontem, ao fim do dia, o Governo Português distribuiu aos órgãos de comunicação social, condenando um novo massacre perpetrado pelas forças armadas indonésias, que abriram fogo sobre uma multidão de mais de 1000 timorenses à sua chegada ao cemitério de Santa Cruz para homenagear a memória de Sebastião Rangel, vítima do incidente da igreja de Moatael, em Díli.

Esta nota apelava ainda a todos os estados e organizações para que condenem esta nova e maciça violação de direitos humanos, para que pressionem o governo da Indonésia a pôr termo imediatamente à ocupação ilegal, para que exijam uma investigação completa deste incidente, supervisada internacionalmente, sendo permitido o acesso ao território de organizações não governamentais de carácter humanitário para seguirem de perto todos os desenvolvimentos em matéria de direitos humanos, a fim de prevenir a ocorrência de mais violências e derramamento de sangue.

Receamos que esta nota, que tem a nossa aprovação geral, não seja aquela que a comunidade internacional esperaria de uma potência administrante. De facto, não se faz qualquer referência a propostas concretas que deveriam ser adiantadas pela potência administrante.

O Governo da potência administrante de Timor Leste confiou, ao longo dos últimos anos, que, a partir da visita de um grupo de deputados portugueses àquele território, se abririam negociações directas entre representantes da Indonésia, de Portugal e do povo timorense. Com o adiamento da visita, deve terminar aquela confiança. Ficam assim adiadas as negociações previstas.

No entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Secretário-Geral das Nações Unidas não necessita de uma nova visita de deputados para tomar conhecimento, em primeira mão, da situação em Timor Leste, uma vez que esta pouco difere da que ali decorre desde a invasão.

O último massacre exige, sim, que a potência administrante e o Secretário-Geral das Nações Unidas proponham ao Conselho de Segurança a aprovação de medidas consideradas necessárias para impedir que as forças indonésias possam voltar a praticar quaisquer novos massacres ou atentados aos direitos humanos naquele território. E mais: exige a criação das condições para que prossiga o diálogo entre os representantes da Indonésia, de Portugal e do povo timorense, de forma que, a curto prazo, possa encontrar-se a desejável solução, aceitável por todas as partes envolvidas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera ainda que a ofensiva diplomática agora empreendida pelo Governo deve ser imediatamente complementada com o arranque do vasto conjunto de medidas que, desde há vários anos, a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor Leste vem propondo sem qualquer sucesso.

Finalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista gostaria que o seu partido fosse informado das medidas que o Governo possa vir a adoptar, das negociações que pensa encetar e dos respectivos resultados, a fim de poder contribuir com o seu voto favorável para a continuação, no futuro, da solidariedade que tem existido entre os diversos órgãos de soberania.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Martins, que dispõe de dois minutos.

O Sr. André Martins (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes e em meu próprio, como membro da delegação parlamentar que deveria ter-se deslocado a Timor Leste se não fora o facto de a Indonésia não ter proporcionado as necessárias condições para que aquela deslocação se verificasse, cumpre-me, em primeiro lugar, expressar a mais veemente repulsa pelo massacre que a Indonésia está a exercer sobre o povo maubere e também manifestar toda a nossa solidariedade à sua causa, bem como a nossa disponibilidade para apoiá-la, designadamente através de iniciativas como a que acaba de ser proposta pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira, que é a da realização urgente, em Portugal, de uma reunião interparlamentar para o debate desta questão de Timor Leste.

Em segundo lugar, não podemos deixar de, em simultâneo, manifestar a nossa preocupação e apelar à comunidade internacional, que tem feito eco da sua disponibilidade e empenho na defesa dos direitos do homem, para que, porventura à custa de interesses menores, não continue a ficar indiferente a esta grave violação dos direitos do homem e do direito internacional.

Em terceiro lugar, apelamos a que o Governo Português solicite a convocação do Conselho de Segurança da ONU para que possam ser criadas as condições de pôr fim a este genocídio do povo maubere.

Finalmente, quero dizer que daremos o nosso apoio ao projecto de resolução que foi lido.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé, que dispõe também de dois minutos.

O Sr. Mário Tomé (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Naturalmente, dou o meu apoio ao projecto de resolução em apreço.

Agarrando nas palavras felizes do Sr. Deputado Adriano Moreira, digo que, de facto, com a sua luta heróica e com a sua coragem, os timorenses mostram que não há povos dispensáveis, embora possa haver povos extermínados.

Achamos que esse não será o caminho porque, em todo o mundo, embora de formas contradiatórias, os povos vão conseguindo afirmar a sua vontade e certamente irão impor os seus interesses democráticos e de independência.

Considero que a não ida da delegação portuguesa a Timor Leste foi uma falha. Acho que nem a opinião pública nem muito menos eu próprio estamos totalmente esclarecidos sobre as razões reais por que aquela visita não teve lugar.

Estou totalmente de acordo com a proposta de realização de uma reunião interparlamentar e acho que o Governo deve solicitar a convocação do Conselho de Segurança da ONU, de acordo com o pedido feito pela resistência timorense. Entendo igualmente que, em sede da Conferência de Maastricht, atendendo a que a Holanda é o maior parceiro comercial da Indonésia, o Governo Português deve propor e pedir que sejam efectivadas severas sanções económicas contra a Indonésia, as quais transformem as intenções declaradas numa acção concreta que tenha eficácia.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca, que dispõe igualmente de dois minutos.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como é evidente, subscrevi este projecto de resolução, porque não podemos ficar indiferentes a uma situação tão grave quanto a que agora está a passar-se em Timor Leste.

O massacre ocorrido em Díli é um repugnante crime contra a humanidade e a comunidade internacional não pode ficar indiferente a este caso.

Não podemos continuar a aceitar a hipocrisia de certos países e a existência de dois pesos e duas medidas.

O povo de Timor Leste é mártir e está submetido à rapina das suas riquezas, nomeadamente do petróleo, por parte de alguns países, como é o caso da Austrália.

Portugal é, reconhecidamente, a potência administrante daquele território. Por isso, entendemos que a Presidência da República, o Governo e a própria Assembleia da República tudo devem fazer para que, por parte das Nações Unidas e de outras organizações internacionais, haja um claro repúdio da actuação da Indonésia em Timor Leste e ainda para obrigarem aquele país a cumprir com as resoluções das Nações Unidas, impedindo-o de perpetrar novos crimes e de prosseguir com o genocídio do povo timorense.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, creio que, agora mais do que nunca, é necessário criar rapidamente, com urgência, uma nova comissão parlamentar que acompanhe a situação em Timor Leste, por forma a que se aprove com rapidez um programa de actividades realista, a ser rapidamente posto em execução.

Aplausos do PCP e do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Ângelo Correia.

O Sr. José Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este é um momento simultaneamente de dor e de solidariedade. Dor para nós mas também para um povo que, há 16 anos, morre, vítima de uma política de genocídio, vítima das mais clementares violações dos direitos humanos, culturais e sociais.

Há 16 anos que dezenas de milhar de timorenses são mortos. Há 16 anos que o mundo ignora, desconhece ou não quer conhecer essas mortes. Há anos que o mundo não quer contemplar a dor, não por pudor próprio mas por hipocrisia.

Portugal empenha-se e é importante que este momento, que também é de solidariedade, confirme o comportamento, em uníssono, de todos os órgãos de soberania, a começar pelo Presidente da República, passando pelo Governo e terminando em nós, mas extensivo a todo o País.

Os órgãos de soberania por inteiro entenderam que era altura de, a propósito de uma visita não realizada por motivos exteriores a Portugal — só não comprehende isso quem não comprehende as regras clementares de um sistema democrático, e foi por esse motivo que a visita não se fez. Poder-se-á fazer em qualquer altura mas o facto de não se ter feito não adiou, não anulou o impacte político que dela resultaria. É que o mundo passou a saber, a propósito do problema de Timor, que há homens que morrem injustamente, que há famílias desfeitas, que há mortes sem razão.

O nosso voto de solidariedade, mais do que um voto humano, é também um voto político. É um voto de transmissão aos parlamentos democráticos que lutam para que a democracia seja implantada em todo o mundo e para que a sua vivência democrática se estenda a outros de modo a que a palavra democracia não seja uma palavra praticada só por quem a diz mas seja um conceito extensível a todos os cidadãos do mundo.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que apoiamos não só a sugestão que o Sr. Deputado Octávio Teixeira fez em nome do seu partido, que consideramos importante e meritória, como apoiamos também este projecto de resolução.

Aliás, o PSD apoiará tudo o que resultar numa ampliação política do problema para que o mundo inteiro, o fórum das instituições democráticas deste mundo, numa democracia em crescendo e em expansão, possa traduzir, na prática, a chegada, um dia, àqueles povos distantes de Timor do mínimo de felicidade e dignidade humanas.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — As sugestões feitas pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira, e subscritas Sr. Deputado José Ângelo Correia, terão de ser analisadas em conferência de representantes dos grupos parlamentares.

Srs. Deputados, vamos votar o projecto de resolução n.º 2/VI.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Aplausos gerais, de pé.

Srs. Deputados, vamos prosseguir com o debate do Programa do Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.º e Srs. Deputados: As 48 horas de reflexão sobre o Programa do Governo e a audição atenta do discurso do Sr. Primeiro-Ministro obrigam-nos a lembrar a legitimidade dos partidos da oposição e que ter uma maioria absoluta não significa ter a razão nem significa ter a verdade. Menos ainda corresponde a um plebiscito de todas as medidas aqui anunciadas, em particular da revisão antecipada da Constituição e da alteração de todas as leis eleitorais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A maioria renovada do PSD não significa o desaparecimento, em Portugal, de profundas desigualdades e chagas sociais, de grandes atrasos e desajustamentos do sistema produtivo que podem tornar-se dramáticos nos próximos anos se não forem tomadas as medidas adequadas. O PSD reconheceu estes problemas ao desdobrar-se em promessas na última campanha eleitoral. De algumas já se esqueceu, como acaba de demonstrar o pequeno aumento das pensões dos reformados. Noutros casos, o Governo remete para outrem o cumprimento das promessas, como é o caso da habitação, em que pretende imputar desmedidos e incomportáveis encargos às autarquias numa matéria em que a responsabilidade essencial é, e tem que ser, do Governo, ou secundariza sectores como é o caso do ambiente ou do ordenamento do território.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: Ao pretender passar todos estes problemas para segundo plano e ao centrar o debate político numa revisão constitucional antecipada e em alterações das regras de eleição de todos os órgãos de poder, o Governo visa desviar a atenção dos direitos dos trabalhadores, da infância, da juventude, dos reformados e das mulheres que estão por realizar, dos direitos à saúde, à habitação, à educação, à cultura e à segurança social que a Constituição consagra e que não são tomados verdadeiramente a sério.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas o propósito não é só este. O Governo visa também garantir a perpetuação do PSD no poder, realizar o velho sonho de «uma maioria, um governo, um presidente», conquistar o maior número possível de autarquias locais. A engenharia em torno de círculos eleitorais pode esvaziar de conteúdo a proporcionalidade, que não existe em pequenos círculos, como é geralmente reconhecido. Trata-se de uma velha proposta, já rejeitada nesta Casa por não dispor da necessária maioria de dois terços, e se há novidades veremos, mas não é este o sentido que é indicado.

Quanto à Lei Eleitoral para as autarquias, é inquietante o propósito de facilitar a criação de maioria nas câmaras municipais, rompendo com o sistema de representação proporcional. Quando o partido do presidente da câmara não tem a maioria, a solução é negociar com outros partidos ou vereadores, em vez de criar artificialmente maioria, com base na ideia, democraticamente perigosa, de que a governabilidade tem que prejudicar a proporcionalidade. A vida mostra que as câmaras municipais em que há maioria relativa funcionam bem na generalidade dos casos e não faz sentido elogiar a obra do poder local e esquecer

que foi ao abrigo deste sistema eleitoral que esta obra foi realizada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Grupo Parlamentar do PCP considera que as alterações de fundo às leis eleitorais que o Governo preconiza não têm vantagens para o regime democrático nem para qualquer outro partido. Servem exclusivamente o PSD e o seu projecto de se eternizar no poder. E sob a capa da disponibilidade ouvimos aqui, há pouco, a expressão de velhas vacilações e ilusões que não podem deixar de causar sérias apreensões sobre o futuro do regime democrático.

As leis eleitorais não são perfeitas nem intocáveis. Mas quaisquer alterações têm que se guiar pelo propósito de aperfeiçoar em vez de esvaziar a proporcionalidade. Têm que visar garantir a igualdade de oportunidades e não fabricar vencedores antecipados. O PSD já mostrou no passado que é isto que pretende. Todas as propostas eleitorais são velhas, com exceção das relativas às Regiões Autónomas, em que há graves atentados à proporcionalidade na situação actual e que o Programa do Governo vem agora, implicitamente, confessar.

Sobre a revisão constitucional antecipada, é incorrecto que seja proposta pelo Primeiro-Ministro e que seja apresentada no Programa do Governo. É uma matéria em que o direito de iniciativa cabe exclusivamente aos deputados e grupos parlamentares. O Programa do Governo tem que se inscrever no quadro constitucional e não é, seguramente, esse o lugar para projectos que o visem alterar. O presidente do PSD pode propor uma revisão da lei fundamental aos outros partidos, mas é óbvio que não foi nessa qualidade que se dirigiu à Assembleia da República ao fazer chantagem e marcar prazos ao PS. Em democracia os comportamentos têm um valor simbólico. Neste caso, confirmam uma fúria governamentalizadora e o desrespeito pela instituição parlamentar. Recebemos que esta fúria governamentalizadora esteja também presente na revisão de leis que podem ameaçar a independência dos tribunais e a autonomia do Ministério Público. O acesso efectivo dos cidadãos ao direito e à justiça não está assegurado através da previsão de medidas concretas.

Em relação à Administração Pública, o Programa do Governo não assenta numa clara definição de fins a prosseguir, em particular em áreas como a saúde e a educação, em que lhe deverá caber um papel constitucional e plenamente assumido. É significativo também que o Programa omite medidas ou o simples propósito de combater a corrupção na administração portuguesa.

Reprovamos o carácter vago e não calendarizado das referências à regionalização. A prudência que o Sr. Primeiro-Ministro alega seria de aplaudir se não constituísse um pretexto invocado há década e meia para travar o seu avanço.

Quanto às autarquias, apelamos para que qualquer revisão da Lei de Finanças Locais decorra nesta Assembleia, com a participação da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, numa base de seriedade e procura de consenso. Qualquer tentativa de decidir e desviar os municípios das suas reivindicações fundamentais, em particular da fixação de um montante do FEF, em que têm sido prejudicados, terá a firme oposição do Grupo Parlamentar do PCP. Reprovamos igualmente que a referência ao fortalecimento das freguesias não seja acompanhada de medidas que a

concretizem e que o PSD sempre viabilizou, como a criação da possibilidade de eleitos a tempo inteiro em freguesias e um novo regime de competências.

Temos, pois, uma conclusão a tirar: o Governo demite-se do que lhe compete, em particular a garantia dos direitos económicos, sociais e culturais; não reflete a intenção de assegurar o pleno exercício e aprofundamento dos direitos, liberdades e garantias, antes ameaça com a revisão da lei da greve; pretende servir-se do poder não para aceitar o controlo de limites mas sim para suprimir e controlar todos os outros órgãos do Estado; prepara o leilão das restantes empresas públicas e pretende continuar o tratamento da integração europeia como uma questão privada.

Não poderíamos terminar sem, de forma expressa, manifestarmos a nossa firme convicção de que este Programa não serve nem Portugal nem a democracia portuguesa.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PCP, por meu intermédio, anuncia: ou o Governo apresenta uma moção de confiança ou entregaremos na Mesa uma moção de rejeição com o objectivo de uma clara explicitação de voto.

Aplausos do PCP.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva.

O Sr. Rui Gomes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputados, Sr. Deputado Luís Sá: V. Ex.^a pronunciou aqui um discurso que vem no seguimento do que tem vindo a ser o discurso normal do Partido Comunista Português. Gostaria de fazer-lhe algumas perguntas, muito embora pense que a sua verdura aqui no Parlamento ...

Risos do PCP.

... o terá levado a algum excesso em termos políticos.

Embora não tenha dúvidas de que o Sr. Deputado Iou o Programa do Governo mesmo assim pergunto-lhe: acha que não mudou nada com o 6 de Outubro? No fundo, aquilo a que estávamos habituados, como discurso do PCP aqui na Assembleia da República, era ouvir que o Parlamento já não correspondia à representação eleitoral do seu partido. A minha pergunta é, pois, a seguinte: a vontade dos Portugueses, reafirmada em 6 de Outubro, não significa nada para o Partido Comunista e não significa nada para, no fundo, vos dar lições? É que a continuarem com o mesmo discurso, em 1995, o PCP, que passou de 38 ou 39 deputados para 13, se calhar diminuirá para quatro e acabará com um grupo mais pequeno que o do CDS.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Está preocupado?!

O Orador: — Não estou. E, muito pelo contrário, tchho lutado toda a minha vida, embora não seja muito longa, por isso, e continuar a lutar para que VV. Ex.^a continuem reduzidos àquilo que valem em termos de ideologia e de expressão do pensamento político português.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Olhe a sua verdura! Isso é tudo verdura!

O Orador: — Não é nada, Sr. Deputado! Antes a verdade com sucesso do que a sua antiguidade com esses resultados.

O Sr. Deputado falou da revisão constitucional proposta no Programa do Governo e pelo Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso e daí a minha pergunta. Não entende que é legítimo ao Governo apresentar determinados pressupostos — e esses pressupostos são a revisão constitucional — para depois apresentar medidas legislativas concretas que vão de encontro àquilo que o PSD propôs ao eleitorado português?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, havendo mais oradores inscritos para pedidos de esclarecimento, V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Luís Sá (PCP): — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Reis Leite.

O Sr. Reis Leite (PSD): — Sr. Deputado Luís Sá, não ficou claro no seu discurso a situação da Lei Eleitoral para as assembleias legislativas regionais. Pode ter ficado alguma dúvida nesta Câmara de que haja um défice de democraticidade nas assembleias legislativas regionais, o que não é verdade. É preciso ter em consideração a proporcionalidade nas assembleias legislativas regionais, nomeadamente na dos Açores, tem de ter em consideração que esta Região é formada por nove ilhas e que essas ilhas têm uma população irregularmente dispersa e não se pode também esquecer a necessidade de as ilhas estarem representadas nas assembleias legislativas regionais. Certamente V. Ex.^a sabe, mas ter-se-á esquecido de dizer aqui, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores já propôs a esta Câmara a alteração da Lei Eleitoral e que, certamente, voltará a fazê-lo aproveitando o clima de boa vontade e de, ao que parece, unanimidade existente sobre esta matéria. Aliás, penso que em breve aparecerá uma proposta da Assembleia Legislativa Regional dos Açores no sentido de se alterar esta proporcionalidade tornando mais clara a representação dos açoreanos na sua assembleia legislativa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Pereira Lopes.

O Sr. José Pereira Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Sá, posso compreender a dificuldade que V. Ex.^a sentiu em rebuscar argumentos para criticar o Programa do Governo, o Governo e o PSD. No entanto, já não posso accitar que V. Ex.^a passe um atestado de menoridade mental ao povo português.

Disse V. Ex.^a que ter a maioria não significa ter a verdade e que não significa sequer governar com razão. Essa sua afirmação quer dizer que o povo português foi estúpido, escolheu mal, votou naquilo que não é verdade, votou na insensatez.

O Sr. Deputado referiu-se depois a chagas sociais, a problemas do emprego, da segurança social e dos reformados. Pergunto-lhe: o senhor e o seu partido não reconhecem a obra que o Governo e o PSD fizeram, bem como as virtualidades que estão contidas no actual Programa do Governo?

Sabe V. Ex.^a que foi o Governo do PSD — e o seu partido nunca veio a campo defendê-lo — que pela primeira vez atribuiu aos reformados o 14.º mês?

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Não é verdade!

O Orador: — Sabe V. Ex.^a que foi com o Governo do PSD que as chagas dos salários em atraso diminuíram substancialmente, passando quase a zero?

Sabe V. Ex.^a que foi com o Governo do PSD que a taxa de desemprego desceu para valores que se aproximam dos 3,35 %?

Sabe V. Ex.^a, Sr. Deputado Luís Sá, que foi por isso mesmo que os trabalhadores e o povo português deram esta vitória ao PSD? Felizmente votaram em quem tem razão, em quem governa com sensatez, em quem deu provas de, gradualmente, ir melhorando as suas condições de vida. Reconhecemos que nem tudo está feito, mas anima-nos a vontade de continuar a lutar gradualmente para que as coisas venham a ser cada vez melhores.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, por óbvia escassez de tempo não vou poder responder em pormenor às questões que me foram colocadas.

O Sr. Deputado Rui Gomes da Silva perguntou-me se não achava que alguma coisa tinha mudado com o dia 6 de Outubro. Naturalmente que houve coisas que mudaram! Mas há algo que para nós não mudou por mais que se pretenda o contrário. Refiro-me ao direito de não sermos todos «laranja», de termos outras opiniões e de as expressarmos nesta Casa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à questão de o Programa do Governo ter como pressuposto a revisão constitucional, não é efectivamente disso que se trata, mas sim de o Primeiro-Ministro, nessa qualidade, sem ter desrido o fato de chefe do Governo para vestir o de presidente do PSD, ter feito nesta Casa uma proposta a outro partido numa matéria que é da exclusiva competência, designadamente em matéria de direito de iniciativa, dos grupos parlamentares e dos deputados, o que significa, efectivamente, desrespeito pelo papel próprio desta Assembleia!

Quanto à questão da proporcionalidade nas assembleias legislativas regionais, creio que é o próprio Governo que vem autocriticar-se nesta matéria ao referir a intenção de aperfeiçoar o referido princípio. Repare, Sr. Deputado José Reis Leite, que para garantir a representação de todas as ilhas nas assembleias legislativas regionais não é preciso, por exemplo, que a ilha do Corvo, com 300 habitantes, tenha dois deputados e São Miguel, com muitos mais, tenha 18, com as profundas distorções que daqui resultam. Como é sabido, a representação de círculos não impede que exista um círculo único para o qual revertam os deputados eleitos em cada ilha. Esta prática é conhecida, há sistemas eleitorais deste tipo em vários pontos do mundo, pelo que convém, nesta matéria, não usar falsos pretextos.

Finalmente, é preciso dizer que o 14.º mês foi aprovado após um longo calvário, quer da parte do grupo parlamentar a que pertenço, quer da parte das organizações de

reformados, que colocaram aqui repetidamente esta questão da mesma forma que lutaram em todo o País, para que se obtivesse a sua consagração.

Protestos do PSD.

E foi em vésperas de eleições que esta medida foi tomada ao fim deste longo calvário!

Como alternativa, propomos que, de futuro, as medidas que servem os trabalhadores, os reformados ou os jovens possam ser aprovadas por governos que lhes sejam favoráveis, sem ser em vésperas de eleições e com medo do seu resultado.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Ângelo Correia.

O Sr. José Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam endereçadas a todos os companheiros presentes e ausentes e que destaque, em relação a alguns deles, os que no passado tiveram mais relevo de entre nós, em particular os nossos companheiros Vítor Crespo e Maria Manuela Aguiar que, por motivos de rotatividade política, deixaram de ocupar os cargos, respectivamente, de Presidente e de Vice-Presidente da Assembleia da República, mas que merecem todo o nosso apoio, estímulo e companheirismo.

Risos do PS.

As mesmas palavras aplicam-se aos nossos novos Presidente e Vice-Presidentes, companheiros antigos, amigos, respeitados, entre os quais se encontra o companheiro Barbosa de Melo, pilar desta democracia que, nos tempos difíceis da Assembleia Constituinte, traduziu um marco fundamental pela sua acção nesta Casa.

O mesmo digo, com saudade, aos presidentes dos Grupos Parlamentares do PSD, do PS e do PCP que nos deixaram e que, por razões políticas ou eleitorais, não estão presentes, mas cuja presença e intervenção nesta Casa foram sempre notáveis. Alguns dos melhores discursos da oposição ouvimo-los da parte deles e não os esquecemos. Desejo-lhes boa sorte bem com aqueles que lhes vão suceder!

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Raramente na história de um país alguns momentos de influências exteriores a ele provocaram tantas alterações no seu devenir colectivo. Portugal, nos últimos seis anos, foi disso fruto. A Europa penetrou profundamente em Portugal, Portugal religou-se à sua génesis, à sua origem, e com isso projectou também o seu futuro, o seu destino.

Naturalmente por isso, o Programa do XII Governo Constitucional está fortíssimamente imbuído dos problemas que afectam a Europa e a nossa relação com ela, contrariamente àquilo que o Sr. Deputado Jorge Sampaio, por lapso manifesto de interpretação, entendeu. O mencionado Programa refere-se à Europa na área específica da construção política, da construção do edifício jurídico, administrativo e político num capítulo próprio, mas todo ele é atravessado, em todos os sectores e em todas as páginas, pelas implicações que daí naturalmente decorrem. E um Programa profundamente marcado pela Europa.

A primeira questão que este debate nos traz e nos permite é uma reflexão para a qual fomos convidados pelo Partido Socialista e que convidamos toda a Câmara a fazer. E quando esperávamos que deste debate pudesse surgir uma plataforma de diálogo, de análise, de discussão, constatamos, de facto, um défice. E nisso o Sr. Deputado Jorge Sampaio tem razão.

Um défice é sempre uma ausência e um diálogo pressupõe dois pólos. É que enquanto neste debate o Governo transmitiu — e vai transmitir — ideias, reflexões sobre o tema, encontrámos por parte do líder do Partido Socialista, que não eventualmente do próprio partido, uma ausência completa de ideias. Pior do que isso, a duração do tempo de intervenção do Sr. Deputado Jorge Sampaio quase esgota a capacidade do próprio Partido Socialista de poder falar sobre isso mesmo.

A primeira questão sobre a qual temos de reflectir é se a Europa deve ser aprofundada ou alargada. A crise e o desmoronamento a Leste que se verificou nos últimos três anos levou, naturalmente, a um vazio de segurança, de modelo e de osmose no centro da Europa. E quando a Europa apelou, durante muito tempo, para a queda do muro de Berlim, para a queda inevitável de regimes ditatoriais, na altura em que esses países ascendem à democracia destroem o modelo sem o completar, sem reocuparem esse mesmo país e esse mesmo Estado com um modelo novo, colocando-se uma questão de crise estrutural nesses novos Estados democráticos. E afinal coloca-se um problema de solidariedade europeia: solidariedade política pela ascensão da democracia, mas também técnica e financeira. Daí a interrogação que nos dois últimos anos se coloca: a Europa deve ser aprofundada nas fronteiras que tem ou, pelo contrário, deve ser alargada em prejuízo do seu aprofundamento?

A resposta portuguesa, no sentido do aprofundamento da Europa, foi clara, positiva e até antecipatória, nos termos em que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, há dois anos, prefigurou, aliás numa fórmula pictórica, a ideia dos círculos concêntricos, cuja última tradução, ocorrida há cerca de 15 dias, na criação do espaço económico europeu é uma concretização feliz desse mesmo princípio.

O PSD e o seu governo são favoráveis ao aprofundamento da Europa e só numa fase ulterior à sua ampliação. Se as fronteiras da Europa, nesta fase, não são suficientemente rígidas, as políticas prosseguidas não são homogéneas, uniformes nem rigorosas. Quanto maior a delimitação de fronteiras, melhor o aprofundamento e a rigidez da política e, pelo contrário, quanto mais diluídas as fronteiras, maior incapacidade de projectar uma política e de construir um edifício. Nesse sentido, o Governo Português deu uma resposta. Esperávamo que hoje o PS, ao menos, abordasse o tema. A resposta foi o silêncio!

Outro tema: como e porquê o aprofundamento da Europa. A primeira etapa que a Europa construiu foi o Mercado Único. Aliás, é curioso que Portugal, em todas as estatísticas e relatórios comunitários, seja apresentado como um país no primeiro quartil dos países membros da CEE a ter conseguido cumprir o maior número de directrizes respeitantes à aplicação desse mesmo Mercado Único.

O Mercado Único está em marcha, segue-se-lhe a União Económica e Monetária que, portanto, tem sentido numa fase sequencial. Se se trata de um mercado de circulação completa de pessoas, bens, capitais, a não existência de uma política monetária integrada e de uma política fiscal harmonizada significaria a criação e a manutenção de

obstáculos, de dificuldades reais que apenas teriam o fim de distorcer o próprio Mercado Único. Nesse sentido, a União Monetária é um epílogo, é uma consequência, é uma decorrência natural e inevitável do Mercado Interno Único.

A União Económica, por seu turno, é a projecção extra muros de uma solidariedade que se pretende e que se quer porque é inevitável que a criação do Mercado Único gere desigualdades, é natural que uma circulação livre de pessoas e capitais, sem fenómenos de coesão e de solidariedade interestatais leve inevitavelmente à drenagem de recursos, de técnicas e de pessoas das zonas mais pobres para as mais ricas.

Uma União Monetária pura sem União Económica pode significar um maior fortalecimento dos mais fortes e um maior enfraquecimento dos mais fracos. Por isso, Portugal sempre se bateu com a necessidade de um instrumento poderoso, que o plano das relações internações ou interestados corrigisse a inevitabilidade do Mercado Interno Único. Nesse sentido, Portugal apelou, desde o princípio, ao fenómeno da coesão económica e social como instrumento moderador e correctivo daquilo que seria o próprio crescimento sustentado do Mercado Interno Único.

Portugal bateu-se por isso, fez disso prioridade, faz disso prioridade para a sua presidência, Portugal diz com clareza que não tem problemas de aceitar no seu tempo uma política monetária integrada, uma autoridade central europeia e, eventualmente até, a criação de uma moeda única. Portugal disse-o várias vezes! Esperaríamos hoje uma opinião, independentemente de ser positiva ou negativa, por parte do Partido Socialista. A resposta é o silêncio ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A terceira fase lógica neste processo de construção da Europa é a União Política. Aí, o Governo Português sempre balizou a sua atitude por critérios prudenciais e legítimos. Porque enquanto construímos uma União Monetária e um Mercado Interno Único, harmonizamos interesses, definimos uma relação de interesses, mas ainda não definimos uma relação de homens, de almas e de nações. Daí, a dificuldade adicional na criação de uma União Política que começa logo por uma primeira questão: o direito de cidadania.

Há quem interprete o direito de cidadania em termos exclusiva e estritamente jurídicos, mas não é correcto fazê-lo. A cidadania europeia é mais do que um conceito jurídico, a cidadania europeia é a assunção de uma consciência europeia por cada um dos membros dos vários Estados que a compõem e que diminuem o seu carácter nacional para aceitar uma consciência que traduz uma osmose colectiva. Estamos longe de obter uma consciência europeia! Estamos longe, por isso, de celebrar uma plena cidadania europeia! O que é legítimo para um país multissecular, como Portugal, é defender metodologias que aproximem e que levem à possibilidade de criação de uma cidadania europeia. Mas seria gravíssimo e politicamente insensato se aceitassemos meramente, copularmente, institucionalmente, acima dos Estados e das nações, a criação, pelas burocracias centrais europeias, de uma cidadania desligada do sentimento colectivo europeu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando se criaram federações ou confederações no mundo, a aproximação genética, económica e cultural era manifesta. Foi o que aconteceu com o *Zollverein* alemão, com a unificação alemã no tempo do chanceler Bismark e com a criação dos Estados Unidos da América do Norte. Mas quando se criaram federações

ou confederações, como a Jugoslávia ou a União Soviética, que tiveram por baliza, por método e por ingrediente fundamental não a consciência de osmose colectiva, que os levava a sentirem-se iguais, mas antes uma sobreposição alheia às nações por razões ideológicas, no primeiro momento em que a ideologia ruiu a federação ruiu. A morte, a guerra, a desordem e o caos foram as consequências de federações criadas acima da consciência interna e comum dos seus membros!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É um alerta, é uma necessidade, para todos os países, sobretudo para aqueles como Portugal, que é um País multissecular, com uma história e uma identidade própria que não sofreu abalos. Veja-se 1975, veja-se a descolonização, que não provocaram quaisquer abalos à identidade portuguesa.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, favorecemos essa metodologia mas pomos reservas a quem o queira fazer precipitadamente. O mesmo se diga na política externa, em que somos favoráveis — e o Governo tem-no afirmado com prudência, realismo e sinceridade — a uma conjugação e, eventualmente, à possibilidade de uma política externa comum. Mas, Srs. Deputados, uma política externa comum é o palco mais sensível onde se contrapõem duas realidades: de um lado, memórias colectivas diferenciadas, marcadas por séculos, por anos de luta, de hostilidade e de clivagem; do outro lado, uma tentação unitarista, na criação de uma política unificada. Estão, pois, em confronto duas teses. É possível que, um dia, dessas teses, dessa posição antitética eventual, surja uma síntese, mas ela só surgirá na exacta medida e proporção em que a consciência europeia, na alma de cada cidadão europeu, seja atingida. Quando cada cidadão europeu se considerar como tal, mais do que português, francês ou inglês, nessa altura teremos condições ideais, óptimas, para essa política. Até lá, devemos forçar o máximo a obtê-la. Por isso, o estado intermédio é sempre a conjugação e a coordenação de políticas externas.

Por último, Srs. Deputados, quero referir-me à questão da política de defesa. É preciso sermos lógicos e coerentes com a política de defesa. Uma política de defesa à *outrance*, a doze, num espaço de contiguidade geográfica com países que, hoje em dia, querem partilhar os mesmos valores políticos, económicos, sociais e culturais pode ser um fenômeno de rejeição para os vizinhos. Num espaço de contiguidade geográfica, com idiossincrasias e maneiras de pensar aproximadas, a política de defesa a doze, em vez de ser uma fórmula ideal, pode ser um risco para os próprios Doze. Pior, num momento em que os Doze têm uma memória colectiva, em que, por duas vezes, na história, em 1917 e em 1942, a democracia europeia foi salva pela presença norte-americana, é óbvio que qualquer política de segurança europeia, fora de um esquema da atlanticidade, não é razoável e é preocupante. Os limites a uma política de defesa autónoma a doze balizam-se, por isso, entre a questão da atlanticidade, por um lado, e a da necessidade de segurança colectiva a Leste, por outro. A lógica para os Doze radica-se hoje numa segurança de Vancouver a Vladivostok. Excluir a União Soviética, a Polónia, a Hungria, os Estados Unidos da América e o Canadá é um erro. O que não impede que haja um aprofundamento — e esta palavra é a correcta — de uma política de defesa europeia coordenada, como o Governo Português sempre propôs, no âmbito da União da Europa

Ocidental. Mas fazê-la num sentido isolacionista, desligada a Oeste e a Leste, pode ser interpretado como uma ameaça mais do que como uma virtualidade.

A posição do Governo Português está correcta nesse ponto e nesses termos. E o que é mais importante é que alguns europeus que, inicialmente, assim não pensavam, à medida que chegamos à altura da concretização das políticas é a política que o Governo Português definiu aquela que outros passam agora a acompanhar, o que não deixa de ser sintomático.

Alguns acusam Portugal e o Governo Português de tomar uma atitude de bissexta-política em relação ao leque de opções que, a cada instante, se vão manifestando no âmbito da CEE. Não o nego, aceito-o, e até felicito o Governo Português. Pequena potência, pequeno Estado, em cada instante, dadas as flutuações inevitáveis que, no âmbito europeu, da dinâmica relacional e interestadual se manifestam, se Portugal não tivesse flexibilidade táctica, Portugal seria um país prejudicado. Só que, para quem afirma isto, é preciso ter em conta uma realidade elementar: é que nunca o ângulo ou o arco da bissexta, eventualmente tomada por Portugal, ultrapassou o azimute da opção estratégica que Portugal sempre tomou. E esse é um aspecto relevante a salientar e a manter.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esperávamo-nos que hoje o secretário-geral do PS tocassem cada um destes pontos. Ele apelou ao diálogo e criticou o Governo por abordar a forma e não o conteúdo. Mas o secretário-geral do PS não referiu nem a forma nem o conteúdo. A única coisa de importante que disse é que Portugal não pode deixar de estar no núcleo do poder central que se estabelece e onde se define a política europeia. Mas onde é que Portugal tem estado nos últimos anos se não lá?! Quem contempla os documentos emanados do Conselho e da Comissão das Comunidades e a sua aproximação progressiva às teses que o Governo Português tem manifestado, mostra uma evidência: é que, cada vez mais, a consonância é manifesta. Logo, essa afirmação do secretário-geral do PS era desnecessária, porque tautológica. O que era importante era que ele referisse a opinião do seu partido sobre aquilo que estava a falar e sobre aquilo que o Governo Português tem dito, e, sobre isso, perdoar-me-á o PS, mas fico à espera que alguém substitua o Dr. Jorge Sampaio, hoje ou amanhã, para podermos saber o que é que o PS sabe e pensa. Porque há muitas pessoas que sabem e pensam nesse sentido, nessa matéria. Tenho ouvido de distintos representantes socialistas, nesta Câmara, intervenções ponderosas, correctas e sérias nessa medida. Mas é obrigação política de alguém que quer ser secretário-geral liderar, assumir e defender o que um partido quer, e não deixar isso a outros.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, concluo, dizendo o seguinte: na ordem interna há consequências naturais daquilo que na Europa se processa. E não se diga, como o Sr. Dr. Jorge Sampaio, que o Governo não tinha opções sobre algumas questões em matéria económica e financeira. Tinha-as, privilegiou-as e anunciou-as! Relembro a necessidade de ler o Programa e de sentir isso. Mas, sobretudo, gostaria de focar dois temas essenciais. O primeiro refere-se à concertação social. O Governo Português estabeleceu, pela primeira vez, fórmulas negociais que promoveram um diálogo na base de uma política de rendimentos e preços. Mas há, neste Programa, um passo qualitativo que é novo e essencial: é que, no Programa do Governo, também está implícita uma nova fase de concertação, o que é essencial. Quando o Primeiro-Ministro diz que é na qualidade e na produtividade, mais

do que na utilização adicional de mão-de-obra ou de capacidade produtiva — que estão ampliadamente ocupadas em Portugal —, que Portugal tem de fazer um esforço, é óbvio que isso passa por uma questão essencial, que é uma cultura de empresa, em Portugal. Portugal, nos últimos anos, tem privilegiado a macronegociação, mas é preciso passarmos a fórmulas micronegociais. É preciso que cada empresa tenha um mínimo de cultura empresarial que permita o aproveitamento máximo dos seus trabalhadores, dos seus quadros, num espírito participativo; é preciso fidelizar as pessoas às empresas, de modo a que o máximo aproveitamento do factor humano seja encontrado. É preciso, em segundo e último lugar, uma redefinição de fronteiras entre o Estado e a sociedade. As privatizações foram também uma transferência de poder para a sociedade e é preciso ampliá-la a outras áreas administrativas do País. Portugal apoia, e apoia, uma economia de mercado.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e concluo com isto, Portugal não apoia unicamente uma política económica de mercado, porque isso gera, sempre e inevitavelmente, a luta que favorece os melhores em detrimento dos mais fracos e aqueles que têm menos capacidade. O Governo Português e o PSD sempre quiseram e propiciaram fenómenos de correcção interna que contrabalançasse aquilo que a economia de mercado produz. A coerência de fazermos em Portugal aquilo que pedimos, em termos de coesão económica e social, é manifesta. É por isso que é injusto dizer que o Governo esquece as pensões, quando as aumenta numa percentagem quatro a cinco pontos superior àquilo que irá ser a inflação no próximo ano. É injusto e errado atacar o Governo por esta óptica. O Governo balançar-se-á sempre, como o fez — e daí ganhar o voto popular —, em termos, por um lado, da racionalidade económica e economia de mercado mas, por outro lado, do contraponto social, da pulsão social necessária para corrigir aquilo que a economia de mercado naturalmente dita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em seis anos Portugal mudou, melhorou, democratizou-se, e hoje é um prazer para nós haver vários partidos aqui representados. Nós não somos aqueles que, alguma vez, defendemos o unitarismo ou a unicidade, mas outros o fizeram. Nós defendemos a democracia, a participação de todos e o respeito de todos perante as regras democráticas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portugal projectou-se no mundo, ganhou prestígio e os cidadãos portugueses aumentaram o seu bem-estar. São créditos pretéritos que nos permitem encarar, num espírito de tolerância e de diálogo com todo o País e com toda a oposição — porque para isso é a democracia —, os próximos quatro anos, que vão continuar a ser para nós o estímulo, a projecção do poder de Portugal no mundo e a felicidade maior de cada um de nós.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Barbosa de Melo.

O Sr. Presidente: — A Mesa agradece os cumprimentos que acabaram de lhe ser dirigidos pelo Sr. Deputado bem como ao seu Presidente.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Quirós.

O Sr. Manuel Queiró (CDS): — Sr. Presidente, Srs! Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A modificação da legislação eleitoral foi elevada à condição de grande objectivo político do Governo para esta legislatura no discurso do Sr. Primeiro-Ministro. A justificação apresentada foi a necessidade de responder ao desafio da modernidade, por um lado, e de assegurar a governabilidade, a representatividade e a participação, por outro. Mas foram diferentes as formas por que a questão foi apresentada no discurso do Primeiro-Ministro e no próprio Programa.

No que ao Programa diz respeito, o grande projecto de alteração da forma de eleger o Parlamento vem curta e discretamente exposto, embrulhado, quase envergonhado, por uma série de propostas sobre outros processos eleitorais, algumas de carácter muito menos político, como uma simples «regulamentação de uma norma constitucional» (a expressão utilizada é mesmo essa). No discurso do Primeiro-Ministro abandonou-se essa postura e tornou-se claro não se tratar de regulamentar nenhuma norma impositiva já aprovada, mas sim da enunciação de um propósito político forte, o de alterar as regras do jogo (para utilizar as palavras do Primeiro-Ministro), modificando com toda a probabilidade, qualitativa e decisivamente, a composição partidária desta Câmara por essa via.

Sendo a consequência mais provável da alteração proposta a forte diminuição, se não mesmo eliminação, das possibilidades eleitorais dos partidos parlamentares com menos expressão, há uma questão que não pode deixar de ser respondida: qual é o entendimento do Governo sobre o consenso necessário para alterar as regras de eleição dos deputados desta Câmara? O consenso dos partidos aqui representados? Ou apenas o consenso dos dois partidos que se considera poderem ou deverem vir a ser beneficiados?

Como compreendem, esta é uma questão que necessita de esclarecimento, sob pena de o desafio lançado pelo Primeiro-Ministro aos partidos da oposição não fazer qualquer sentido, pelo menos no que ao nosso partido diz respeito.

O essencial da argumentação em favor do desdobramento dos círculos eleitorais assenta no enunciado objectivo de aproximar os deputados dos seus eleitores. O Sr. Primeiro-Ministro disse mesmo que esse é o principal objectivo. Só que essa argumentação assenta, quanto a nós, num equívoco, se não mesmo num sofisma. Acredita alguém que o deputado eleito no meio de 10 ou 9 fica por isso mais próximo dos eleitores do que um eleito no meio de 11, ou 12, ou 15? Fica esse deputado mais responsabilizado, menos escondido e politicamente inimputável por detrás do chefe do seu partido?

Haverá alguém que defendia honestamente que se podem escolher deputados sem escolher entre deputados, isto é, sem círculos uninominais? Não se pode modificar a actual situação sem uma transformação qualitativa e não quantitativa.

Quero, portanto, deixar ao Sr. Primeiro-Ministro outra questão: como compatibiliza duas afirmações feitas por si em circunstâncias diferentes, mas com igual impacto na opinião pública, sendo uma a de que é necessário aproximar os deputados dos eleitores por via da forma como são por eles escolhidos e a outra a de que as eleições para a Assembleia da República não se destinam a escolher deputados, mas sim à escolha de um primeiro-ministro?

Já agora, outra contradição me parece surgir a propósito da espantosa afirmação do Programa do Governo de que é

necessário, no poder local, impedir formas de eternização no poder ou geração de clientelas. E formula, assim, ainda outra questão: considera-se legítimo procurar a personalização dos mandatos e a sua plebiscitação em sucessivas eleições a nível do poder central e, ao mesmo tempo, impedir a mesma coisa em escala muito menor e em cargos com muito menos poderes e competências, a maior parte delas fiscalizadas por assembleias sem maiorias monopartidárias?

Sr. Primeiro-Ministro, a sua posição de globalizar as suas propostas, de as considerar constituintes de um mesmo código e de não aceitar discussões e decisões isoladas sobre algumas propostas necessita de ser interpretada. A principal consequência, a nosso ver, é a contrária à proclamada. Em vez de pressionar as alterações, arrisca-se a inviabilizar qualquer alteração. O «tudo ou nada» provocará o nada. Qual é, pois, a intenção que está por detrás desta posição extremada?

Quererá o Sr. Primeiro-Ministro, como parece, ficar como o campeão das propostas anti-sistema, mas de um sistema de que tem sido o principal beneficiário e cujas alterações bloqueia?

Ou quererá, como achamos que seria mais conveniente, detonar um processo de verdadeiras alterações do sistema político, que o torne mais transparente e mais aproximado das aspirações do povo à representatividade e eficácia dos órgãos de poder?

Nós, Sr. Primeiro-Ministro, queremos colaborar na procura dessas alterações. Temos autoridade, temos passado, não pode haver dúvidas sobre a nossa vontade. Do pacote de medidas avançadas pelo Governo, retiramos mesmo algumas propostas positivas. É o caso da participação dos emigrantes na eleição presidencial; temos até sobre essa matéria um passado de propostas comuns. É o caso da alteração da Lei Eleitoral das Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira. É ainda a nossa abertura para analisar e considerar outras propostas.

Mas também temos, Sr. Primeiro-Ministro, de recusar as incoerências e as contradições do seu conjunto de propostas. Não se pode, quanto a nós, combater as distorções à proporcionalidade provocadas pela dimensão dos círculos nos Açores e na Madeira e provocar essas mesmas distorções nas eleições nacionais. Não se podem limitar mandatos de presidentes de câmara e até de vereadores sob suspeita de geração de clientelas, ignorando o paralelismo com primeiros-ministros, ministros ou secretários de Estado.

Ao repto do Sr. Primeiro-Ministro respondemos nós desta forma: torna esta discussão aberta, não se feche no exclusivismo das suas soluções. Expurge as suas propostas dos pontos que possam às diversas oposições parecer provocatórios, liberte-as das suspeitas de engenharia eleitoral, e podermos encetar trabalho útil. Ou, de outra forma, bloqueará o processo das reformas efectivamente necessárias.

E — quem sabe? — poderemos conseguir um princípio de verdadeira reforma do nosso sistema político a partir de legislação eleitoral. Apesar de tudo, não é impossível melhorar o sistema, mesmo a partir de iniciativas dos seus principais protagonistas, dentro do sistema, por definição, sobretudo nunca contra as maiorias, logo nunca contra os seus principais protagonistas. Mas, para isso, haverá que tornar a postura bloqueadora do Sr. Primeiro-Ministro, que parece confirmar a lei de que todo o beneficiário de um sistema tende a preservá-lo.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (Indep): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quero, em meu nome e no da UDP, saudar todos os Srs. Deputados.

Li atentamente o Programa do Governo e posso afirmar que não estou de acordo com a sua orientação de fundo, o que é natural e não surpreende de certo os Srs. Deputados. Ainda há pouco estávamos em campanha eleitoral, onde ficaram claras as nossas diferenças de opinião.

Portanto, não vou aqui falar-vos das opiniões e da política completamente diferentes que nos separam do PSD. Delas faremos a base das nossas propostas positivas durante a legislatura.

Preocupa-me, isso sim, ver o PSD a querer substituir o voto do povo, agora que tem a maioria. E não digo isto apenas por estarmos perante um Programa de Governo vago e distante de promessas fundamentais expressas no programa eleitoral do PSD, como acontece, por exemplo, com o «Estado regulador da justiça social» (a p. 5), a «democracia participada» (a p. 23), a «habitação como prioridade» (a p. 80) ou a «eliminação dos bairros de barracas» (a p. 81), nem porque surpreende os Portugueses com inovações que exigiriam ter feito parte do programa eleitoral, como a passagem da RDP e da RTP a sociedades anónimas — uma privatização encapotada! —, nem ainda porque anuncia mais dificuldades — ao arreio do «sucesso» e do «bom caminho»! —, nomeadamente para as Regiões Autónomas, pois não se apontam orientações para a resolução do problema financeiro e da dívida da Madeira, nem para a autonomia do poder local, duplamente confrontada com a dependência do Governo Central e do Governo Regional, nem para a protecção às produções regionais.

Digo, e com ênfase, que desrespeita o sentido do voto dos Portugueses, porque o Programa em discussão gravita em torno de uma proposta central que promove alterações de fundo no sistema constitucional, situação que não foi apresentada no programa eleitoral!

Parafraseando o Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe se lhe terá faltado coragem para tanto.

Trata-se de uma proposta que dilui a proporcionalidade, manipula os círculos eleitorais e pretende impor o voto dos emigrantes para a eleição do Presidente da República. Trata-se de um código eleitoral que, quer pelo seu conteúdo, quer pela forma como foi apresentado pelo Sr. Primeiro-Ministro, aponta para uma maior governamentalização e um maior presidencialismo do Governo.

Será que o PSD prevê, para as próximas eleições, dificuldades que quer ultrapassar pela «manipulação genética», em vez de pela conquista democrática do voto dos eleitores?

É claro que podemos admitir algumas alterações no pensamento do Governo de há 37 dias para cá, mas a verdade é que o Sr. Primeiro-Ministro propõe uma revisão extraordinária da Constituição, certamente bem e atempadamente ponderada, mas que foi escamotcada ao eleitorado antes do voto em 6 de Outubro, apesar da sua magna importância, reconhecida, aliás, pelo Primeiro-Ministro, ao considerar estarmos em presença de um outro «pilar da democracia» e de outras «regras do jogo democrático». Este facto não é grave por desrespeitar os 30 % que se abstiveram ou os 30 % que votaram na oposição.

Este facto é grave, fundamentalmente porque desrespeita aqueles 30 % de eleitores que votaram no Partido Social-Democrata.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora o tempo de que disponho seja muito escasso, não posso deixar de proferir uma palavra sobre Timor, o que, aliás, já fiz a propósito da votação do projecto de resolução que há pouco fizemos. Por que razão o Governo se refugia em generalidades e não dá seguimento às propostas dos próprios Timorenses? Será que Timor não cabe na política externa e de segurança comum europeia? Na Cimeira de Maastricht por que não propor condições e sanções quando a Holanda é o principal parceiro europeu da Indonésia?

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.

O Sr. Presidente (Ferraz de Abreu): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manoel Sérgio.

O Sr. Manuel Sérgio (PSN): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falo mesmo daqui, do meu lugar, visto que o tempo que levaria a subir à tribuna esgotaria o que tenho disponível.

Risos.

O Sr. Presidente: — Esse tempo não conta, Sr. Deputado. A contagem só tem início quando começa a usar da palavra.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não esconde a minha emoção ao tomar a palavra pela primeira vez neste Parlamento, pelo menos de modo mais formal. Aceitem, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a minha lealdade, a minha diligência, a minha simpatia humana e a certeza de que nunca me senti tão honrado como quando, desde a semana passada, *minimus inter pares*, me soube um de nós. E não se assustem os modelos de eloquência que há nesta Casa por eu falar outra vez em latim, visto que não nasceu comigo um novo Círcero (podem dormir descansados!).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Etimologicamente, «criticar» significa «separar o trigo do joio». Também não irei falar de novo em latim sobre isto, mas terei de dizer que a palavra vem do verbo *cernere*, que significa mesmo «separar o trigo do joio». O trigo e o joio crescem inextrincavelmente unidos em toda a obra humana e, como tal, tanto no discurso apologético do Sr. Primeiro-Ministro ou do Programa do Governo, como nas réplicas vigorosas e mordazes da oposição, decorrentes da conflitualidade civilizada inerente ao regime parlamentar.

Uma postura crítica é o que o PSN, através de mim, que vivo as minhas primeiras titubeantes de deputado, quer oferecer, com ciência e consciência, a este Parlamento. Assim, é meu dever sublinhar neste momento que estão presentes, com maior ou menor densidade, no Programa do XII Governo Constitucional os grandes temas por que deve reger-se uma política, não só reflexo do presente, mas também projecto do mundo por vir.

Indicativamente, portanto, nada a opor.

Mas não me parece lícito que se confunda, monocoricamente, maioria com estabilidade, porque as maiorias, se as não enforma uma higiénica e lúcida autocritica, geram, acima de mais, arbitrariedade, onde a sensatez se perde na polarização das lutas, das tensões e dos conflitos.

E levanto a primeira questão: é fácil, em regir de maioria parlamentar, uma efectiva solidariedade entre todos os órgãos de soberania?

O PSN é o Partido de Solidariedade Nacional. Por isso, não se estranhe a sua opção pelos pobres, pelos idosos e pelos que, após longa caminhada e duros sacrifícios ao serviço da Pátria, são marginalizados por verdadeiras estruturas de injustiça.

Acabei de ler, na semana passada, um livro sobre as desigualdades na década de 90, editado por *Le Monde Editions*, onde se pode ver que entre os grandes marginalizados do nosso tempo estão indiscutivelmente os idosos. Torna-se, por isso, imperioso criar um Estado ao serviço dos homens e não subordinar os homens ao império do Estado. Por consequência, se não há em Portugal um Estado totalitário, enquanto permanecerem as reformas de 20 000\$ e 30 000\$ para pessoas que não têm outras formas de rendimento e enquanto não houver uma garantia efectiva para todos os cidadãos, independentemente dos seus recursos económicos, de acesso aos melhores cuidados médicos de que a comunidade nacional dispõe, sejamos radicais: há em Portugal violação dos direitos humanos.

Daí a minha segunda questão: comporta o Orçamento o facto de que não haja qualquer reforma inferior ao salário mínimo nacional?

A grande novidade política que V. Ex.º, Sr. Primeiro-Ministro, introduziu no seu discurso de anteontem neste Parlamento foi a proposta de revisão da Lei Eleitoral. Não quero para mim o privilégio exclusivo da verdade, mas a grande novidade que muitos dos reformados deste país agradeciam, de coração entre os lábios, seria a rara oportunidade de escutar o anúncio festivo de que em Portugal não se praticariam reformas abaixo do salário mínimo nacional.

O PSN não subscreve de forma simplista e apressada o axioma «cada vez menos Estado e cada vez mais sociedade civil», pois quer o Estado bastante para que a existência da igualdade de acesso à segurança social possa verdadeiramente ser experimentada por todos e cada um dos portugueses.

Quedo-me por aqui. No âmbito da segurança social, que mais haveria para dizer?

E perdoe-se ao velho crítico e dirigente do desporto, aqui e além — passe a imodéstia —, irrequieto e audacioso, que adiante a nótula seguinte: ninguém está contra a «Nave do Jamor», mas antes dela importa construir em Portugal um pavilhão desportivo à altura dos grandes espectáculos, constelados de atletas superdotados e supertreinados. Trata-se de uma lacuna evidente que não se torna necessário um lampejo de génio para descobrir. No entanto, inexplicavelmente, um amplo, complexo e funcional pavilhão desportivo está por construir no nosso país, de acordo com as múltiplas exigências hodiernas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, terminei irremediavelmente, chegando ao termo dos cinco minutos que, misericordiosamente, me concederam.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A leitura do Programa do Governo e a intervenção-resposta do Sr. Primeiro-Ministro sugerem como traço fundamental a grande habilidade do Governo e — diria — do Primeiro-Ministro em apropriar-se de conceitos que a

oposição subscreve e que exprimem, afinal, naturais vontades de bem-estar, igualdade, paz e qualidade de vida, para os subverter e esvaziar de conteúdo.

Habilidade, contudo, a que a leitura mais atenta do Programa do Governo nem sempre resiste, que alguns silêncios põem em causa e que seguramente a prática desmente. Assim, como conciliar, por exemplo, o princípio da igualdade de oportunidades para as mulheres com uma total ausência de intervenção face à denúncia pública de discriminação sexista, que coloca as mulheres numa situação de fragilidade perante o mercado do trabalho e que a futura integração europeia não deixará de acentuar?

Como garantir e conciliar — cito o Programa do Governo — «a modernização do sistema educativo de forma a aproximar-lo dos padrões comunitários», «a defesa da família e de uma política que considere a dimensão familiar nas várias políticas sectoriais» e «a igualdade entre os dois性es como um objectivo fundamental da defesa da dignidade que passe pelo desenvolvimento de estruturas para apoio às crianças» com o facto — presumo que inédito num qualquer programa de governo da Europa — de omitir, pura e simplesmente, o ensino pré-escolar dos seus objectivos programáticos, quando a taxa da sua cobertura em Portugal ronda ainda os 30 % e a média comunitária se situa nos 80 %.

Do trabalho infantil ficámos a saber ser preocupação do Governo, o que não deixou de ser útil, se nos recordarmos que um membro do anterior Executivo afirmou, no estrangeiro, desconhecê-lo. Contudo, não entendi, Sr. Primeiro-Ministro, o sentido da alusão que faz à polícia junto às fábricas como meio de pôr fim ao flagelo do trabalho infantil. Como gracco, pareceu-me pouco feliz e como método não consideramos útil, já que, para nós, a repressão não resolve problemas e tem mais eficácia analisar causas do que esconder efeitos.

De ambiente falou-nos também o Sr. Primeiro-Ministro, com uma abertura de quem pareceu partilhar as nossas preocupações. É interessante porque testemunha o habitual recurso do Governo a um discurso ambiental, discurso de quem assume, simultaneamente, o distanciamento da responsabilidade dos factos e pretende a co-partilha das suas consequências.

A propósito da grande actividade do seu Ministério, permita lembrar-lhe que ela se esgotou mais nas constantes mudanças de ministros do que na actividade concreta, já que a maioria das iniciativas resultou da transposição de normas comunitárias, que, naturalmente, a nossa condição de Estado membro obrigou e o nosso atraso acelerou. E é exactamente dessa ineficácia que nasceu — e não da vontade do seu Governo — a consciencialização ambiental de que falou, feita de vivências quotidianas, de agressão ambiental, de desequilíbrio, de rupturas.

Sr. Ministro, em concreto, questionamos: como compatibilizar uma política de ambiente, que se diz pretender, com a instalação do Campo de Tiro em Alcochete em plena Reserva Natural do Estuário do Tejo, com a elaboração de um plano rodoviário nacional, que não tem em conta o diálogo com as autarquias, o depósito, sem tratamento, de 1 milhão de toneladas/ano de resíduos tóxico-perigosos.

Para quando, finalmente, a elaboração e discussão pública dos instrumentos estratégicos para a política do ambiente: o Plano Nacional do Ambiente, por diversas vezes anunciado por V. Ex.º, e a estratégia nacional para a conservação da Natureza?

Da participação dos cidadãos e das associações falou-nos também o Sr. Primeiro-Ministro, com generosidade.

Lembrar-lhe-ia, contudo, que cla não é bencesse e resulta tão-só do próprio cumprimento da Lei de Bases do Ambiente, que, consensualmente, esta Assembleia votou. Mesmo assim, perguntar-lhe-ia para quando dotar o INAMB (Instituto Nacional do Ambiente) dos meios técnicos e financeiros que permitam a sua eficácia e descentralização.

Igualmente se questiona, perante a convocação para Junho de 1992 da conferência sobre desenvolvimento e ambiente, por iniciativa da ONU, que se admite de extrema importância pela adopção de um código de conduta ecológica e havendo uma recomendação expressa de envolver toda a sociedade civil neste debate, tendo em conta ainda que Portugal tem uma dupla responsabilidade na sua preparação, que lhe advém do exercício da presidência da Comunidade, como pensa o Executivo ultrapassar o atraso dos seus trabalhos, alargar a composição da Comissão Nacional e envolver toda a sociedade no indispensável debate público desta questão.

Para terminar, algumas considerações e interrogações na área da defesa, cuja filosofia inspiradora, ao contrário da do ambiente, nos parece ser inspirada na prevenção. Mas interrogamos, Sr. Ministro: prevenção de quê, contra quem? Admitem-se profundas alterações na Europa e no Mundo, admitem-se o novo clima de cooperação internacional, mas não encontramos qualquer indício que traduza uma nova postura do Governo Português. Insistimos, pois, num novo conceito de defesa estratégica a ser definido na actual conjuntura. Como se vai reacquacionar a presença de bases militares estrangeiras em Portugal?

Para finalizar, volto a colocar estas duas questões, sobre as quais não obtivemos resposta: para quando o direito ao pleno exercício da livre objecção de consciência? Para quando os quartéis deixarão de ser lugar de humilhação e morte?

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do deputado independente João Corregeror da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Maciel.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr.ª Deputada Isabel Castro, nós, sociais-democratas, temos sempre presente uma máxima: não à oposição cega ao progresso, sim à oposição ao progresso cego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Talvez seja isso aquilo que nos divide. Os senhores fazem a oposição cega ao progresso, nós fazemos oposição ao progresso cego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estamos, portanto, em posições radicalmente diferentes.

O Partido Ecologista Os Verdes é um partido exclusivamente ecológico. O Partido Social-Democrata não o é nem quer ser-lo, porque queremos desenvolver Portugal reformando a sociedade como um todo, entendida globalmente.

A diferença que há, afinal, entre nós é a seguinte: os senhores pensam Portugal em função, única e exclusivamente, do ambiente; nós pensamos o ambiente em função de Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Tive por momentos alguma esperança de que o Partido Ecologista Os Verdes se desapegasse do Partido Comunista Português e não se servisse dele como muleta para chegar à Assembleia da República. Mas não! Eis que o Partido Ecologista Os Verdes está aqui como que um tijolo verde na muralha vermelha e opaca da hierarquia do PCP.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Ecologista Os Verdes não abdica, pois, da muleta do PCP para cá estar.

Sr.ª Deputada Isabel Castro, se as vossas propostas ambientais são tão credíveis, tão benéficas e indispensáveis ao País, por que é que o seu partido não concorreu sozinho às eleições? Por que é que não se submeteu, sozinho, a sufrágio universal dos Portugueses?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não o fez porque sabe que não seria eleito e porque sabe que aquilo que tem em carteira não é um conjunto de propostas ambientais, é um inventário pobre de lamúrias ambientais.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD tem um legado e um património que nos honram em matéria ambiental. Desde já destaco a criação do Ministério do Ambiente, mas também quero aqui prestar um preito de homenagem a dois secretários de Estado, cuja combatividade, coragem e eficiência muito honraram a luta pelo melhor ambiente em Portugal: Carlos Pimenta e Macário Correia.

Aplausos do PSD e do deputado de Os Verdes André Martins.

Também aqui fica o estímulo da minha bancada, o incentivo, o apoio, a total compreensão para com o Sr. Ministro do Ambiente e os seus secretários de Estado, sabendo que a defesa do ambiente é uma luta que deve prosseguir, quotidianamente, sem desfalecimento, por quanto envolve uma grande capacidade de persuasão, não só dos seus parceiros do Governo, mas da sociedade em geral e do cidadão em particular.

Citava, para terminar — e recomendava a sua leitura à Sr.ª Deputada Isabel Castro —, um documento elaborado, no âmbito do Conselho da Europa, em 1992, pelos autores Apler e Aldridge *L'homme face à son environnement*, em que a educação ambiental não é um programa escolar, não é um inventário negro de disfunções ambientais, mas a verdadeira política de ambiente e a verdadeira consciencialização ambiental. É esse o meu pensamento. O que estes governos sociais-democratas têm conseguido em Portugal é um estado de espírito na sociedade em geral e no cidadão em particular. Foi isso que conseguimos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — O Sr. Deputado Mário Maciel, provavelmente, porque é mais velho neste espaço, entendeu por bem fazer algumas apreciações. De

facto, sou novata nesta Assembleia, mas não estou interessada propriamente nas suas apreciações subjectivas, de como é que Os Verdes devem ou não intervir politicamente nesta Assembleia.

A imagem a que o senhor recorre de «tijolo», para significar aqui a nossa presença, retribui-la-ia à sua bancada. Talvez na sua bancada as pessoas funcionem como «tijolo», se entendido como massa bruta.

Protestos do PSD.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — No nosso partido, as pessoas e os indivíduos têm outra valorização. Julgo que o senhor terá grande dificuldade em compreender a diferença entre uma intervenção ambientalista e uma intervenção ecologista se não tiver os indivíduos e a pessoa humana no centro do questionar de toda esta problemática.

Outra questão que o senhor apresentou foi a de se Os Verdes podriam ou não, se concorressem isoladamente, estar neste Parlamento. Não sei se estariam, mas seguramente com as intenções que o Sr. Primeiro-Ministro revelou da alteração da Lei Eleitoral, não tenho dúvidas de que essa alteração é feita no sentido de cercar a possibilidade de os pequenos partidos, que são parte integrante desta sociedade, virem a deixar de ter voz activa neste Parlamento.

Por último, relativamente à questão que o senhor coloca de a intervenção ambiental ser uma questão de estado de espírito, penso que, se calhar, o grande problema da diferenciação de pontos de vista reside no facto de os senhores pensarem que é por se apropriarem de um discurso ambientalista que resolvem os problemas. E é exactamente porque têm capacidade de, no terreno, serem capazes de equacionar os problemas, de dar resposta aos problemas do dia-a-dia que os senhores encontram hoje, como o Sr. Primeiro-Ministro referia — e aqui estou de acordo —, uma crescente consciência ecológica. Ela existe e surge porque houve concepções erradas de desenvolvimento imediatista que originaram assimetrias, desequilíbrios e rupturas. E é porque os cidadãos sentem no dia-a-dia todas essas questões que eles hoje, cada vez mais, têm necessidade de se organizar.

Aplausos de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Mário Maciel pediu a palavra para que cesse?

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Para defesa da consideração, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, antes de lhe dar a palavra, quero dizer, em nome da Mesa, que todos nos apercebemos de uma certa reacção da bancada social-democrata às palavras da Sr.ª Deputada Isabel Castro, mas a Mesa não intervém porque interpretou essas palavras como uma linguagem «física» na matéria. Por isso, a Mesa não fez qualquer reparo.

Tem, pois, a palavra Sr. Deputado.

O Sr. Mário Maciel (PSD): — Sr. Presidente, vou usar uma linguagem geológica.

Risos.

Os mais lindos diamantes provêm de uma massa bruta da natureza e o que é preciso é serem lapidados. O Grupo Parlamentar Social-Democrata é um grupo parlamentar lapidado. É, portanto, um lindo diamante da democracia portuguesa!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, penso que não interessa alimentar uma discussão colocada a este nível. De qualquer modo, é para nós certo que um entendimento tão narcisista ...

Risos.

... como o Sr. Deputado parece evidenciar, não nos dá, de facto, grandes garantias de que o diálogo de que aqui se falou venha a ser institucionalizado.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Braga de Macedo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao usar da palavra na qualidade de membro do XII Governo Constitucional, deixo, antes do mais, saudar cordial e respeitosamente esta Assembleia, permitindo-me desejar a V. Ex.ª, Sr. Presidente, bem como aos restantes membros da Mesa, as maiores felicidades no desempenho dos cargos para que foram eleitos.

O debate do Programa do Governo é uma tarefa sempre necessária, tanto pela força do Regimento, como pelo peso político e social que não pode deixar de ter. Envolve a responsabilização do Governo e de cada um dos seus ministros, assim como uma apresentação ao País e a renovação de um compromisso já tomado perante as urnas.

No que me diz respeito, este guia orientador figura na continuidade de quem me antecedeu no XI Governo Constitucional: refiro-me aos Srs. Dr. Miguel Cadilhe e Prof. Luís Miguel Beleza.

O que não quer dizer que esqueça os nomes doutros antecessores que, de uma forma ou de outra, continuam a constituir uma soma de experiência e conselho que será do maior interesse aproveitar — para além da sempre reconhecida actuação do Primeiro-Ministro.

Ao falar de continuidade não é meu propósito enjeitar a minha responsabilidade dentro de novo Governo, mas sim prestar homenagem ao amigo que venho render.

Começo por enumerar alguns princípios políticos, económicos e sociais que sustentam a actuação do Governo durante os próximos quatro anos, para depois referir o enquadramento comunitário e institucional dessa mesma actuação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, está fora do pensamento e da prática governamental tanto a improvisação como a demagogia. Temos de fazer o que está prometido, não o faremos para conquistar votos ou favores. Prosseguiremos uma política orçamental de verdade e de rigor, a que o País já está habituado e que constitui uma conquista inapreciável para viabilizar a democracia. É decerto a sua medida.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, a pobreza não se vence desligando a luta das condições efectivas do País. Só com disciplina pública e consenso se poderá eficazmente actuar em defesa dos mais desfavorecidos. As reformas estruturais devem ponderar a poupança nacional, o trabalho, a pericia na gestão e a confluência dos interesses de todos os portugueses. Sem paciência — pública e privada — as reformas não chegam ou, se chegam, não perduram.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Assim, as reprivatizações implicam o prosseguimento de uma reforma estrutural suscetível de continuar a abrir e flexibilizar a economia e as finanças nacionais. Diminuindo o peso do Estado, procura dar-se mais espaço ao espírito de empresa e criatividade dos Portugueses.

O Sr. Domingos Duarte Lima (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O terceiro ponto: se estamos — como estamos — a entrar no desenvolvimento sustentado, a acção do Governo tem de contribuir para que esse desenvolvimento seja defendido. Isto é, temos de proteger a poupança, assegurar a disponibilidade de capital fixo e de fundos de maneio, diminuindo, no máximo das nossas possibilidades, a intervenção do Estado no mercado de capitais, a não ser para defesa da sua liquidez e idoneidade da oferta.

E para que assim seja, temos de nos esforçar por uma administração financeira realista que não absorva para seu uso os recursos que desejamos ver circular nos mercados. Nesse aspecto, o orçamento será aquilo que os Portugueses quiserem que ele seja: ou restritivo, se o uso dos recursos nacionais for dispersivo ou ocasional; ou fomentador de riquezas, se os bens disponíveis forem utilizados com optimização.

Num quarto ponto, é errado hipotecar o futuro a uma lembrança de vida sem grandeza. Os recursos nacionais não são muitos mas são rentáveis, valiosos e em crescimento. Queremos ver no Governo o espelho de um País em desenvolvimento com o bom senso e a qualidade do povo português. Por isso digo que o orçamento pode ser restritivo, mas não precisa de ser miserabilista.

Em quinto lugar, sabemos que uma política orçamental nestas condições não poderá ser conduzida sem um debate e a responsabilização subsequente do Governo perante a Câmara e perante o País. Somos responsáveis — sentimo-nos responsáveis — pelas despesas que o Estado precisa de fazer em prol da segurança dos cidadãos e da valorização das suas poupanças, no sentido que eles lhe quiserem dar.

Em sexto lugar (como primeiro podia ser), os esforços que o Governo faz para enfrentar as despesas com a educação, a defesa nacional, a saúde, a qualidade de vida e a cultura não podem sustentar a alta dos preços. Assim, a inflação aparece como um verdadeiro prato de lentilhas contra a nossa maioria económica. Temos de saber guardar para hoje o que podemos fazer amanhã. Dessa forma, defenderemos o emprego, a nossa competitividade, o nosso desenvolvimento, a nossa qualidade de vida e o respeito de todos por termos sabido ultrapassar as nossas dificuldades.

Para além das razões nacionais já avançadas para o rigor orçamental, as privatizações e a luta contra a inflação, comprometemo-nos a assegurar a convergência com a Comunidade Europeia durante os próximos quatro anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal tem hoje o respeito da comunidade internacional. A coesão governativa, atingida há seis anos, impediu que se desperdiçasse o esforço de ajustamento da balança de pagamentos, realizada sob a égide do Fundo Monetário Internacional, e permitiu uma maioria absoluta nas eleições de 1987.

Com a estabilidade do Governo, foi possível realizar uma série de reformas estruturais há muito exigidas pelo programa do partido vencedor e pelo povo português. Entre elas, é justo realçar a reforma fiscal, prometida por todos os governos portugueses dos últimos 20 anos e uma das grandes realizações do XI Governo Constitucional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Restabelecida a confiança, a economia recuperou com vigor e acelerou o investimento nacional e estrangeiro e o peso do Estado diminuiu, apesar dos resquícios marxizantes da Constituição só terem sido eliminados por altura da queda do muro de Berlim.

A memória dos mercados é longa. Ainda não foram esquecidos atentados aos direitos fundamentais de que um sector público muito alargado, mal definido e endividado. É o sinal mais patente. No entanto, ao assumir-se como uma economia de mercado para o desenvolvimento económico e social, Portugal iniciou a mudança do seu regime económico, numa conquista de paz social e de elevada criação de emprego. Em suma, vivemos numa democracia de sucesso.

Aplausos do PSD.

Embora tenha ousado enriquecer desde 1987, Portugal continua pobre. Melhor, mas pobre. De tal modo que a boa reputação comunitária parece paradoxal aos próprios Portugueses. Não admira, por isso, que, para consolidar a reputação de bons membros do clube a que já sentem pertencer, sintam vontade de gastar mais.

Só que a impaciência gastadora dos Portugueses também os impede de enriquecer duradouramente, porque a sociedade revela-se incapaz de resistir à tentação do desenvolvimento acelerado e insustentável. É preciso dar tempo ao tempo para que a projecção externa de Portugal possa consolidar a prosperidade trazida pelas reformas internas.

No início de uma nova legislatura que aponta para a promoção da qualidade portuguesa, só a continuação tenaz da estratégia multianual de ajustamento orçamental, iniciada há seis anos, poderá vencer a inflação.

A assunção em Conselho de Ministros do Quadro de Ajustamento Nacional para a Transição para a União Económica e Monetária (QUANTUM) é um marco significativo. Basta lembrar que, no dia da apresentação, os mercados cambiais registaram uma alta brusca do escudo, por se pensar que a adesão ao Sistema Monetário Europeu era para aquela sexta-feira, 8 de Junho de 1990.

A estratégia multianual de ajustamento orçamental subjacente ao QUANTUM parte de um tecto da despesa pública para, dadas as receitas, determinar as necessidades de financiamento do sector público. Verifica-se largo consenso entre economistas nacionais e estrangeiros acerca da boa qualidade desta estratégia.

O ajustamento presume que o escudo possa ligar-se credivelmente ao marco alemão (ou a moeda mais forte) antes de 1995. A moeda única não terá efeitos negativos na competitividade da economia portuguesa nem na sua

capacidade de manter o pleno emprego se a convergência com a mais baixa inflação europeia estiver assegurada.

Aliás, se a ligação a uma moeda forte tivesse sido credível já em 1991, teria levado a necessidades de financiamento do sector público de menos três pontos de produto interno bruto, tal a queda da taxa de juro que lhe teria estado associada.

De qualquer modo, na prática da supervisão multilateral entre Estados membros da Comunidade Europeia, o nosso processo de ajustamento vem sendo citado como exemplar. Nessa linha, o programa de convergência português será apreciado nas instâncias comunitárias antes do fim do ano.

Compatível, quer com o QUANTUM quer com o programa do XII Governo Constitucional, o programa de convergência inclui políticas de acompanhamento monetário e cambial, financeiras, estruturais e de rendimentos. Na base, está uma política orçamental a médio prazo, partindo da execução orçamental de 1991 e incluindo o orçamento para 1992 bem como metas para 1993-1995.

Dada a alteração para pior do ambiente económico internacional e comunitário, são necessários mais esforços para manter a confiança e o dinamismo da iniciativa privada em Portugal. A convergência obriga o Estado a um comportamento exemplar. O Estado deve cumprir o programa de convergência para que a sociedade tenha bom proveito.

O debate do Programa do Governo na Assembleia da República revelará aos mercados a vontade política de assegurar a convergência com a Comunidade Europeia nos próximos quatro anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para terminar, referir-me-ei ao enquadramento institucional. O Governo é uma equipa vencedora que, depois de ter retirado Portugal da cauda da Europa, quer colocar os Portugueses no pelotão da frente da Comunidade Europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Agora há que identificar — e se possível evitar — golos na própria baliza. Por outras palavras, há que zelar pelo desenvolvimento sustentável da economia real e financeira, começando pelo próprio Estado.

Na medida em que o Parlamento e a sociedade esperam, naturalmente, um bom concílio da administração financeira do Estado, a sua defesa obriga, quer se queira quer não, a uma certa rigidez institucional.

Mas o rigor, a própria rigidez, não pode esconder vaidade nem orgulho. Antes deve escorar-se no diálogo e na humildade. Um rigor solitário seria politicamente irresponsável pelo risco que traria de uma inação por parte do Governo. É de assumir em todos os ministérios uma tensão permanente entre os desejos e as realidades da Fazenda.

Todos gostaríamos de baixar os impostos e a despesa pública em Portugal. Mas baixar receitas e despesas do Estado durante os próximos quatro anos exige um orçamento completo e transparente. A humildade vem de reconhecer a insustentabilidade do desenvolvimento económico nacional sem uma política orçamental de verdade e de rigor.

Daí a necessidade de uma administração eficaz das despesas e receitas, do património e do financiamento. São tarefas que exigem grande coordenação não só entre os serviços das Secretarias de Estado do Orçamento, Finanças e Tesouro, mas também com os serviços de secretarias de

Estado dependentes de outros ministérios. Além da coordenação interna do Governo, há que salientar a constante interacção com o Banco de Portugal, precioso consultor independente.

Sem esta coordenação interna e externa não será possível estabelecer uma política económica global, ficando ameaçado o grandioso objectivo desta legislatura: passar de um Portugal em recuperação a um Portugal de qualidade. Mas não queiramos «qualidade, já». Poupança e paciência para a convergência, eis a mensagem.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, a Mesa deseja agradecer os cumprimentos que teve a amabilidade de lhe dirigir e deseja-lhe também as maiores felicidades no desempenho do seu cargo, para bem de nós todos.

Srs. Deputados, há três oradores inscritos para pedir esclarecimentos e, para o efeito, tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Ministro das Finanças, uma primeira palavra de sinceras boas-vindas em nome do Partido Socialista e de consideração pessoal em meu nome.

Gostava de lhe fazer alguns pedidos de esclarecimento e, assim, começarei por lhe perguntar porque é que o Governo, no seu Programa, se refugia em enunciados tão genéricos, não raramente optando por formulações propositadamente consensuais, evitando quaisquer compromissos quantificados quando, nos próximos 50 dias, conforme nota informativa do seu próprio Ministério, terá de apresentar à Comunidade Europeia um programa de convergência para que consolide a mudança de regime imposta pela moeda única num ambiente de coesão económica, social, nacional e comunitária.

Como segunda questão, referir-me-ei à «continuidade», que é, na verdade, uma palavra-chave no Programa do seu Governo. Continuidade da política monetária, que apenas se admite possa vir a penalizar menos os agentes económicos se o ritmo de desinflação ajudar, e continuidade da política cambial que se vem caracterizando por uma importante revalorização real do escudo nos últimos dois anos, castigando duramente as empresas exportadoras, como, aliás, se prova facilmente pela queda, em volume, das nossas vendas ao exterior no ano corrente.

Sr. Ministro das Finanças, por que é que há continuidade em tudo? Continuidade na política de privatizações, nas propostas para o mercado de capitais — apesar do carácter polémico da estratégia e processos seguidos na política de privatizações, polémica essa que não é apenas entre os partidos mas, como sabe, também entre os agentes económicos e sociais — e ainda continuidade das políticas seguidas ou não seguidas em relação à Bolsa de Valores, que, como sabe e também é geralmente reconhecido, continua em prolongada crise.

Em terceiro lugar, nota-se uma contradição flagrante, pelo menos potencial, entre as promessas reiteradas para importantes transformações estruturais em termos económicos e sociais — afirmadas, aliás, pelo Sr. Primeiro-Ministro e reiteradas no discurso de abertura — e a via de efectiva disciplina orçamental, reafirmada hoje por si.

Ora, como é que o Governo vai alcançar uma redução da importância do défice público — segundo parece para 2,5 % do PIB em 1995 — e ao mesmo tempo vai conseguir as transformações prometidas nas estruturas produtivas, na

especialização internacional, no acesso dos Portugueses à justiça, à educação, à habitação?

É que embora nós também compartilhemos da tese de que o Estado não pode fazer tudo o que falta no domínio social e não se substitui aos empresários no domínio económico, a verdade é que, sem um grande esforço financeiro público, essas promessas, como sabe, ao contrário das intenções expressas pelo Sr. Primeiro-Ministro, correm o risco de não passar de mera retórica. Aliás, com um contexto internacional menos favorável que no quadriénio anterior, mesmo que isso não retire ao Sr. Primeiro-Ministro o optimismo que hoje não vi nas suas palavras, a verdade é que, apesar desse optimismo quanto ao crescimento económico, com uma política orçamental muito mais rigorosa, é difícil acreditar que nos próximos quatro anos os senhores façam o que não fizeram nos quatro anos anteriores em termos de mudança de estruturas económicas e do primado da qualidade e do progresso social.

Sr. Ministro das Finanças, em 1990 e 1991 o aperto na política monetária e de crédito e a política de revalorização real do escudo foram propositalmente exagerados para permitirem evitar o des controlo na inflação, apesar do expansionismo da política salarial e da política orçamental. E o objectivo fundamental do Governo, a vitória nas eleições do passado mês, foi, sem dúvida, alcançado.

Mas, Sr. Ministro das Finanças, é ou não uma realidade que as políticas seguidas neste período tiveram grandes contradições? Tantas que, nos últimos três anos, temos tido o prazer de ter sempre à nossa frente, a apresentar o Orçamento do Estado e a braços com orçamentos rectificativos, três ministros diferentes: o Ministro Miguel Cadilhe em 1989, o Ministro Miguel Beleza em 1990 e o Ministro Braga de Macedo em 1991. Isto, para estabilidade governativa, não está mal!

É ou não um facto que, para o próximo futuro, se pode dizer que a política salarial e a política orçamental serão as mais estrategicamente restritivas e os instrumentos fundamentais de desinflação e que só se estas se verificarem haverá políticas menos penalizadoras para as empresas no domínio das taxas de juro e da taxa de câmbio? É que, se for assim, trata-se da única mudança a assinalar! Mas, se for assim, lá se vão as lindas palavras sobre o progresso social e a necessidade de afirmação das solidariedades, sobretudo se a receita for aplicada em doses muito ao gosto de quem sacrifica um mercado abstrato, que, sei, não é exactamente a sua posição.

Aliás, Sr. Ministro das Finanças, deve ter reparado que a diferença que hoje imprimiu ao tom do seu discurso faz com que ele fosse seguido como um autêntico «balde de água fria» na bancada do PSD.

Risos do PSD.

A nós, porém, não nos surpreendeu, porque sabíamos que era normal que acontecesse.

Sr. Ministro das Finanças, a última questão que gostaria de lhe colocar é a de saber qual a posição do Governo Português e como é que vai actuar a seguir, face à decisão de ontem do Conselho Europeu, no sentido de as regiões menos favorecidas da Comunidade, objectivamente, irem financiar os apoios e a assistência à URSS. É que as contas que estão feitas apontam para que uma percentagem significativa dessa assistência, que nós consideramos importante, venha a ser feita à custa de fundos provenientes de pacotes que poderiam ir para essas regiões menos

favorecidas. Trata-se de uma decisão de ontem do Conselho Europeu. Qual foi, afinal, a posição portuguesa e como é que pensa que esta questão pode evoluir?

Queria acabar dizendo que os senhores herdaram de vós mesmos uma economia conjunturalmente desequilibrada e estrategicamente vulnerável e que conseguiram crescimento económico mas sem qualidade política e social. Afirmando agora desejar alterar este estado de coisas. É verdade que venceram mas, Sr. Ministro das Finanças, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, se é verdade que venceram em Outubro também é claro que não estão a convencer em Novembro.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais dois pedidos de esclarecimento. V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro das Finanças: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro das Finanças, o rigor na gestão de um recurso limitado como é o tempo que temos disponível neste debate vai-me obrigar a que seja muito rápido nas questões que vou colocar-lhe mas, certamente, compreenderá esta necessidade de rigor.

Começaria por lhe dizer, Sr. Ministro, que fiquei sinceramente preocupado com a intervenção que fez. E explique rapidamente porquê. Fiquei preocupado, desde logo, porque o Sr. Ministro falou quase exclusivamente do Orçamento e eu recuei que o programa económico do Governo e que o Ministro das Finanças venham a ser apenas um programa orçamental e um ministro do orçamento, respectivamente, o que é mau para a economia portuguesa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Fiquei também preocupado porque o Sr. Ministro — e faço-lhe justiça porque isto, aliás, sucede normalmente com a primeira intervenção dos Ministros das Finanças que, quando não têm uma actividade política anterior, vêm aqui e são muito sinceros, o que é conveniente e acho até útil —, nas referências que fez, falou num orçamento restritivo (na segunda-feira, quando falei nessa hipótese, não me quiscrim acreditar), dizendo que não era miserabilista. Ora, não é isso que está em questão mas, sim, o facto de ser restritivo, como referi muito clara e concretamente.

O Sr. Ministro das Finanças: — Não disse isso!

O Orador: — Falou também no «conter a impaciência dos Portugueses para o consumo», o que significa mais restrição por outras vias que não a orçamental ou talvez apenas pela fiscal, e, por conseguinte, regressamos ao Orçamento.

Fiquei também preocupado porque falou na convergência com a mais baixa taxa de inflação dos países comunitários. Já não se trata, pois, de baixar a taxa de inflação para uma média comunitária ou próxima, o que é um objectivo que todos nós defendemos; agora para baixar a taxa de inflação para o nível mais baixo da CEE, grande terá de ser a restrição, o que é preocupante!

Falou ainda e repetidas vezes na convergência com as Comunidades, mas teve o cuidado de nunca referir de que convergência se trata, se da nominal se da efectiva e real. O nosso receio é o de que se esteja a referir à nominal e, se assim for, vamos ter problemas com o crescimento económico.

Refere, finalmente, «qualidade sim, mas qualidade já, não!». Ora, isto é preocupante para os Portugueses; logo, é-o também para nós!

Gostaria agora de referir-me à contradição clara entre o Programa do Governo que é apresentado, a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro feita na passada segunda-feira e a intervenção que V. Ex.^a hoje aqui produziu, em que dá uma série de recados aos seus colegas ministeriais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, não disponho de mais tempo para poder continuar. De qualquer forma, no debate das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado iremos aprofundar claramente estas questões, que são, sem dúvida, preocupantes!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Passos Coelho.

O Sr. Pedro Passos Coelho (PSD): — Sr. Ministro das Finanças, não me encontro molhado nem encharcado nem penso que tenha muito a lucrar em fazer-lhe uma pergunta «de balde». Em qualquer caso, espero que me compreenda se lhe disser que fiquei extremamente confortado — e por isso o queria cumprimentar — por ter iniciado a sua intervenção com tanta tranquilidade e, ao mesmo tempo; com tanta humildade. Se ao fim destes quatro anos vencer a batalha da qualidade, creio que terá honrado o compromisso com o Governo e com o partido que o sustenta.

Na abertura desta discussão, o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que a política de juventude, não *stricto sensu* mas a apostila nas novas gerações, era uma prioridade estratégica do Governo. Embora sabendo que a discussão orçamental não tem lugar nesta altura nesta Casa, gostaria de perguntar-lhe, muito concretamente, se tenciona ou não, na sua política económica, dar uma expressão efectiva a esta realidade multifacetada, que representa apostar nas novas gerações, naquilo que representa de reforço da política de juventude *stricto sensu* mas também no apoio inequívoco a todas as áreas em que essa aposta se possa revelar estrategicamente mais prioritária.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, começarei por responder à última pergunta, na medida em que o Programa do Governo é extremamente claro no sentido de dizer que a política de juventude é uma política horizontal, que afecta evidentemente todas as actividades do Governo.

Gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Pedro Passos Coelho a referência que fez à tranquilidade e à humildade, porque, de facto, são essas as características que farão a «marca» deste Governo.

Passando agora à primeira pergunta que foi feita pelo Sr. Deputado Ferro Rodrigues sobre o porquê de enunciados genéricos, diria que é muito errado tentar introduzir precisão onde é necessário vontade e consenso. Há um programa de governo e um programa que já foi adoptado anteriormente, que é o QUANTUM. Está-se agora a adaptar esse programa de acordo com compromissos livremente assumidos por Portugal nas instâncias comunitárias. Tal como já foi aqui dito, as características precisas do programa de convergência vão depender da execução dos Orçamentos de 1991 e de 1992 e, portanto, introduzir agora um conjunto de dados seria, penso eu, uma actividade inútil, para além de este não ser o momento adequado para o fazer, uma vez que vai haver outros momentos em que poderá ter lugar essa discussão.

O que importava era que se dissesse — como se disse — que o programa de convergência está assente no QUANTUM e no Programa do XII Governo Constitucional, que estamos neste momento a apreciar. Daí a importância da continuidade, que também foi referida.

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que, de acordo com as últimas informações de que várias organizações internacionais e também os serviços portugueses dispõem, não está provado que seja a revalorização do escudo que esteja a causar dificuldades às exportações portuguesas mas, sim, as próprias dificuldades que existem em mercados de destino.

Existem casos em que, apesar de haver essa revalorização, as empresas têm conseguido evitar uma quebra nas quotas de mercado. Portanto, não está provado que a revalorização real tenha esse efeito devastador que o Sr. Deputado parece querer dar-lhe.

Por outro lado, referiu-se à continuidade nas privatizações, nas políticas dos mercados de capitais e do sistema financeiro. Estranho seria que políticas estruturais, que, como eu disse, devem durar e perdurar, não fossem continuadas. O grande mal das reformas estruturais é precisamente o de elas nunca chegarem a alterar as estruturas e só viverem na cabeça daqueles que as propõem.

Quanto à disciplina orçamental, dei um exemplo simplificado e hipotético daquilo que seria uma ligação credível à moeda mais forte na Europa em 1991 e que valia três pontos de PIB. O défice actual está pelos cinco pontos, mas se lhe tirarmos os três pontos já estamos, então, na meta do QUANTUM para 1995. Portanto, temos de compreender a margem extraordinária que existe para a disciplina orçamental a partir do momento em que ela é credível. E este ponto tem uma enorme importância, porque não se aplica apenas a Portugal mas também a muitos outros países. Os resultados estão à vista por essa Europa fora!

Gostaria também de responder à questão que colocou o Sr. Deputado Ferro Rodrigues sobre as grandes contradições e os três ministros diferentes, apelando precisamente para a continuidade que foi a pedra de toque da minha intervenção e também da sua. É precisamente essa continuidade que torna relativamente indiferente a pessoa que está no ministério num particular momento.

Quanto ao «balde de água fria», digo-lhe, com toda a franqueza, que não o senti. Por sinal, eu até gosto de água fria, adoro o mar, mas realmente «balde de água fria»... da bancada do PSD não senti nada. Pelo contrário: senti um calor e um companheirismo, que muito me apraz aqui registar.

Aplausos do PSD.

Quanto à assistência à URSS, tema que é altamente controverso em todos os Estados membros da Comunidade Europeia e não só, a posição de Portugal, como sempre, tem-se pautado pelo princípio de que a ajuda deve ser altamente condicional.

De facto, não houve absolutamente decisão alguma que Portugal tenha tomado em que tenha tido uma posição diferente desta, que é de prudência. Não se pode «atirar» dinheiro aos problemas e, infelizmente, a situação da URSS é de tal modo grave e os erros foram de tal modo repetidos que pode pôr-se a questão do momento em que a ajuda pode ter lugar.

Na verdade, Portugal tomou essa posição, não está isolado e o que deve acontecer é uma solidariedade continental, a que já várias pessoas se referiram. Só quero tranquilizar o Sr. Deputado, dizendo-lhe isto sobre a posição portuguesa no que se refere à assistência — nós, como país que já recebemos, que sabemos bem o que é receber assistência, temos uma grande experiência, muito respeitada, aliás, pelos países do Centro e Leste da Europa, como o sabem alguns dos deputados aqui presentes e também alguns dos colegas da sua bancada.

Sr. Deputado Octávio Teixeira, gostei muito de ouvi-lo, porque ontem estive a ler as suas intervenções aquando da discussão dos Programas do Governo de 1985 e 1987 e, de facto, o senhor estava sempre preocupado. Portanto, nesse aspecto estou contente por ver que não mudou a sua postura, o que me agrada muito, ...

Risos e aplausos do PSD.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Fica-lhe muito bem esse cuidado!

O Orador: — ... porque a preocupação é uma atitude importante.

Quanto ao facto de ter dito que o Programa era só orçamental, devo dizer-lhe que ele não o é, pois falou-se das políticas de acompanhamento, monetária, cambial, estruturais, financeiras, de rendimentos ... Ora, se isto é só orçamental, então, onde é que está o Orçamento, Sr. Deputado?!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Eu referia-me à sua intervenção.

O Orador: — Sim, eu estava a ler e a citar, embora incompletamente, partes da minha intervenção, Sr. Deputado.

Evidentemente que o programa de convergência não pode ser apenas orçamental, mas o Estado tem de dar o exemplo, o comportamento do Estado tem de ser exemplar e, por isso mesmo, falou-se daquilo que o Estado pode, efectivamente, garantir e responsabilizar-se perante a Câmara — como, aliás, foi dito na minha intervenção e repetidas vezes referido no Programa do Governo.

Quanto há ausência de actividade política anterior, lamento desapontá-lo, pois estive em campanha eleitoral durante várias semanas no Norte do País e, por isso, não considero que a minha presença hoje aqui seja uma estreia na actividade política, muito pelo contrário.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — É que nós só vimos o Cavaco!...

O Orador: — Quanto à referência à reforma fiscal ou a algumas alterações fiscais, também aí o Programa do Governo é muito claro no sentido de dizer que existe uma estabilização do quadro fiscal, para além das nossas obrigações comunitárias.

Agora, a pergunta central do Sr. Deputado: que convergência? Nominal ou real?

Risos do PSD.

É uma pergunta técnica e, por conseguinte, merece ser ponderada, mas a resposta está no Programa do Governo: são ambas!

Risos e aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco Pereira.

O Sr. José Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A discussão do Programa do Governo é um elemento essencial da nossa vida parlamentar e democrática, porque nele deve ganhar forma tudo aquilo que na acção política democrática traduz a vontade do eleitorado.

As sucessivas vitórias eleitorais de 1987 e 1991 deram ao PSD e ao seu governo a oportunidade ímpar de moldar a política portuguesa do fim do século. O Portugal do ano 2000 será aquilo que estamos hoje a fazer e isso significa um sentido acrescido de responsabilidade, que é tanto maior quanto as acções de Governo se vão fazer num momento da vida do País em que existem quer, no bom sentido, oportunidades, quer, no mau sentido, dificuldades.

Portugal foi até há pouco tempo o país mais atrasado da Europa Ocidental. Foi também o país que conheceu uma das mais longas ditaduras políticas do nosso século. Os efeitos combinados desta situação condicionaram muitos dos problemas que tivemos e temos de defrontar. É o caso evidente do atraso económico, social e cultural e das deformações geradas por um regime no qual não existia participação cívica e no qual a ausência de liberdades provocou o empobrecimento da vida intelectual, cultural e política.

Não se pode, pois, dizer que partíamos para este fim de século na melhor posição. Portugal tinha problemas de desenvolvimento que nenhum outro país da Europa conhecia, resultado de atrasos cumulativos, vivia fechado às tendências e aos movimentos sociais, culturais e políticos europeus e também seria ilusório pensar que uma tão longa ditadura não teve efeitos nos comportamentos políticos das gerações que a viveram.

Por outro lado, entre 1985 e 1987, e depois de 1987, as opções de governo do PSD estavam também limitadas pela conjuntura que tinha herdado. Em 1987 não era possível nem correcto, por exemplo, como sugere o PS, realizar uma política de rápida reconversão industrial e agrícola que, inevitavelmente, traria mais desemprego. Numa altura em que os trabalhadores portugueses vinham de apertar o último furo do cinto, após anos de austeridade, seria socialmente errado fazer aquilo que hoje a oposição retrospectivamente afirma que deveria ter sido feito. Isto deixando de parte outras considerações sobre a crença de que processos deste género podem e devem ser conduzidos pelo Estado com eficácia, em particular em momentos em que a economia se encontrava numa fase de depressão.

Como muitas vezes tem acontecido, a oposição menos prezou os factores subjectivos da mudança, a necessidade e a capacidade para criar expectativas positivas e a confiança, sem as quais nenhum processo de desenvolvimento se realiza.

Talvez o maior êxito dos governos do PSD tenha sido mesmo o de criar as condições subjectivas para a mudança, condições essas que se traduziram, de imediato, numa alteração significativa do clima económico e social.

Queira-se ou não, a maioria absoluta do PSD foi, em termos políticos, a expressão dessa confiança exactamente num terreno que parecia condenado à descrença e à desconfiança.

Em consequência disto tudo, Portugal conheceu nos últimos anos uma profunda mudança, muito mais profunda do que a percepção que dela temos. E essa mudança foi e é profunda, porque afectou a percepção dos indivíduos naquilo que são os elementos mais essenciais da sua vida.

Cada português, a seu modo, tornou-se mais rico: não apenas por um maior acesso aos bens materiais, mas porque se tornou um pouco mais senhor de si próprio, reforçou nos seus actos essa «inexpugnável autoridade» que, como disse Cesariny, é a fonte de toda a liberdade. E essa «inexpugnável autoridade» nasce de um maior controlo que cada homem tem do seu tempo e do seu espaço e da posse daquilo que deseja para si e para os seus.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Comportamentos pessoais, riqueza, desejos, sentimentos e ideias sobre a cultura, os gostos, as escolhas privadas e públicas estão, pois, a mudar em consequência do progressivo alargamento das expectativas individuais.

Nenhum governo pode ter a pretensão de ter sido ou de vir a ser o principal fator destas mudanças, que se realizaram muito para além daquilo que podia alguma vez ser a acção voluntária de qualquer governo, numa combinação entre a acção política consciente e o sentido comum da vida das pessoas. A acção política encontrou assim o caminho para a vontade individual dos homens.

Para quem acompanhava a vida política era evidente que a incompreensão manifestada pela oposição face a estas mudanças era e é grande. Veja-se só, a título de exemplo, o modo como a política do Governo foi classificada — e continuará a sê-lo, de certeza! — como uma mera política tecnocrática de «obras públicas», como se tal classificação, que atingia realizações concretas, traduzisse uma menorização da acção de um governo que estaria, na acusação da oposição, a cuidar das «pedras mortas» em detrimento das «vivas».

Aquilo que é tratado pejorativamente como «obras públicas» ia, pouco a pouco, mudando a própria condição de vida dos Portugueses e a própria imagem psicológica e sentimental que eles têm do seu país.

Portugal tornou-se para os Portugueses um país onde as distâncias deixaram progressivamente de ser um factor de desigualdade e de diferenciação, onde os «locais centrais» onde se procurava o médico, a farmácia, o livro, o filme, onde se comprava a mercaria e onde se passavam as férias mudaram subitamente de um dia para o outro.

Se a isso somarmos a generalização do ensino universitário fora de Lisboa, Porto e Coimbra, com a fixação em outras cidades de uma população juvenil que até então tinha, de deslocar-se para os principais centros urbanos, a progressiva qualificação e diversificação do comércio, o

aparecimento de novos locais e formas de lazer, temos o retrato de uma grande transformação da face do País.

Ao criticar aquilo que chama uma política tecnocrática das «obras públicas», a oposição esquece-se de que nas condições de desenvolvimento de Portugal, essas «obras» não se traduzem apenas por melhorias de qualidade de vida e por melhorias da economia mas também por um impacte cultural e subjectivo que acaba por condicionar a opinião pública e o sentido do voto.

O impacte cultural, em particular nas mais jovens gerações, está à vista e traduz-se, no fundo, numa melhor qualidade de vida, logo numa maior diferenciação de opções e gostos.

Na verdade, os padrões de consumo revelam essa melhor qualidade de vida. Basta ir a um hipermercado suburbano e ver os produtos que não existiam no consumo corrente dos Portugueses no próximo passado e que eram considerados de luxo. As pessoas que de lá saem não são propriamente membros do *jet-set* nem aparecem nas páginas da revista *Olá!*...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas a oposição, em particular a socialista, ri-se dos hipermercados, dos electrodomésticos, dos jogos de computadores, dos concertos de rock, da movida nas cidades da província, dos automóveis, do consumo e permanece insensível aos múltiplos sinais exteriores de mudança, porque a sua relação com as pessoas reais é, em grande parte, moldada por uma grande arrogância cultural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Essa arrogância afasta-os do sentimento dominante no comum das pessoas e acaba por reforçar o isolamento de uma élite política que, como de há muito tinha acesso a todos estes bens, minimizou o significado real da sua democratização.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A verdade é que para a maioria dos portugueses tudo isso existia na Europa, mas não em Portugal. Tudo isso representava a vida que se invejava no acto de emigrar, mas que era considerada remota para as possibilidades e esperanças dos Portugueses. Os emigrantes, com a sua surpresa afectiva perante o País diferente a que voltam, são o principal testemunho dessa transformação, logo traduzida em sentimentos de orgulho pessoal.

Não penso que o progresso dos povos se meça pelo número de telefones ou de automóveis, mas a verdade é que há ainda alguma perversidade em dizê-lo — e em pensá-lo ou, pior ainda, em utilizá-lo em contradita — num país em que muitas pessoas só agora têm acesso a esses bens de consumo e, muito legitimamente, consideram que a sua aquisição representa uma melhoria da sua qualidade de vida.

A permanente desvalorização do papel da riqueza material, do progresso, do desenvolvimento na qualidade de vida, no alargamento das expectativas e, em última instância, na cultura, quer individual quer pública, impediu a oposição de compreender o que se estava a passar e a mudança de comportamentos que por baixo do terreno da política estava a aproximar o comportamento dos Portugueses dos padrões europeus, e a mudar qualitativa-

mente os problemas que temos de defrontar. Dirigindo-se aos problemas antigos, ou que já não existem ou estão em vias de desaparecer ou de se transformar, a oposição não defrontou qualquer dos novos problemas. Perdem, pois, o sentir da opinião pública.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dito isto, não há que ignorar — há, sim, que lembrar — que Portugal não só ainda tem a «velha» pobreza como tem e continuará a ter a «nova»; que a demografia e o envelhecimento da população trarão tensões aos mecanismos da segurança social; que cresce o «deserto» afectivo das grandes cidades e a devastação da vida suburbana; que os «paraísos artificiais» da droga dificilmente se combaterão com sucesso a curto prazo; ...

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... que novas formas de ignorância sucederão à diminuição das antigas; que aumenta o sentimento generalizado de insegurança; que a profunda solidão da velhice povoa um mundo no qual os bens são escassos e difíceis de distribuir; que, em suma, o próprio processo que deu origem a este crescimento gerou novos problemas muitos dos quais não são directamente resolúveis apenas pelo crescimento económico e pelo desenvolvimento, embora, como é óbvio, nada seja possível de fazer sem eles.

Mas, apesar de estes problemas dependarem das condições de progresso material, eles já têm uma forte componente espiritual, e com o espírito o Estado pouco tem a ver mas, sim, os homens e a sociedade.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, as mudanças que se seguem, as mudanças que temos de concretizar já pouco dependem da relação conflituante entre a sociedade civil e o Estado, não só porque o Estado democrático não pode nem deve ter uma «política do espírito» mas também porque a sociedade civil já é hoje em Portugal uma realidade que constitui limitação objectiva ao alargamento do Estado. As vezes não é porque não queria, é também porque não pode. É uma reforma de mentalidade, fruto da riqueza material que consigamos obter, da qualidade de vida, da diferenciação de opções e gostos, do incremento da informação, que criará novos comportamentos sociais que permitirão as mudanças de que necessitamos.

É, pois, indirectamente, actuando sobre as condições que permitem na sociedade manter intactas as expectativas, preservando um espaço público de esperança individual, que se conseguirá vencer os problemas que vêm a seguir. Estes problemas têm uma resposta adequada no Programa do Governo, que compreendeu que é a qualidade o principal factor singular que deve ser traduzido em políticas: no ambiente, na educação, na economia, na justiça, na Administração Pública.

Mas para garantir a continuidade e a sustentação do desenvolvimento é útil preservar intacto e reforçar a força da representação política que une eleitos e eleitores. Para isso é necessário que a modernização dos comportamentos económicos, sociais e culturais, seja acompanhada pela modernização dos comportamentos políticos, com a melhoria e a qualificação do debate público, com uma reforma profunda do sistema político que coerentemente vá desde a Lei Eleitoral à lei dos partidos, com o combate

a formas de clientelismo e patrocínio, com a progressiva diminuição da hegemonia partidária sobre a vida pública.

Estas são tarefas do conjunto dos partidos políticos, mas são responsabilidades primeiras do partido que está no poder, que deve, no poder e para além do poder, manter intacta uma intransigência ética face aos seus valores programáticos e às suas responsabilidades políticas.

Nada mais!

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Barbosa de Melo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Ministro da Justiça para uma intervenção.

O Sr. Ministro da Justiça (Laborinho Lúcio): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Seja-me permitida uma primeira palavra de saudação a todas VV. Ex.º e particularmente uma palavra dirigida a V. Ex.º, Sr. Presidente, pessoa de bem e homem ilustre que há muito me habituou a respeitar e a admirar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Devolver a justiça ao cidadão será, como vem sendo, um dos nossos propósitos fundamentais. De uma mágica distante, concebida apenas para iniciados, e prisioneira, na sua exteriorização, do predomínio do culto da forma, rendeu-se já a justiça, finalmente, entre nós, à sua própria vocação originária enquanto valor tornado realidade e como expressão da vida que é, aí está agora, ora trepando a tribuna parlamentar, interessando cada vez mais a comunicação social ou invadindo as salas de conferências, ora atravessando os diálogos de rua, estimulando a crítica e alimentando também as preocupações dos Portugueses.

E se, para tanto, foram vários a contribuir, justo é realçar o papel decisivo aí desempenhado pelo governo anterior, fazendo da transparéncia não apenas um discurso de intenções mas uma prática efectivamente assumida.

Tomando a justiça como coisa sua, vai o cidadão deixando progressivamente a veste de observador passivo, para ganhar, por direito próprio, o papel irrecusável de participante crítico, afirmando-se como essência de todo o sistema.

Partindo, agora, do cidadão como expressão concreta do povo, abandona-se a visão tradicional segundo a qual qualquer reforma do sistema se fazia a partir deste e do seu interior, criando-se, assim, como que um círculo vicioso onde o sistema intervinha como princípio e fim de todas as coisas, acabando as reformas por se reconduzirem, ainda que não intencionalmente, à legitimação do próprio sistema. A cultura concreta da vida, substituia-se uma subcultura abstracta e dogmática; sobre o interesse próprio do cidadão, prevalecia um conceito puramente normativo das instituições, tudo gerando desequilíbrio entre o peso dos valores reais a exigirem tutela, e o significado dos valores absolutos, afinal tantas vezes redutores.

Diferentemente, passa agora o cidadão a ser aqui a medida de todas as coisas. Como titular originário da justiça enquanto valor a concretizar, não basta que esta seja administrada em nome dele. Mais do que isso, importa que o sistema seja concebido para ele, que se abra ao seu funcionamento com ele e, em concreto, que actue no inteiro respeito por ele.

É assim, nesta mudança de ponto de vista, que o Governo caminhará, como aliás se caminha já, desde logo,

para formulações legislativas que, sem desvirtuarem o rigor científico do direito, o ponham definitivamente ao serviço da vida, garantindo-lhe maior eficácia e permitindo a realização de uma verdadeira justiça material, reafirmando a sua dimensão cultural, dinâmica, mutável e por isso aberta às exigências de uma sociedade em permanente evolução.

Do mesmo modo, é nessa linha que o Governo abrirá o sistema a mecanismos informais e desjudicializados de intervenção como sejam, a título de exemplo, os que prevêem o recurso à arbitragem, as já criadas comissões de protecção de menores e o apoio a uma relação cada vez mais estreita entre as instâncias formais e as organizações da comunidade.

É ainda aqui que prosseguiremos a afirmação de uma concepção interdisciplinar na administração da justiça, só assim se entendendo a actual fisionomia do círculo judicial, nessa medida tido como marco fundamental no caminho que conduz aos objectivos propostos. E é também aqui que prosseguiremos uma noção e uma prática modernas de formação que estimulem, em todos os agentes, qualquer que seja a sua posição institucional, o respeito pelo cidadão utente.

Com efeito, sem deixar de realçar o esforço de muitos e a grande qualidade da sua maioria, não poderá, numa democracia moderna que todos desejamos, condescender-se por mais tempo com um sistema que tantas vezes o cidadão comum, qualquer que ele seja, intervenha no sistema onde se vê confrontado com a ausência de informação e de acompanhamento adequados, com comportamentos menos correctos, com o frequente desrespeito de horários previamente fixados e o sucessivo adiamento de actos e de diligências e com um atendimento displicente e não personalizado.

O Sr. José Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Por isso que a melhoria das condições de trabalho e o reforço da deontologia profissional e do gosto pela função constituam preocupações prioritárias do Governo, que as complementará no âmbito do «Programa Cidadão e Justiça» agora a institucionalizar, com acções que tenham em vista a divulgação de direitos essenciais dos particulares nomeadamente face à Administração e ao funcionamento dos serviços que a integram.

Durante decénios, por razões as mais complexas e que escapam a uma observação meramente linear, avolumou o sector da justiça, embora não apenas nem principalmente entre nós, vícios de concepção e dificuldades de programação que o conduziram a um ponto de degradação preocupante felizmente já hoje em vias de uma recuperação que se tem, cada vez mais, por urgente, antevendo-se, embora, um longo caminho a percorrer ainda.

E aí estão aos olhos de todos sintomas de uma crise que o Governo, nunca escondendo, intenta debelar, ressaltando como consequências de uma modernização tardia e de uma burocratização atávica a excessiva morosidade nas respostas, sensíveis limitações no acesso à justiça e deficiências várias no que respeita às condições de instalação e de funcionamento dos serviços.

Dai que o Governo, na esteira da acção já desenvolvida pelo anterior, eleja como objectivos estratégicos do Programa que agora apresenta a modernização global do sistema, a dignificação profissional e de estruturas, a garantia de condições de exercício aos vários agentes profissionais envolvidos, a flexibilização e a permeabilização do sistema à intervenção comunitária e a

melhoria da qualidade técnica e humana dos serviços, tudo com vista a concretizar, agora como objectivos essenciais, um mais fácil acesso à justiça, uma resposta mais pronta, uma maior transparéncia e, por via dela, uma mais sólida confiança, por forma a que tudo se traduza, afinal, num maior respeito pela pessoa, pelos direitos do cidadão e pela efectivação dos seus interesses legítimos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Para tanto, isolou, como áreas nobres, as da actividade legislativa, da política judiciária, do combate à criminalidade, do sistema prisional, da reinserção social e da justiça de menores, dos registos e do notariado e da formação e informação.

No plano legislativo, a adopção das reformas de fundo que o Programa enuncia obedecerá ao propósito de reduzir a complexidade e a diversidade do quadro legislativo, que importa tornar estável e duradouro, apurando-se, assim, a segurança no comércio jurídico e a confiança no direito e na justiça.

Em sede de política judiciária, a garantia da independência dos tribunais como pedra angular do Estado de direito balizará sempre a escolha das medidas a adoptar, aí se salientando a implantação definitiva da nova organização judiciária corrigindo-a onde tal se mostre justificado e revendo-a em matéria de justiça administrativa.

Propondo-se a total recuperação do parque judiciário e o prosseguimento da instalação de novas tecnologias, entre as quais se destaca o sistema de gravação áudio já em fase adiantada, especial atenção merecerá a informatização do sistema judiciário, também já em curso, quer no sector da informática jurídico-documental quer ainda nos da informática judiciária ou de gestão e da respectiva formação.

Numa visão integrada de todo o sistema penal, na conciliação da concordância prática de valores tão dispareys como são os da liberdade, da segurança e da paz social, o fenómeno criminal surgirá como o pólo em torno de cuja compreensão se programarão as novas acções a prosseguir.

Depois, revendo o Código Penal e, conexamente com ele, o de Processo Penal e a legislação relativa à execução das penas, tudo tendo em conta o sentido a atribuir à conhecida distinção entre a grande criminalidade a propor soluções típicas de conflito e a pequena e média criminalidade sugerindo privilegiadamente soluções de consenso, intervindo-se, designadamente, no que respeita à medida da pena e às reacções criminais alternativas à pena de prisão.

Prosseguindo a reorganização da Polícia Judiciária, na linha já encetada após a publicação da sua nova lei orgânica e articulando de forma adequada as várias competências em matéria de investigação criminal, a esta será conferida maior eficácia, sempre no respeito pela garantia dos direitos fundamentais do cidadão. Privilegiando aí o combate à criminalidade violenta e organizada, ao tráfico de estupefacientes, à corrupção e às fraudes antieconómicas, não se descurará a repressão da criminalidade menos grave.

Partindo da dicotomia agente-vítima, a esta serão assegurados apoios económico, social e psicológico, da mesma forma que ao arguido se garantirão os direitos elementares de defesa, nomeadamente revendo-se o estatuto do defensor oficial.

Como parte integrante do sistema penal, e em coerência com a globalidade dos princípios e valores que o enformam, além de áreas da medicina legal que importa

melhorar e desenvolver, prosseguirá a reforma prisional, partindo de uma perspectiva diversificada de soluções, com vista a conciliar a segurança e o sentido repressivo da pena, com o respeito pelos direitos fundamentais do recluso, enquanto pessoa, e o fim recuperador e de reinserção social que aquela sempre comporta também.

Cuidados especiais merecerá o direito penal dos jovens delinquentes, seja na criação de mecanismos legais que o tornem mais exequível na prática, seja na implantação de subsistemas prisionais adequados onde o assento tónico se situe na reconstituição, para o jovem e com ele, de um projecto de vida com esperança e com futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Paralelamente, entretanto, ocorrerá a fusão do Instituto de Reinscrição Social com a Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, criando-se um verdadeiro Serviço de Intervenção Social de Justiça, garantindo-se, a um tempo, uma reinserção social mais eficaz e a concretização prática da política já traçada para a justiça de menores, sendo aqui de salientar, com particular aquidade, a situação do jovem em risco e da criança maltratada ou negligenciada.

Noutro plano, o sector dos registos e do notariado será considerado pelo Governo como área de intervenção prioritária, nele se incluindo também a reforma, a curto prazo, do Centro de Identificação Civil e Criminal e do Registo Nacional de Pessoas Colectivas. A revisão dos estatutos respectivos — onde não deixará de encarar-se a questão da compatibilização da liberalização do notariado com o princípio da fé pública —, a modernização dos serviços pelo recurso, também aí, às novas tecnologias e a racionalização de circuitos e a sua desburocratização constituirão os objectivos fundamentais a atingir, por forma a que o sistema, sem perda de dignidade, se conceba e actue como instrumento de efectiva e célere realização de interesses legítimos e onde a competência se asfíme, não mais por uma excessiva exigência que bloqueia mas, antes, pela eficiência enquanto pressuposto e sintoma de progresso, substituindo-se o princípio da desconfiança da Administração onerando a generalidade dos cidadãos, pelo princípio da confiança nestes, reprimindo-se aqueles poucos que demonstrarem, em concreto, não a mercêcerem.

Por isso que, também aí, se justifique a aposta que o Governo fará, levando-a a todos os sectores, tanto na informação ao público, como na formação profissional, no intuito de pautar os serviços de justiça por um estilo novo, com o qual o cidadão se sinta plenamente identificado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Será esta a síntese, já de si breve, de um programa vasto e ambicioso, mas tanto mais possível quanto mais ele for o programa de todos nós. Daí que, sem deixar de ser rigoroso, comporte uma evidente margem de flexibilidade, abrindo-se à sua gradual execução, a um permanente diálogo e a uma constante procura de consensos que, desde que seriamente desejados, apenas o enriquecerão.

Por isso que, no respeito total pela autonomia institucional das várias estruturas envolvidas, seja legítimo o apelo a uma solidariedade crítica e a um compromisso livre de todos, visto que sobre todos nós pesa hoje a responsabilidade de, uma vez traçada uma verdadeira política de justiça para Portugal, a tornar consequente aos olhos do povo que representamos, que servimos e a que pertencemos.

Privilegiará, por isso, o Governo o contacto com as várias organizações que se situam no sistema e, em particular, com os restantes órgãos de soberania. E se ele é óbvio no que aos tribunais respeita, menos importante o não será com a Assembleia da República, facultando, com transparência e formação, procurando a discussão motivadora e abrindo-se ao julgamento da crítica que, reconduzida ela também à dimensão de Estado que o tema sugere, sempre será potenciadora de melhoria e de progresso, na construção partilhada então de um projecto que assim resulte verdadeiramente nacional.

Na marcha para a afirmação, ainda longínqua, do Estado dos cidadãos, a relação entre estes e o seu sistema de justiça não deixará de constituir sintoma rigoroso do avanço conseguido, aí se vincando os contornos de uma democracia moderna, a exigir abertura cultural, vontade política e empenhamento social e institucional de todos.

Na convicção das nossas ideias encontraremos a determinação indispensável para agir; na abertura às opiniões divergentes sentiremos a humildade indispensável para agirmos bem.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Montalvão Machado.

O Sr. Mário Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente e Sr. Ministro da Justiça, atrevia-me a colocar-lhe uma questão que resulta da minha actividade profissional de advogado.

Como V. Ex.^a sabe, tão bem como eu, um dos problemas que preocupa altamente e desde há muito tempo os advogados é o de a apreciação da matéria de facto ser feita apenas numa instância, quer dizer, servindo apenas os tribunais de 2.ª instância e o Supremo Tribunal de Justiça, tribunais de recurso para a apreciação em matérias de direito, exclusivamente de direito.

Se, porventura, um advogado, o mesmo é dizer o seu constituinte, que tem em causa a sua liberdade ou os seus bens, encontra pela frente um magistrado que, por falta de atenção, de percepção, não resolve bem a matéria de facto, quem é inocente pode ir parar à cadeia ou vice-versa; quem tem de pagar pode embolsar ou vive-versa.

Como V. Ex.^a disse, e bem — e esta é uma experiência de que se vem falando há longíquos anos —, está em adiantado estado de implantação o sistema de gravação dos depoimentos das testemunhas e das partes, das intervenções dos advogados e dos magistrados durante o julgamento.

Pergunto: será que está no pensamento do Governo, numa reformulação do Código de Processo Civil ou num novo Código de Processo Civil, que essa gravação áudio venha a servir para a apreciação da matéria de facto também pelos tribunais de 2.ª instância e só por estes, ou também por eles e pelo Supremo Tribunal de Justiça? É porque, se isso for assim, creio que esta é uma das grandes novidades e um dos grandes benefícios que se podem conceder às pessoas que trabalham no foro e necessariamente aos portugueses que se vêm, de qualquer forma, inseridos na vida judiciária portuguesa.

Como corolário disto resulta que, segundo me parece, essa gravação áudio terá de ser instalada nos tribunais de 1.ª instância, como é evidente, mas também nos tribunais de 2.ª instância e no Supremo Tribunal de Justiça.

Espero, Sr. Ministro, que, com a sua amabilidade, me esclareça estes pontos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Justiça, há ainda outros pedidos de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Justiça: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sá.

O Sr. Luís Sá (PCP): — Sr. Ministro da Justiça, gostaria de colocar-lhe várias questões, mas o tempo não me permite, pelo que vou resumi-las a três, que me parecem fundamentais.

Primeira questão: como tenciona compatibilizar as intenções anunciadas, designadamente de recuperação do parque judiciário, extremamente degradado, com a política restritiva no plano orçamental que acaba de ser anunciada?

Quanto ao carácter interdisciplinar que está subjacente ao círculo judicial ele seria, naturalmente, de aplaudir. Entretanto, são muitos aqueles que vêm no desenvolvimento dos círculos judiciais um propósito de extinção das comarcas. Pergunto: o que é que pensa, efectivamente, sobre esta matéria?

A terceira questão respeita ao «Programa Cidadão e Justiça». Creio que as intenções proclamadas têm sido boas, no entanto o que, na prática, tem sido realizado é de efeitos pouco mais que nulos. O que é que a institucionalização do «Programa Cidadão e Justiça» quer dizer? Vai no sentido de rectificar esta situação ou, pelo contrário, no de prolongar uma actuação que se tem revelado pouco eficiente?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente e Sr. Ministro da Justiça, permita-me que saliente, uma vez mais, a grande capacidade que V. Ex.^a tem de traduzir não só no discurso mas também na prática aquilo que é um anseio de todos nós e que é o de vermos constantemente construído em Portugal um sistema de justiça que traduza bem o rosto humano, que signifique bem aquilo que são os valores e a filosofia predominantes de uma sociedade como a nossa — pioneira, aliás, um exemplo neste domínio judiciário para muitos países desenvolvidos do mundo.

Li com atenção o Programa do Governo, nomeadamente a parte relativa à justiça e essa preocupação perpassa pelas propostas, pelos projectos e pela vontade, aqui expressa, do Governo — e outra coisa não seria, naturalmente, de esperar. E, penso, uma das intenções prioritárias que o Governo dá, e bem, neste Programa, no domínio da justiça, tem a ver com a questão sempre presente — e tem de estar sempre presente na nossa preocupação — da reinserção social.

Diviso, a este propósito, que o Governo tem expressa no seu Programa a vontade de concretizar o chamado serviço de intervenção social de justiça, que, suponho eu pela leitura que fiz, resultará, em termos administrativos, da fusão da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores e do Instituto de Reinserção Social, no novo figurino que tem em termos de distribuição geográfica por-

todo o País. Mas julgo que enriqueceria o debate nesta Câmara e seria bom que V. Ex.^a explicitasse, se pudesse, neste momento, algo mais sobre esse serviço de intervenção social de justiça.

Era, portanto, este o pedido que queria fazer-lhe.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. José Magalhães (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, creio que V. Ex.^a prometeu tudo, prometeu imoderadamente nos casos genéricos, evidentemente, sem alusão aos cifrões, ao financiamento, o que é perfeitamente coerente, devo reconhecê-lo, uma vez que prometeu precisamente o que prometia anteriormente. Mas isso apenas tem um significado: é que não cumpriu em grande medida o programa anterior, como todos sabemos, pelo facto de estarem irrealizadas grandes reformas. Essa é uma confissão que importa assinalar, até porque estamos a pagar o preço de essas reformas não terem sido feitas.

Os magistrados, os juízes, queixam-se justamente, designadamente de suportar o peso desse anquilosamento da justiça, resultante do adiamento das medidas necessárias. É um domínio altamente consensual, em que é possível atingir grandes entendimentos na base da frontalidade, da verdade e, por isso, lhe deixo algumas perguntas para as quais pedíamos resposta concreta e precisa.

Assim, e quanto aos prazos, para quando as grandes reformas, que são, novamente, anunciadas: o Código Penal, o Código de Processo Penal, etc.?

Em relação à questão central das custas, qual é a orientação do Governo nessa matéria?

E quanto à revisão das leis respeitantes aos Estatutos dos Magistrados, tenciona V. Ex.^a retomar a proposta que governamentalizava o Ministério Público e que foi retirada de análise pelo Conselho de Ministros à última hora? Quais são as vossas intenções?

Por outro lado, o que é que prevê quanto ao cumprimento da reforma da revisão constitucional, da última, da que está feita e não cumprida? E em relação à administração aberta, à acção popular e outros institutos que são também do domínio nobre da justiça?

Finalmente, sobre a posição relativamente à questão do segredo de Estado, em que a última proposta subscrita por V. Ex.^a foi, francamente, desastrosa, e em relação à Lei de Imprensa que desapareceu «misteriosamente» entre o programa eleitoral do PSD e o Programa do Governo, por mim congratulo-me com isso, mas a bancada dos jornalistas anda intrigada quanto à intenção do Governo. O Sr. Primeiro-Ministro diz-nos que há uma referência, no entanto toda a gente está intrigada e eu creio que será agora o momento de V. Ex.^a deixar quaisquer dúvidas dissipadas. Que intenções tem quanto à revisão da Lei de Imprensa, instrumento fundamental para a garantia da liberdade de informação em Portugal?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Justiça, algumas das questões que pretendia colocar-lhe acabam de ser referidas pelo Sr. Deputado José Magalhães, mas restam-me ainda outras.

Em primeiro lugar, V. Ex.^a enumera um programa judiciário para os agentes judiciários que é, largamente, consensual, na medida em que a reforma da legislação e

dos estatutos é, de há muito tempo, reclamada por magistrados, advogados, solicitadores e funcionários judiciais, mas falta saber qual é a orientação do Governo, ou seja, falta saber qual é a estratégia do Governo quanto ao estatuto dos magistrados do Ministério Público e dos funcionários, para dar a conhecer o que é que o Governo pretende concretamente e que está debaixo desses grandes «gavelões» ou dos grandes nomes, isto é, do *nomen juris* desta reforma.

Em segundo lugar, quando V. Ex.^a fala de liberalização do notariado, gostava de saber o que é que pretende com isso. Pretende a privatização do notariado e a existência de um sistema misto de notários públicos e privados? Qual é a parte que irá ser privatizada ou liberalizada e o que é que ficará no domínio do Estado? Do mesmo modo, gostaria de saber o que irá fazer quanto às conservatórias e à liberalização dos registos, pois também está prevista a liberalização.

E o que é que está previsto quanto ao problema dos tribunais arbitrais, em que a matéria de facto assenta unicamente em problemas técnicos, onde não há prova testemunhal ou documental e a única matéria de facto verdadeira para decidir é a matéria técnica? Será que estas situações não poderiam ser obrigatoriamente relegadas para a arbitragem, provocando o descongestionamento dos tribunais judiciais?

Finalmente, gostaria de perguntar se prevê qualquer forma de contingência dos processos para cada juiz, de modo a facilitar o cumprimento dos prazos por parte dos magistrados. Penso que é uma experiência que falta fazer. Reparamos que, actualmente, o número de juízes aumentou, as instalações são mais e melhores em relação ao que eram há 10 ou mesmo 15 anos. Há melhorias físicas e materiais que não podemos negar, mas o que é certo é que os prazos ainda não se cumprem, as decisões demoram, os processos ainda estão parados três e quatro anos e numa acção ordinária nunca se obtém o caso julgado final em menos de cinco anos. O mesmo acontece nos tribunais de trabalho, onde a demora das sentenças não é compatível com a celeridade da vida e é sempre prejudicial quer para o patrão quer para o trabalhador.

Gostaria que V. Ex.^a me respondesse também sobre se pensa levar por diante o seu projecto sobre tribunais permanentes, em vez de tribunais de funcionamento permanente dependente da boa vontade dos juízes.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Justiça.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Terei, obviamente, de responder telegraficamente para poder dar resposta a todas as questões, mais ou menos concretas, que me foram colocadas, e fá-lo-ei com todo o prazer.

Começando pela primeira questão, suscitada pelo Sr. Deputado Mário Montalvão Machado, direi que a situação de instalação das tecnologias no domínio da gravação áudio, que está a ocorrer neste momento, permite afirmar que, no prazo máximo e excessivo de seis meses, todos os tribunais de 1.ª instância estarão equipados com instrumentos de gravação áudio.

Durante esse período, uma equipa técnica do Ministério da Justiça testará os vários equipamentos, não apenas do ponto de vista técnico, evidentemente, mas do ponto de vista da procura das soluções jurídicas, que depois venham a ser implementadas do ponto de vista legislativo. E o que,

neste momento, está na nossa perspectiva, e esse acompanhamento dirá se é ou não correcto, é que o sistema intervirá para gravação e controlo da prova em juízo penal singular, substituindo os actuais depoimentos escritos, numa primeira fase, e ainda, nessa primeira fase, como um mecanismo de controlo da legalidade da audiência. E só depois desta primeira fase, já juridicamente prevista e, portanto, legalmente condicionada, é que entraremos na fase seguinte, isto é, a abertura a toda a gravação da prova, quer em processo penal quer em processo civil, para a 2.ª instância e para o Supremo Tribunal de Justiça, quando for o caso de competência de intervenção deste tribunal em matéria de prova.

Relativamente ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Luís Sá, sugeria — e é óbvio que as sugestões valem sempre o que valem — que com alguma atenção deixássemos de falar na progressiva degradação do parque judiciário e passássemos antes a falar na progressiva recuperação do parque judiciário. Prometo ao Sr. Deputado que, neste momento, lhe deixo ainda muitos tribunais com problemas graves, que podem continuar a consubstanciar o discurso de V. Ex.^a Mas falar de progressiva degradação, não é correcto. Falar de progressiva recuperação é que está certo. O tempo que a total recuperação vai demorar — quatro anos ainda — dará margem suficiente para várias intervenções críticas de V. Ex.^a; sendo certo, todavia, que o tecido do Tribunal de Setúbal já está reconstruído ...

Risos do PSD.

Como é possível compatibilizar um programa de recuperação a quatro anos com uma filosofia orçamental restritiva? É simples: justamente porque, como o Sr. Ministro das Finanças acabou de dizer, não se tratava de uma perspectiva orçamental miserabilista. E é na diferença que vai entre a perspectiva miserabilista e a restritiva que encontramos a capacidade financeira para fazer uma recuperação que está projectada, há algum tempo, e que tem, inclusivamente, mesmo do ponto de vista da projecção de financiamento do PIDDAC, garantias que não deixarão de ser cumpridas, nomeadamente no âmbito restritivo da previsão orçamental.

Portanto, aquilo que nos propomos fazer está proposto a partir de uma definição clara do que é o rigor orçamental, do que são as disponibilidades orçamentais e do que são, evidentemente, as exigências dos Portugueses que anseiam por uma rápida reconstituição dos seus serviços de justiça.

A temática do círculo judicial será, porventura, a breve trecho e por proposta minha uma temática a ser de novo trazida a esta Casa, porventura à Comissão Constitucional de Direitos, Liberdades e Garantias. Tenho claramente a convicção, sem que daqui resulte qualquer postura arrogante, quer na vida política quer na judiciária, que esta é a grande mudança de fundo do sistema judiciário português.

Como VV. Ex.^a terão tido ocasião de verificar, visto que acompanham com uma atenção que me desvanece toda a temática da justiça, desde o primeiro momento, tenho dito que a essência é o círculo judicial e não o tribunal de círculo. E, como VV. Ex.^a sabem também, tem sido à volta do tribunal de círculo e não do círculo judicial que as questões mais polémicas se têm levantado. O que posso dizer-lhe, Sr. Deputado, é que insistirei democraticamente pela afirmação do círculo judicial numa nova filosofia, como potenciador de uma justiça administrada interdisciplinarmente e, portanto, mais justa, mais próxima

do cidadão e mais verdadeira. Tenho total abertura para discutir, em sede alargada, qual devia ser a última fisionomia a atribuir ao tribunal de círculo. A essência não é o tribunal mas o círculo. Há, com certeza, maleabilidade e flexibilidade suficientes da parte do Governo para encontrar a resposta que faça corresponder o tribunal de círculo à exigência do círculo e, ao mesmo tempo, este conjunto círculo e tribunal de círculo à exigência dos cidadãos; visto que é em nome deles que pretendemos esta mudança decisiva.

Mas de que ela é decisiva quanto à qualidade da justiça, à capacidade de responder mais rapidamente e, nomeadamente, quanto à progressão qualitativa dos próprios magistrados ao longo da sua carreira, disso não tenho dúvidas e suponho que VV. Ex.^o não as terão também. Terei, com certeza, o prazer de voltar a ver aqui aprovada por unanimidade, como aconteceu no ano passado, uma alteração à Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, justamente nesse sentido.

O que posso dizer, Sr. Deputado, é que nunca a afirmação de uma convicção nossa será levada por diante, desde que tenhamos a noção clara de que os Portugueses ficarão menos bem servidos com a concretização dessa nossa convicção, visto que ela arranca da convicção dos Portugueses e é em diálogo com eles que construímos e solidificamos as nossas próprias convicções.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E tem sido esse diálogo com eles que temos mantido através do «Programa Cidadão e Justiça». É natural que V. Ex.^o, e tomarei nota disso, tenha pouca informação sobre ele, mas, como calcula, é um programa de informação elementar e, obviamente, privilegiamos as pessoas que não dispõem dessa informação. Não iríamos enviar ao Sr. Deputado Luís Sá uma série de folhetos que, no fundo, dizem do elementar da vida pública e jurídica. Poderá, no entanto, V. Ex.^o dizer, e com razão — e, parafrascando o Sr. Deputado Octávio Teixeira, «isso preocupa-me»... —, que ainda não conseguimos chegar, de facto, ao conjunto dos cidadãos e que ainda não há a noção clara, na sociedade portuguesa, de que o «Programa Cidadão e Justiça» af está, pujante, conhecido de todos e a desenvolver-se, atingindo o desiderato que era nosso propósito e que ainda hoje continua a ser.

Mas posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que ele foi bem mais longe do que aquilo que eu pensava para o seu primeiro ano e dar-lhe alguns dados rapidíssimos, para não esgotar o tempo: por exemplo, a «Linha recta do cidadão e justiça», linha telefónica criada no «Programa Cidadão e Justiça», atendeu já, em menos de um ano, 4000 chamadas e diariamente são recebidas no Ministério da Justiça pessoas que, através desse programa, dali são encaminhadas para os advogados e para os institutos da Administração Pública que, por sua vez, são contactados para que, mais rapidamente, possam resolver os seus problemas, que ali são colocados.

Isso, já por si, seria suficiente para justificar a criação do «Programa Cidadão e Justiça».

Mas toda a capacidade de intervenção ao nível da formação profissional, ao nível da formação no que se refere ao atendimento e ao acompanhamento do público — e certamente V. Ex.^o verificará que tem melhorado significativamente nos últimos tempos — vem justamente garantir-nos que ele está solidificado e que importa agora institucionalizá-lo no âmbito do Ministério da Justiça e dar-

-lhe as últimas asas para que corra sózinho ao encontro dos cidadãos. Espero que, dentro em breve, uma maioria esmagadora dos portugueses o conheça melhor e, através dele, conheça melhor a sua capacidade de aceder ao direito e à justiça.

Começaria por agradecer as palavras que me dirigiu o Sr. Deputado Miguel Macedo e dizer-lhe telegraficamente que lhe dei só algumas notas muito sumárias do que é este Serviço de Intervenção Social de Justiça.

Curiosamente a pergunta de V. Ex.^o permite-me compatibilizar a resposta com a preocupação legítima do Sr. Deputado Luís Sá, quando perguntou da compatibilização entre o Programa do Governo e a perspectiva de restrição orçamental. Aqui está um bom exemplo de como as duas coisas podem compatibilizar-se para bem de todo o conjunto da sociedade portuguesa.

Aquilo que fazemos é, sem qualquer acréscimo de despesas públicas, reunir vários serviços dispersos do Ministério da Justiça e dar-lhes uma vocação nuclear própria.

Com o Instituto de Reinscrição Social, com a Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores e com vários outros departamentos dependentes de intervenção da área governativa, em cada círculo judicial, na sequência lógica da perspectiva interdisciplinar da administração da justiça, nós teremos um Serviço de Intervenção Social de Justiça, a quem cabe a reinscrição social, o acompanhamento dos menores, mas a quem cabem também outras áreas até hoje afastadas do sistema judiciário e que são para nós fundamentais, isto é, um serviço que parte do princípio definitivo de que a sentença não é o fim da situação concreta em juízo mas, sim, de que a sentença é alguma coisa que entra no mundo exterior e que cria nele realidades novas.

Para não me alongar, permitam-me que passe a um exemplo concreto que não tem qualquer tentativa de veda-tismo, mas apenas de esclarecimento de uma ideia que não posso desenvolver mais profusamente. Suponha-se então que corre uma acção de despejo contra uma família que ficará em situação económica difícil e sem possibilidade de encontrar habitação e, porque há o prazo normal para a concretização do despejo, o Serviço de Intervenção Social de Justiça procurará uma habitação alternativa e, quando o despejo tiver de concretizar-se, a família tem um local para continuar a prosseguir a sua vida naturalmente. Este é apenas um exemplo e certamente que a imaginação dos Portugueses e a receptividade do «Programa Cidadão e Justiça» irão permitir que os exemplos se multipliquem.

Sr. Deputado José Magalhães, permita-me que manifeste a minha satisfação por verificar que V. Ex.^o vai continuar a manter comigo, e eu com V. Ex.^o, um debate sempre interessante e criativo na área da justiça.

V. Ex.^o diz que prometi o que já tinha prometido, o que significa que não fiz o que agora prometo. É uma leitura linear, razoavelmente desatenta — e V. Ex.^o recuperará, porque estamos no início da Legislatura ... —, porque é evidente, V. Ex.^o sabe, conhece o meu discurso e sabe que eu sempre disse que a esmagadora maioria das acções adoptadas no governo anterior foram-no feitas em termos horizontais.

É evidente que continuamos a prometer tudo, porque tudo vai crescendo progressivamente. Não adoptámos uma política de folclore político, no sentido de intervir aqui ou ali na vertical para resolver um problema ou outro; adoptámos uma estrutura de fundo, temos uma política de justiça para Portugal e, portanto, as nossas promessas aí esta-

rão sistematicamente repetidas, porque estão sistematicamente a ser cumpridas, embora gradual e flexivelmente.

Relativamente aos Códigos, se da nossa parte houvesse uma postura de demagogia política, tinha-se apresentado no fim da anterior legislatura na Assembleia da República um mau projecto de Código de Processo Civil e um quase completo projecto de Código Penal.

Entendemos que o importante para os Portugueses é que se crie uma política de justiça que seja nacional e consensual, para que cada governo, quando chegar ao fim do seu mandato, não tenha de ir a correr apresentar mais propostas, mas permita que o governo seguinte as prossiga e possa um dia apresentá-las aos Portugueses como sendo a boa consagração legislativa que se pretende.

Claro que confiávamos que aqui continuaríamos, mas confiávamos também que, se outros fossem, tivessem também, com certeza, a abertura democrática para prosseguir os nossos projectos.

Não corremos atrás do aparente cumprimento das promessas, corremos, sim, atrás da efectiva e correcta satisfação dos interesses dos Portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Deputado mostra alguma intranquilidade pelo facto de não fazermos referência ao Código das Custas Judiciais, mas eu sosseguei as outras bancadas dizendo que isso significa apenas que não vamos aumentar as custas judiciais.

Sr. Deputado, eu não queria, evidentemente — Deus me livre disso! —, ter qualquer intervenção com intuito pedagógico, tanto mais dirigindo-me a esta Casa e a V. Ex.^a, mas sobre outra questão que levantou tenho de dizer-lhe que há coisas que não se aceitam mas que compreendo. Ou seja, quando no fim de uma legislatura, aproximando-se uma campanha eleitoral, se pode considerar um projecto, que tínhamos transformado em proposta de lei, para a recomposição do Conselho Superior do Ministério Público como uma forma de governamentalização do Ministério Público, isso não se aceita, mas compreende-se! Agora que no princípio da VI Legislatura se retome exactamente a mesma designação para dizer que aquele projecto pretende governamentalizar a magistratura do Ministério Público, quando hoje constam do Conselho Superior do Ministério Público três personalidades designadas pelo Ministro da Justiça e naquela constavam apenas duas ..., aí ou eu esqueci-me da aritmética ou, de facto, o discurso político é mais insidioso do que aquilo que eu inicialmente previa!

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, relativamente ao segredo de Estado, julgava também que, depois da sólida intervenção que ele provocou, depois da polémica enriquecedora que ele gerou e depois de todos os esclarecimentos que foi possível prestar em torno deles, hoje ele poderia voltar aqui. Devo dizer-lhe que aguardava que a questão fosse posta e tinha uma vaga suspeita de que ela seria colocada por V. Ex.^a

O Sr. José Magalhães (PS): — Alguma razão tinha!

O Orador: — Fico feliz por verificar que alguma intuição ainda tem algum valor parlamentar!...

Agora posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que, em primeiro lugar, é uma exigência de um regime democrático sério uma lei de segredo de Estado. Nisso suponho que estamos de acordo. A ausência de uma lei de segredo de Estado é

a antidemocraticidade, é a permissibilidade de que tudo seja segredo de Estado, porque, afinal de contas, nada está previsto como tal.

Pela minha parte — e não sei se será eu a tomar a iniciativa legislativa, porque não quero «governamentalizar» a Assembleia da República, pois foi ela que teve a iniciativa e, certamente, voltará a tê-la —, não deixarei de dar o meu contributo sério na elaboração de uma lei de segredo de Estado, justamente porque escrevi — e, embora não tenha o hábito de me citar a mim próprio, suponho que neste caso, mais que não seja por uma questão de legítima defesa, me é permitido que o faça — muito antes da discussão da Lei de Segredo de Estado que «hoje a nova forma de ditadura é o segredo ilegítimo». Fui eu que o escrevi, sou eu que dentro do sistema tenho advogado dentro do sistema claramente uma noção de transparência dele e, por isso, aqui estarei a defender provavelmente uma proposta de lei ou a acompanhar um projecto legislativo na Assembleia da República, para também eu poder contribuir para que estes elementos sejam garantidos de forma inequívoca.

Mas dir-lhe-ia mais, Sr. Deputado: é que, quando discutimos temas deste tipo, quando sentimos que estamos na «carne viva» daquilo que, no fundo, desperta e estimula um primarismo de reacção, somos necessariamente mais responsáveis na discussão dos problemas, não podemos reduzir os interesses fundamentais de estado àquilo que podemos, afinal de contas, ter como sendo apenas meros instrumentos de debate político, por vezes, pouco edificante. Comigo, Sr. Deputado, não conta para esse efeito.

Relativamente à Lei da Imprensa, o que posso dizer-lhe nesta altura, Sr. Deputado, é que todas as leis são sempre susceptíveis de revisão. E apenas porque em alguns órgãos de comunicação social isso foi veiculado, embora não como informação segura, dir-lhe-ei também que não há qualquer projecto de lei de imprensa no meu gabinete e que não andei assobado antes da constituição do novo governo a trabalhar em qualquer projecto de nova lei de imprensa. Repito, pois, que não há neste momento qualquer projecto de lei de imprensa no meu gabinete. É essa, creio eu, uma área, também ela, que, a ser revista, não ficará mal à iniciativa da Assembleia da República.

Sr. Deputado Narana Coissoró, também eu me felicito por voltar a encontrar V. Ex.^a neste debate que tem sido sempre enriquecedor entre nós e dizer-lhe que a estratégia que o Governo define para a revisão dos estatutos vários tem a ver com duas regras fundamentais: a primeira é a de que são os próprios profissionais incluídos nesses estatutos que vêm sucessivamente reclamando a revisão dos seus respectivos estatutos; a segunda, porque ao cabo de vários anos em que temos um sistema judiciário que necessariamente deve ser revisto, porventura para continuar como está, mas que tem de ser revisto para que se não crise relativamente a ele um criticismo permanente, aí estamos em legislação fundamental, de cariz nacional, com a perspectiva de enquadrá-los numa visão global do sistema judiciário e, portanto, a vir aqui à Assembleia trabalhar convosco, procurando o máximo consenso alargado para que o que sair desta revisão global do sistema judiciário seja alguma coisa que se inscreva numa política, na medida do possível, de todos nós.

Não vale, portanto, a pena pormenorizar mais aqui visto que todo o pormenor obviamente passará pelo crivo crítico e convergente — espero! — da Assembleia da República.

O mesmo se passa, mas não dessa forma tão vaga — digamos assim —, com a liberalização do notariado. O que posso, todavia, dizer-lhe é que não podemos

embarcar em afirmações excessivamente conservadoras, no mau sentido do termo porque não são susceptíveis de qualquer reflexão crítica, nem ao mesmo tempo em alterações radicais, caminhando para uma aventura que ninguém conhece.

Temos hoje muitas más experiências de privatização na Europa, temos algumas más experiências de serviço público — a portuguesa é um bom exemplo disso —, razão porque aquilo que vamos fazer é desenvolver, por um lado, um estudo que será completado rapidamente e depois entrar numa via que, numa primeira fase, caminhará no sentido da manutenção da natureza pública que garanta a fé pública e, ao mesmo tempo, caminhar para uma liberalização que vá retirando do Estado ou da participação directa do utente a parte emolumentar e criar, porventura, uma margem para fixação de honorários por parte do advogado. É uma hipótese que está em estudo e obviamente que também não deixaremos de contactar para também colher a vossa opinião, ainda que aí, não havendo necessidade de autorização legislativa, entendamos que se trata de uma matéria de tal importância que eu próprio terci gosto, uma vez mais, em pedir a reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para poder ouvir e colher grande parte do contributo de todos vós.

Quanto à questão da arbitragem, foi anunciado que vamos fazê-la ...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, queira terminar, pois já csgotou o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente. Como V. Ex.^a compreende, durante muito tempo espera-se pouco da justiça e nós, felizmente, temos muito para fazer e tenho algum receio de que, mesmo com toda esta síntese, tenha de deixar de fora grande parte do que consubstanciaria as respostas que me foram colocadas.

Contingentação de processos? Não é necessariamente essa a solução, mas é uma das possíveis. O que importa hoje é fazer uma redistribuição de magistrados de modo a que dela resulte, na prática, a efectiva contingentação. Do mesmo modo que em relação à questão dos tribunais permanentes, seja com essa ou com outra designação, aguardamos a sua entrada em funcionamento, embora já não em regime de gestão do Governo, para rapidamente trabalharmos e propormos ao Parlamento legislação nesse sentido.

Sr. Deputado, para terminar, apenas gostava de dizer que nos tribunais de trabalho, com o reconhecimento das próprias centrais sindicais, a resposta dos tribunais portugueses é incomensuravelmente mais rápida do que a que V. Ex.^a referiu. Posso dizer-lhe que, em acidentes de trabalho, que são fundamentais, 75 % dos processos são resolvidos em menos de um ano e que apenas 5 % dos processos no conjunto demoram mais de cinco anos. O problema não está aí mas, sim, entre os dois e os cinco anos.

E já agora, embora não cumprindo imediatamente a «repreensão» do meu velho professor, Ex.^{mo} Presidente da Assembleia da República — peço-lhe desculpa por isso —, gostava de, Sr. Deputado, salientar que, pela primeira vez, alguém da oposição disse: «Há, de facto, melhoria na justiça em Portugal.» Dizê-lo não lhe fica mal porque não perde o seu sentido crítico; não lhe fica mal porque contribui com o reconhecimento do que está de bom para paralisar o seu discurso ao meu que sempre reconheci publicamente o que ainda está mal. Muito obrigado por

isso! É um bom exemplo dado por V. Ex.^a e que legitima que eu continue a reconhecer o que está mal na justiça portuguesa!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Não quero deixar passar esta intervenção sem agradecer ao Sr. Ministro a amável referência que no seu início quis fazer à pessoa do Presidente da Assembleia da República.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Justiça: uso a forma regimental da intervenção para deixar duas notas ao seu discurso, a primeira das quais diz respeito ao facto de, ao fim de 12 anos em que o PSD tem a pasta da Justiça e de quatro anos em que isso foi explicitamente anunciado por este Governo, ser muito surpreendente que ainda haja uma má proposta de Código de Processo Civil. Como é possível gastar 12 anos para elaborar uma proposta, quatro com compromisso específico, e ainda haver uma má proposta?

Penso que isto devem «ser coisas do inimigo» e que o Sr. Ministro deve pedir rapidamente ajuda para ter uma boa proposta.

A outra questão que gostava de levantar diz respeito ao seguinte: a feitura da Lei do Segredo de Estado, ao que sei, ao que consta e ao que veio na imprensa, é oriunda do Ministério da Justiça. É uma má Lei do Segredo de Estado a que existe, pelo que é precisa uma boa lei.

Sr. Ministro, ande depressa, não deixe que passem mais 4 ou 12 anos para resolver um problema da democracia e da justiça portuguesas.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Justiça: — Sr. Deputado, gostava de lembrar a V. Ex.^a que, estando, de facto, o PSD com a pasta da justiça há cerca de 11 anos, o que é facto é que durante muito tempo teve de sujeitar-se a definições de prioridades que não cabiam directamente nessa pasta e, por isso, foi-se deixando que acumulações sucessivas viessem a constituir hoje a situação em que nos encontramos.

O Sr. Jorge Sampaio (PS): — Tem um limite!

O Orador: — Mas relativamente ao Código de Processo Civil a procura de consensos para chegar a um código que tenha uma capacidade de durabilidade tem determinado sucessivas revisões e intervenções que V. Ex.^a bem conhece. Portanto, não há ineficiência legislativa por parte do Governo, tem havido legislação intercalar que tem modificado sucessivamente o Código de Processo Civil e procuramos agora uma formulação com expressão mais definitiva nesse sentido. Não sei se era este o sentido da sua intervenção, mas era apenas esse o esclarecimento que gostava de pedir-lhe.

Quanto ao segredo de Estado, o que nos satisfaz, de alguma forma, é o facto de esperarmos que o Partido Socialista modifique também o seu projecto porque era, pelo menos, tão mau como o nosso e estamos, com cer-

teza, numa fase em que podemos recomeçar do início e procurar um consenso relativamente a essa palavra.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para hoje, informo que os trabalhos do Plenário continuarão amanhã às 10 horas, sendo a ordem de trabalhos preenchida com a continuação do debate do Programa do Governo e procedendo-se ao seu encerramento.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Adriano da Silva Pinto.
Alípio Barrosa Pereira Dias.
António Moreira Barbosa de Melo.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
João José da Silva Maçãs.
Joaquim Eduardo Gomes.
Luis Carlos David Nobre.
Manuel Castro de Almeida.
Nuno Francisco F. Dcleruc Alvim de Matos.

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Carlos Cardoso Lage.

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
Edite Fátima Marreiros Estrela.
Fernando Manuel Lúcio Marques da Costa.
Gustavo Rodrigues Pimenta.
João Rui Gaspar de Almeida.
José Rodrigues Pereira dos Penedos.
Mário Manuel Videira Lopes.

Centro Democrático Social (CDS):

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Fernando Monteiro do Amaral.
Maria Leonor Beleza Mandonça Tavares.

Partido Socialista (PS):

José Narciso Rodrigues de Miranda.
Manuel Alegre de Melo Duarte.

Partido Comunista Português (PCP):

Domingos Abrantes Ferreira.

Centro Democrático Social (CDS):

José Luís Nogueira de Brito.

OS REDACTORES: *José Diogo — Cacilda Nordeste — Ana Marques da Cruz — Maria Amélia Martins — Maria Leonor Ferreira.*

 **DIÁRIO**
da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicar-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 5\$; preço por linha de anúncio, 104\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 250\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex